

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

**LAGES
2018**

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social,
aprovado pelo Conselho Universitário
(CONSUNI) da Universidade do Planalto
Catarinense (UNIPLAC).

LAGES
2018

**PROJETO PEDAGÓGICO DO
CURSO DE**

Coordenação Geral

Audrilara Arruda Rodrigues Campos

Núcleo Docente Estruturante

Audrilara Arruda Rodrigues Campos

Geraldo Augusto Locks

Marina Patrício de Arruda

Silvia Antunes de Freitas

Vanuza Brunetta

Colegiado de Curso

Audrilara Arruda Rodrigues Campos

Andreia Pires dos Santos

Alexandre Silva Poroski

Arnete Trein

Bruna Fernanda da Silva

Charles Andrade Medeiros

Cristina Keiko Yamaguchi

Elson Rogerio Bastos Pereira

Juciane Ap^a Godoi Figueiredo da Silva

Graciela Alessandra Dela Rocca

Geraldo Augusto Locks

José Batista da Rosa

Lenita Agostinnetto

Madalena Pereira da Silva

Marcelo Della Justina Arruda

Mareli Eliane Graupe

Marina Patrício de Arruda

Regimari Cristina Rodolfi Beppler

Samir Ribeiro de Jesus

Silvia Antunes de Freitas

Susana da Silva Pires de Liz

Vanice dos Santos

Vanuza Brunetta

Wander Galvão Lopes Fernandes

Setor de Apoio Pedagógico – SEAPE

Suzana Pereira Morais Duarte

UNIPLAC

Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social /
Universidade do Planalto Catarinense – Lages: UNIPLAC,
2018.



**Universidade do Planalto Catarinense -
UNIPLAC**

Av. Castelo Branco, 170 – Universitário

Cep. 88509-900 – Lages/SC

Fone (49) 3251-1022

Site: www.uniplaclages.edu.br

Reitor

Msc. Kaio Henrique Coelho do Amarante

Pró-Reitor de Ensino

MsC. Alexandre Trípoli Venção

**Pró-Reitora de Pesquisa, Extensão e Pós-
Graduação**

Dra. Cristina Keiko Yamaguchi

SUMÁRIO

1	DADOS GERAIS DA INSTITUIÇÃO	7
1.1	NOME DA MANTENEDORA.....	7
1.2	BASE LEGAL DA MANTENEDORA	7
1.3	NOME DA MANTIDA	7
1.4	BASE LEGAL DA IES	7
1.5	PERFIL E MISSÃO DA IES	8
1.5.1	Perfil	8
1.5.2	Missão	8
1.5.3	Visão	8
1.6	DADOS SOCIOECONÔMICOS E SOCIOAMBIENTAIS DA REGIÃO DA IES	8
1.7	BREVE HISTÓRICO DA IES.....	11
2	IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	18
2.1	NOME DO CURSO.....	18
2.1.1	Grau	18
2.2	ATOS LEGAIS DO CURSO	18
2.3	CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	19
2.4	NÚMERO DE VAGAS PREVISTAS OU AUTORIZADAS	19
2.5	PERIODICIDADE.....	19
2.6	INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO	19
2.7	TURNO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO.....	19
2.8	MODALIDADE DE OFERTA	19
2.9	FORMAS DE ACESSO.....	19
3	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA DO CURSO	20
3.1	POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO.....	20
3.2	PESQUISA E EXTENSÃO NO CONTEXTO DO CURSO.....	24
3.3	OBJETIVOS DO CURSO	30
3.3.1	Objetivo Geral	30
3.3.2	Objetivos Específicos	31
3.4	PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO.....	32
3.5	ESTRUTURA CURRICULAR, EMENTÁRIO E REFERÊNCIAS.....	33
3.5.1	Estrutura Curricular	33
3.5.2	Ementário e Referências	35
3.5.2.1	Disciplina Optativa.....	52
3.6	ÁREAS DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL	53
3.7	CONTEÚDOS CURRICULARES	53
3.7.1	Distribuição das Disciplinas por Conteúdos Curriculares	55
3.7.2	Representação Gráfica do Perfil de Formação	56
3.7.3	Requisitos Legais	57
3.7.3.1	Educação Ambiental.....	57
3.7.3.2	Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena.	58
3.7.3.3	Direitos Humanos.....	59
3.7.3.4	Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA).....	59
3.8	METODOLOGIA	61
3.9	ESTÁGIO CURRICULAR.....	63
3.9.1	Estágio Curricular Obrigatório	63

3.9.2 Estágio Curricular Não-obrigatório.....	66
3.10 ATIVIDADES COMPLEMENTARES	66
3.11 TRABALHO DE CURSO (TC)	67
3.12 APOIO AOS DISCENTES	69
3.12.1 Apoio e Acompanhamento Pedagógico	71
3.12.2 Acessibilidade ao Estudante com Deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação	72
3.13 GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA.....	73
3.14 PARTICIPAÇÃO DOS DISCENTES NO ACOMPANHAMENTO E NA AVALIAÇÃO DO PPC	74
3.15 PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO CURSO.....	75
3.16 AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO	76
3.17 ATIVIDADES DE TUTORIA	78
3.18 CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES NECESSÁRIAS ÀS ATIVIDADES DE TUTORIA.....	79
3.19 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS)	79
3.20 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA).....	81
3.21 MATERIAL DIDÁTICO	81
3.22 SISTEMA DE AVALIAÇÃO (EAD)	83
3.23 RECURSOS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (AUDIOVISUAIS E MULTIMÍDIA)	86
3.24 ENCONTROS PRESENCIAIS	86
3.25 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM.....	87
3.26 NÚMERO DE VAGAS.....	89
3.27 INTEGRAÇÃO DO CURSO COM O SISTEMA LOCAL E REGIONAL DE SAÚDE (SUS).....	89
4 CORPO DOCENTE	90
4.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE	90
4.2 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR	91
4.3 ATUAÇÃO DO COORDENADOR	91
4.4 REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DE CURSO	92
4.5 CORPO DOCENTE: TITULAÇÃO.....	92
4.6 REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO	93
4.7 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE	93
4.8 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR	93
4.9 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	94
4.10 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA TUTORIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	95
4.11 ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO OU EQUIVALENTE.....	95
4.12 TITULAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO DE TUTORES DO CURSO	96
4.13 EXPERIÊNCIA DO CORPO DE TUTORES EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	96
4.14 INTERAÇÃO ENTRE TUTORES, DOCENTES E COORDENADORES DE CURSO A DISTÂNCIA.....	97
4.15 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA.....	97
5 INFRAESTRUTURA	98
5.1 ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL	98
5.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR	98
5.3 SALA COLETIVA DE PROFESSORES.....	99
5.4 SALAS DE AULA	99

5.5	ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	100
5.6	BIBLIOGRAFIA BÁSICA POR UNIDADE CURRICULAR (UC)	101
5.7	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR (UC)	103
5.8	SISTEMA DE CONTROLE DE PRODUÇÃO DE MATERIAL E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO (LOGÍSTICA)	105
5.9	COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP).....	107
6	REQUISITOS LEGAIS.....	110
7	REFERÊNCIAS	112

1 DADOS GERAIS DA INSTITUIÇÃO

1.1 NOME DA MANTENEDORA

Razão Social: Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense
CNPJ: 84.953.579/0001-05

1.2 BASE LEGAL DA MANTENEDORA

Endereço: Av. Marechal Castelo Branco, 170 - Bairro: Universitário
Município: Lages/SC
CEP: 88.509-900
Contato: Fone: (49) 3251-1002 - Fax: (49) 3251-1002
email: secfundacao@uniplaclages.edu.br - homepage: <http://www.uniplac.net>

Consolidada pela Lei Complementar Municipal n. 092, de 01/04/98. É entidade assistencial, de direito privado (Art. 242 da Constituição Federal), registrada no livro A-4, sob o n. 1.240 de pessoas jurídicas, em 13/04/1998, no Cartório do Registro Civil, Registro de Títulos, Documentos e outros Papéis e Registro de Pessoas Jurídicas da Comarca de Lages/SC.

1.3 NOME DA MANTIDA

Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC

1.4 BASE LEGAL DA IES

Endereço: Av. Marechal Castelo Branco, 170 - Bairro: Universitário
Município: Lages/SC
CEP: 88.509-900
Contato: Fone: (49) 3251-1022 - Fax: (49) 3251-1051
email: uniplac@uniplac.net - homepage: <http://www.uniplac.net>

Reconhecida mediante Resolução n. 031/CEE/SC, Parecer n. 312/CEE/SC de 15/06/1999 e pelo Decreto n. 312, de 23/06/1999, do Governo do Estado, publicado no DOE.

Renovação do credenciamento mediante Resolução n. 058/CEE/SC, Parecer n. 334/CEE/SC de 09/11/2004 e pelo Decreto n. 2.717, de 10/12/2004, do Governo do Estado, publicado no DOE.

Renovação do credenciamento por mais 5 anos (2010-2015) mediante Resolução n. 070/CEE/SC e Parecer n. 243/CEE/SC de 23/11/2010, e pelo Decreto n. 038, de 10/02/2011, do Governo do Estado, publicado no DOE.

1.5 PERFIL E MISSÃO DA IES

1.5.1 Perfil

A UNIPLAC é IES pública de direito privado, comunitária, beneficente de assistência social, regional e em processo de migração para o Sistema Federal de Ensino, conforme Resolução do CONSUNI n. 134, de 25/07/2014 em atendimento ao Edital n.4, de 1º/07/2014 – Regime de Migração das Instituições de Educação Superior Privadas e Portaria Normativa n. 40, de 12/12/2007 do Gabinete do Ministro da Educação.

1.5.2 Missão

Ser uma universidade comunitária que promove a formação humanística, técnico-científica e cultural do cidadão por meio do ensino, pesquisa e extensão, priorizando o desenvolvimento regional.

1.5.3 Visão

Ser uma universidade de referência para a transformação dos padrões socioeconômicos e culturais da região.

1.6 DADOS SOCIOECONÔMICOS E SOCIOAMBIENTAIS DA REGIÃO DA IES

O Estado de Santa Catarina possui um perfil diversificado: uma agricultura forte, baseada em minifúndios rurais, divide espaço com um parque industrial atuante, considerado o quarto maior do país. Indústrias de grande porte e milhares de pequenas empresas espalham-se, fazendo do estado de Santa Catarina a oitava maior economia brasileira pelo tamanho de seu Produto Interno Bruto.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2014, Lages é um município do estado de Santa Catarina, na região sul do Brasil, possui 158.846 habitantes. Lages é um dos municípios com área territorial de 2.631.504 km² e faz parte da mesorregião (política) e região (geográfica) serrana do Estado. Lages também se caracteriza por ter altitude elevada, que varia de 850 a 1200 metros acima do nível do mar.

A ocupação da Região Serrana de Santa Catarina, no Século XVIII, articulou pecuária extensiva, concentração fundiária e coronelismo político. O 1º ciclo econômico foi a pecuária extensiva e o 2º ciclo econômico regional: extração de madeira (*Araucariaangustifolia*), que iniciou nos anos 30, do século XX. Em 1940, a extração da madeira, superou a pecuária em importância econômica e o apogeu deu-se nos anos 50. Porém, nos anos 60 e 70, iniciou o esgotamento do ciclo madeireiro e resultou numa região empobrecida, e consta como um dos IDHs abaixo da média do Estado. Da década de 70, do século XX, até a primeira década do século XXI, a Região tem se debatido à procura da retomada do desenvolvimento.

Novas propostas surgiram para o desenvolvimento de Lages e Região, a saber: 1) Industrialização, com ênfase na agroindústria, inclusive indústria madeireira; 2) Setor de serviços (Educação, inclusive Ensino Superior); 3) Agropecuária de bases intensivas; 4) Fruticultura de clima temperado; 5) Vitivinicultura; 6) Silvicultura; 7) Turismo Rural.

A Serra catarinense possui um forte perfil agrícola, com destaque para a maior produção estadual de maçã, pera, alho, feijão e batata-inglesa. Soma-se a esta produção, a expressividade de sua produção florestal (reflorestamento de pinus), fator decisivo para a alavancagem e consolidação dos segmentos de celulose e papel, madeireiro e moveleiro da Macrorregião.

Lages é conhecida pelo apelido de "Princesa da Serra", é o município de maior extensão territorial de Santa Catarina e reconhecida pela criação de gado, por suas madeiras e lavoura, sendo um dos mais importantes municípios de Santa Catarina pela sua participação econômica.

A economia é basicamente sustentada pela pecuária, agricultura (com destaque para a vinicultura), indústria madeireira (com destaque na produção de papel e celulose) e turismo rural. A economia de Lages sofreu um forte declínio com a redução sistemática da pujança do ciclo da madeira, que teve seu auge até a década de 1950. O município, outrora o maior e mais rico do Estado, teve sua fatia do produto interno bruto estadual bastante reduzida. Novos projetos industriais, desenvolvimento regional sustentável e investimentos no município têm contribuído para que a arrecadação volte a crescer.

O parque industrial de Lages consiste em grande parte, de empreendimentos ligados à

cadeia produtiva da madeira, como madeireiras, fábrica de grampos, fábrica de portas, soleiras, batentes e congêneres. Se destaca também, empresas ligadas ao setor metalomecânico, que possui papel importante na geração de emprego e renda do município. Existem empresas que são sedes de multinacionais nos ramos de peças de tratores e outros veículos terrestres. Pode-se destacar algumas indústrias no ramo cervejeiro, exportadora de alimentos à base de frango, empresas de papel e celulose. De acordo com dados do Sebrae (2013), o município de Lages exportou o montante de US\$ 109,396.099.00 em 2011.

Lages também é um centro regional de comércio. A população de municípios vizinhos encontra um ambiente propício para compras e negócios na cidade. Além do centro da cidade, também existe fortíssima concentração de comércio no bairro Coral, tanto que tal bairro é considerado um "bairro-cidade", devido à esta grande concentração de comércio e serviços. Existem ainda polos de comércio em alguns bairros periféricos da cidade, como Guarujá, Santa Helena, Penha e Santa Catarina. No inverno, o comércio é bastante fortalecido com o turismo rural e com a Festa Nacional do Pinhão, o segundo maior evento gastronômico e cultural de Santa Catarina.

Outro forte segmento é o turismo rural da região, que iniciou em 1984, buscando agregar valor às fazendas centenárias da região que começaram a adaptar-se para receber visitantes e turistas que buscavam conhecer a vida de campo, a vida simples do homem serrano, com ordenhas, plantações, gastronomia, além de proporcionar às pessoas um refúgio do agito da cidade para passar dias agradáveis junto à natureza. O turismo rural é um dos grandes atrativos da Macrorregião Serra Catarinense. O planalto serrano por suas paisagens bucólicas e pela neve que se precipita em algumas cidades faz com que todos os anos a região receba milhares de visitantes no inverno.

A cidade possui uma extensa malha viária urbana, com mais de 600 quilômetros de ruas e possui um complexo mapa viário, com várias avenidas interligando todos os pontos da cidade. Além disso, o município de Lages é cortado por 3 rodovias federais e estaduais, que propicia a logística adequada para o escoamento dos produtos desenvolvidos no município. A BR 282 - corta o município de leste a oeste, ligando a cidade à Florianópolis e ao oeste do estado. A BR 116 - corta o município de norte a sul, ligando a cidade à Curitiba e Porto Alegre. Conta ainda com a rodovia SC 114 (antiga SC 438) - liga o município à cidade de São Joaquim e a SC 114 (antiga SC 425), que liga o município à BR 470, cruzando a cidade de Otacílio Costa. É utilizada como via alternativa de ligação com o litoral catarinense, e também liga à cidades como Blumenau, Itajaí e Joinville.

Visando o fortalecimento e a elevação da competitividade de todos os segmentos

econômicos da serra catarinense, há a necessidade de uma boa estrutura como o capital humano, infraestrutura, inovação e empreendedorismo, internacionalização, investimento e política pública, mercado, saúde e segurança. Para isso, o município de Lages conta com duas universidades, sendo uma pública, e outra privada. Além de um centro universitário e outras com a modalidade de ensino à distância. As universidades e instituições de ensino possui papel fundamental no suporte à inovação e na liderança de políticas locais em direção a uma abordagem mais empreendedora regional.

1.7 BREVE HISTÓRICO DA IES

Para relatar os fatos que marcaram a história da Uniplac desde sua gênese até esta primeira década do Terceiro Milênio, optamos por citá-los em formato de tópicos para que a leitura seja pontual e objetiva.

Faz-se mister entender o histórico da Instituição de Ensino Superior – IES articulado ao contexto sócio, econômico e político regional para que se compreendam as nossas metas para o período de 2010-2018.

1959: A proposta de interiorizar o Ensino Superior na Região Serrana de Santa Catarina se apresenta exatamente em 19.07.59, com a fundação, em Lages, da Associação Catarinense de Cultura - ACC e o objetivo de criar, implantar e manter estabelecimentos de Ensino Superior sem fins lucrativos e com objetivos filantrópicos e, ainda, manter estabelecimentos de ensino médio (Escolas Técnicas de Comércio)¹.

1964: Em 23.02.64, foi instalada a Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis de Lages - FACEC, uma das instituições isoladas de ensino superior que vai dar origem à Universidade. Iniciou atividades letivas no mês de março².

1968: Autorização de abertura dos cursos de Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (Parecer n. 102).

1969: Surge a primeira menção à denominação Uniplac e a um projeto de universidade na Região Serrana de Santa Catarina, a Fundação Universidade do Planalto Catarinense. (Lei n. 005, de 14.03.69).

1970: Criação da Faculdade de Ciências e Pedagogia de Lages – Facip, obedecendo às mesmas diretrizes norteadoras definidas pelo Governo Federal e o Sistema Fundacional Catarinense sobre a necessidade de expansão do Sistema de Ensino como subsidiário da

¹ - Ata n. 4, de 19.07.59 - D.O. n. 6372, de 03.08.59

² - ACAFE, 1991 a 1993, agosto, 1994

expansão geral da economia brasileira no período.

Esta faculdade será mais tarde uma das que darão base institucional à Universidade, juntamente com a Facec.

Autorização de abertura dos cursos de Ciências Sociais Licenciatura, Letras Licenciatura Plena, Pedagogia e Matemática (Parecer 48).

1973: A Lei Municipal n. 001, de 03.04.73, estabelece um novo limite institucional ao Projeto Universidade do Planalto Catarinense, enquadrando-o na condição de Uniplac - Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense, entidade jurídica de direito privado integrada ao sistema da Associação Catarinense das Fundações Educacionais - Acafe.

A denominação da mantenedora da Uniplac é a mesma até os dias de hoje.

1974: Autorização de abertura do curso de Administração Bacharelado (Decreto n. 73650/74 CFE).

1985: Autorização de abertura do curso de Direito (Decreto n. 91252).

1991: Autorização de abertura do curso de Ciências Biológicas Magister (Parecer n. 5644).

1994: Instaura-se o processo estatuinte visando à elaboração dos novos Estatutos da Fundação UNIPLAC, da Universidade do Planalto Catarinense e Regimento Geral. Em 27.02.97, são aprovados os novos estatutos da Uniplac. Em 11.12.97, é aprovado o Regimento Geral da Universidade (em acompanhamento).

De dez/1996 a mar/1997, transcorrem os trabalhos de verificação das condições de funcionamento da Universidade.

Autorização de abertura do curso de Educação Física (Parecer n. 330).

1996: Autorização de abertura dos cursos de Ciências Biológicas Bacharelado (Parecer n. 338) e Pedagogia Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental (Parecer n. 339).

1996 a 1999: São reestruturados os projetos pedagógicos dos cursos da Uniplac.

1996 a 2004: Implantação do Programa de Avaliação Institucional.

1997: Autorização de abertura dos cursos de Educação Física Bacharelado (Parecer n. 293) e Informática (Parecer n. 375).

1999: Em 15.06.99 é oficialmente reconhecida a Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC pelo Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina – CEE/SC (Resolução n. 31/99), logo seguida do reconhecimento pelo Governo do Estado, em 23.06.99 (Decreto n. 312/99). A instalação formal acontece em 27.07.99.

Autorização de abertura dos cursos de Odontologia (Parecer n. 101), Administração

Bacharelado em São Joaquim (Parecer n. 901) e Enfermagem Licenciatura Plena (Parecer n. 900).

2000: Criação do Plano Institucional de Pesquisa. Autorização de abertura dos cursos de Letras Língua Portuguesa, Espanhola, Inglesa e Literaturas correspondentes (Parecer 1254), Psicologia (Parecer n. 1098) e Engenharia Industrial Madeireira (Parecer n. 1255).

2001: Autorização de abertura do curso de Arte Educação Magister em Lages e Florianópolis (Parecer n. 1761), habilitação Artes Visuais, Cênicas e Música.

2002: Autorização de abertura dos cursos de Ciências Econômicas em Otacílio Costa (Parecer n. 394), Sistemas de Informação (Parecer n. 607), Tecnologia em Operações de Processos Industriais Eletromecânicos (Parecer n. 608), Terapia Ocupacional (Parecer n. 101) e Design e Tecnologia de Moda (Parecer n. 406).

2003: Autorização de abertura do curso de Medicina (Parecer CEDS n. 099). Constitui Comissão de Ética em Pesquisa (Portaria n. 027). Consolidação do Planejamento Estratégico da Uniplac. Apresentação às comunidades acadêmica e serrana. Três grandes eixos de atuação: Tecnologia voltada para a madeira; Saúde Coletiva; Cidadania.

2004: Instaurado o processo de renovação do credenciamento da Uniplac (2004/1). Três primeiros projetos institucionais de Mestrado: Educação, Administração e Saúde Coletiva (15.07.04). Solenidade de renovação do credenciamento da Universidade (01.12.04). Reconhecimento do curso de Odontologia (Parecer n. 224/04 e Resolução n. 058 CEE). Autorização de abertura do curso de Administração Bacharelado em Urubici (Parecer n. 186). Constitui Comissão Própria de Avaliação – CPA (Portaria n. 017).

2005: Plano de Expansão Universitária 2005-2010. Autorização de abertura dos cursos de Enfermagem Bacharelado (Parecer n. 1771) e Secretariado Executivo Bilíngue (Parecer n. 1337).

2006: Autorização de abertura dos cursos de Licenciaturas com disciplinas compartilhadas (Parecer n. 2475), Tecnologia em Design de Interiores (Parecer n. 2378), Tecnologia de Negócios – Gestão de Cooperativas em São Joaquim (Parecer n. 2086) e Tecnologia em Ciências Equinas (Parecer n. 1778). Reconhecimento do curso de Terapia Ocupacional (Parecer n. 330 e Resolução n. 089 do CEE).

2007: Autorização de abertura dos cursos de Engenharia Civil (Parecer n. 756) e Tecnologia em Cosmetologia e Estética Facial e Corporal (Parecer n. 319). Reconhecimento do curso de Tecnologia em Operações de Processos Industriais Eletromecânicos (Parecer n. 080 e Resolução n. 020 do CEE).

2008: Autorização de abertura dos cursos de Biomedicina (Parecer n. 753), Educação

Física em Santo Amaro da Imperatriz (Resolução 071) e Serviço Social (Parecer n. 386). É sugerida a elaboração de um Plano de Recuperação Judicial da Fundação Uniplac (29.09.08). Conclusão dos trabalhos do Grupo de Trabalho - GT de revisão estatutária. Entrega ao reitor de proposta de Estatuto da Universidade (22.10.08). Instituída a intervenção judicial na Fundação Uniplac, a requerimento a Prefeitura do Município de Lages. (24.10.08). Nomeação do primeiro Interventor, Arnaldo Moraes.

2009: Reconhecimento dos cursos de Medicina (Parecer n. 376/09 e Resolução n. 085 CEE), Ciências Biológicas (Parecer n. 412 e Resolução n. 092 do CEE), Tecnologia em Ciências Equinas (Parecer n. 449 e Resolução 095 do CEE), Tecnologia em Design de Interiores (Parecer n. 560 e Resolução n. 129 do CEE), Tecnologia em Cosmetologia e Estética Facial e Corporal (Parecer n. 558 e Resolução n. 127 do CEE) e Tecnologia de Negócios – Gestão de Cooperativas em São Joaquim (Parecer n. 534 e Resolução n. 105 do CEE). Toma posse (agosto) o segundo Interventor, Walter Manfroi. Inclusão da Língua Brasileira de Sinais – Libras como componente curricular dos cursos superiores da UNIPLAC (Resolução n. 1086). Autorização de abertura do curso Superior Sequencial de Formação de Agentes para o Desenvolvimento Regional – Proesde (Parecer n. 594).

2010: Criação do Curso de Graduação em Fisioterapia (Resolução n. 089, de 15 de outubro de 2010). Institucionaliza os Núcleos Docentes Estruturantes - NDE dos Cursos de Graduação da UNIPLAC (Resolução N. 088/2010 de 24 de setembro de 2010).

2011: Criação do Curso de Graduação Jornalismo da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC (Resolução n. 094, de 18 de outubro de 2011). Criação do Curso de Graduação em Engenharia Elétrica da Universidade do Planalto Catarinense – Uniplac, (Resolução n. 092, de 11 de março de 2011).

2012: Criação do Curso Superior de Química: Licenciatura, da Universidade do Planalto Catarinense – Uniplac, (Resolução n. 105, de 27 de novembro de 2012). Aprovado o Curso Superior de Complementação de Formação Pedagógica em Informática da Universidade do Planalto Catarinense - (Resolução n. 104, de 02 de julho de 2012). Criação do Curso Superior de Tecnologia em Fabricação Mecânica da Universidade do Planalto Catarinense (Resolução n. 099, de 22 de março de 2012. Aprovação do Regimento Geral da Universidade do Planalto Catarinense (Resolução Consad n. 01, de 03 de setembro de 2012).

2013: Torna obrigatória a inclusão em todos os Cursos de Graduação da Uniplac, de conteúdos de disciplinas e/ou atividades curriculares, de modo transversal, contínuo e permanente de Educação Ambiental (Resolução n. 115, de 1º de novembro de 2013). Torna obrigatória a inclusão da Educação das Relações Étnico-raciais nas estruturas curriculares dos

Cursos de Graduação da Uniplac (Resolução n. 114, de 1º de novembro de 2013.). A forma de avaliação de aprendizagem prevista no art. 123, do Regimento Geral da Universidade do Planalto Catarinense, passará ser aplicada a partir do 1º semestre de 2014 (Resolução n. 112, de 04 de setembro de 2013). Aprova o Programa de Pós-Graduação stricto sensu Mestrado em Ambiente e Saúde (Resolução n. 110, de 02 de julho de 2013). Aprova o Regimento Interno da Diretoria Executiva da Fundação Uniplac, (Resolução Consad n. 03, de 12 de março de 2013). Instituição do Apoio e Acompanhamento Pedagógico para Alunos da Uniplac, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática (Edital n. 237, de 20 de dezembro de 2013).

2014: Migração da Universidade do Planalto Catarinense – Sistema Federal de Ensino (Resolução n. 134, de 25 de julho de 2014). Regulamentação da nova metodologia de Avaliação da Aprendizagem no âmbito da Uniplac, considerando conhecimentos, habilidades e atitudes, que deverá ser adotada pelos cursos de Graduação e Pós-Graduação, prevista no Artigo 123, parágrafo único, do Regimento Geral da Universidade – Subseção VI - Da Avaliação da Aprendizagem (Resolução n.131, de 08 de julho de 2014). Aprova a criação do Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Odontologia (PPGO), Mestrado Profissional e seu Regimento Geral. Aprova a criação do Curso Complementar para a Formação de Professor de Psicologia(Resolução nº 128, de 18 e junho de 2014. Criação do Curso Superior de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Planalto Catarinense – Uniplac, (RESOLUÇÃO n. 117, de 11 de fevereiro de 2014.) Criação do Curso Superior de Engenharia Mecânica da Universidade do Planalto Catarinense (Resolução n. 116, de 11 de fevereiro de 2014).

2015: Ato Normativo n. 022, de 13/11/2015, reestrutura o Ato Normativo, n. 015, publicado em 22 de julho de 2015: pesquisas empreendidas por docentes/pesquisadores da UNIPLAC. Ato Normativo n. 024, de 23/11/2015: pesquisas empreendidas por docentes/extensionistas da Uniplac. Portaria n. 108, de 06/11/2015: Reconstitui o Conselho Editorial da Revista Uniplac. Portaria n. 052, de 22/04/2015: Reconstitui a Comissão Coordenadora do Processo de Renovação do Credenciamento da Universidade. Portaria n. 091, de 19/08/2015: Reconstitui o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP. Portaria n. 095, de 24/08/2015: Reconstitui a Comissão de Desenvolvimento do Acervo da Biblioteca Central da Uniplac. Resolução n. 182, de 16/09/2015: Aprova o Curso de Pós-Graduação Especialização em Desenvolvimento Regional Sustentável da Universidade do Planalto Catarinense – Uniplac. Portaria n. 114, de 1º/12/2015, constitui por tempo indeterminado a Comissão Coordenadora do Processo de Renovação do Credenciamento da Universidade. Resolução n. 201, de 14/12/2015: Aprova o Projeto de Extensão: Programa de Educação Superior para o

Desenvolvimento Regional – Proesde/Licenciatura.

2016: Resolução Consuni n° 207, de 20/01/2016, define a Metodologia para a Avaliação da Aprendizagem e revoga a Resolução Consuni n° 131, de 08/07/2014. Resolução n. 209, de 19/02/2016: Reedita o Projeto de Extensão: Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional – PROESDE/Licenciatura. Resolução 219, de 08 de junho de 2016, que Revigora o Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico ao Aluno – PAAP. Resolução n. 216, de 08/06/2016: Aprova o Relatório Institucional de 2015 da Universidade do Planalto Catarinense. Resolução n. 221, de 08 de junho de 2016, que aprova o regulamento do registro de certificados de cursos de Extensão na modalidade EaD. Resolução n. 223, de 21 de junho de 2016, que Insere os parágrafos 4° e 5° no artigo 44 do Regimento Geral da Uniplac. Resolução 224, de 21 de junho de 2016, que Cria o parágrafo 2° No artigo 28 do Regimento Geral da Uniplac. Resolução n. 225, de 21 de junho de 2016 (Aprova emendas ao Regimento Geral da Universidade, cria setores e dá outras providências). Parecer n. 672, de 29/07/2016 e Resolução n. 232, de 08/08/2016, aprova o novo Regulamento Institucional dos Estágios Curriculares Obrigatórios dos Curso de Graduação da Uniplac e dá outras providências. Parecer n. 669, de 26/02/2016 e Resolução CONSUNI n. 237, de 13/09/2016, que aprova e institui o novo Regulamento da Biblioteca Universitária e das Bibliotecas Setoriais da Uniplac. Parecer 670, de 29/07/2016 e Resolução CONSUNI n. 238, de 13/09/2016, aprova e estabelece a Política de Desenvolvimento do Acervo das Bibliotecas da Uniplac e dá outras providências. Parecer n. 671, de 29/07/2016 e Resolução n. 231, de 08/08/2016, aprova o novo Regulamento Institucional dos Estágios Curriculares Não-Obrigatórios dos Curso de Graduação da Uniplac e dá outras providências. Resolução n. 235, de 11/08/2016: Trata da política de inclusão e acessibilidade da Fundação Uniplac e da Universidade do Planalto Catarinense. Resolução n. 236, de 30/08/2016, que aprova proposta de padronização de ementas de disciplinas dos cursos de Graduação da UNIPLAC. Resolução CONSUNI n. 239, de 04/10/2016, que aprova o Sistema de Avaliação da CPA. Resolução CONSUNI n. 240, de 04/10/2016, que aprova o Regulamento da Comissão própria de Avaliação (CPA). Resolução CONSUNI n. 241, de 17/11/2016, que aprova a Atualização do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2010- 2018 da UNIPLAC.

2017: Portaria n. 023, de 20 de março de 2017, que reestrutura o Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico ao Aluno (PAAP), vinculado ao Setor de Apoio Pedagógico (SEAPE) da Pró-Reitoria de Ensino. Portaria n. 033, de 04 de abril de 2017, Reconstituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UNIPLAC, nomeada pela Portaria n. 139, de 07 de julho de 2016. Portaria n. 034, de 05 de abril de 2017, Reconstituir a Comissão de

Recredenciamento da UNIPLAC. Resolução n. 259, de 05 de maio de 2017, aprova o Relatório Institucional de 2016. Resolução n. 267, de 16 de maio de 2017, cria a Editora UNIPLAC, altera o Regimento Geral e dá outras providências. Resolução n. 288, de 25 de setembro de 2017, aprova a certificação *on line* de atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão no âmbito da UNIPLAC. Resolução n. 291, de 21 de novembro de 2017, cria as disciplinas institucionais, insere os parágrafos 4º, 5º, 6º e 7º no artigo 99 do Regimento Geral; altera o inciso VII do artigo 101, que trata do crédito como unidade de trabalho escolar; insere o inciso XIII no artigo 101 do Regimento Geral e dá outras providências. Resolução n. 292, de 27 de novembro de 2017, regulamenta as Disciplinas Institucionais na Modalidade a Distância, as Atividades Práticas Extraclasse, a alteração do número de horas do crédito. Resolução n. 295, de 21 de dezembro de 2017, consolida a normatização interna sobre Núcleos Docentes Estruturantes – NDEs e dá outras providências.

2018: Resolução n. 353, de 08 de junho de 2018, reformula o Regulamento da Avaliação Institucional no âmbito da UNIPLAC. Resolução n. 354, de 08 de junho de 2018 Aprova o Regulamento da Comissão Própria de Avaliação – CPA. Resolução CONSAD n. 07, de 18 de junho de 2018, escolhe o Prof. Kaio Henrique Coelho do Amarante para exercer o cargo de Reitor da Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC, pelo período de 04 anos a partir de 01 de julho de 2018. Resolução n. 344, de 16 de abril de 2018, aprova o Relatório de Atividades Institucionais de 2017.

2 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

2.1 NOME DO CURSO

Curso de Serviço Social

2.1.1 Grau

Bacharel

2.2 ATOS LEGAIS DO CURSO

Autorização: O Curso de Serviço Social da UNIPLAC foi aprovado pelo Parecer CONSEPE n. 396, de 23/09/2002.

Adequação do Projeto do Curso: Parecer CONSUNI/CONSEPE n. 1762, de 16/12/2005.

Reestruturação do Curso: Parecer CONSUNI n. 002, de 24/06/2009.

Reconhecimento: Parecer n. 393, de 11/12/2007 e Resolução n. 133, de 11/12/2007, pelo Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina (CEE/SC) e Decreto n. 1.160, de 18/03/2008, do Governo do Estado de Santa Catarina.

Renovação de Reconhecimento: Parecer n. 393, de 11/12/2007 e Resolução n. 133, de 11/12/2007 do CEE/SC e Decreto n. 1.160, de 18/03/2008, do Governo do Estado de Santa Catarina.

Proposta de Reestruturação do Curso: Parecer do CONSUNI n. 386 de 10/12/2008.

Renovação de Reconhecimento: Parecer n. 193, de 14/08/2012 e Resolução n. 107 de 14/08/2012 do CEE/SC e Decreto n. 1.301, de 06/12/2012, do Governo do Estado de Santa Catarina.

Reestruturação do Curso: Em 15/06/2018 sob Parecer CONSUNI n. 038 de 15/06/2018 e Resolução n. 367 de 27/06/2018, o Curso de Serviço Social foi reesturado para atender as Resoluções internas do CONSUNI n. 292/2017, 342/2018 e 355/2018.

2.3 CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO

Carga horária de 2.840 horas, mais 160 horas de Atividades Complementares, totalizando 3.000 horas.

2.4 NÚMERO DE VAGAS PREVISTAS OU AUTORIZADAS

80 vagas anuais.

2.5 PERIODICIDADE

Semestral

2.6 INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO

Mínimo: 4,5 anos / 9 semestres.

Máxima: 9 anos / 18 semestres, conforme Resolução n. 172, de 25/05/2015.

2.7 TURNO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO

Noturno em regime regular.

2.8 MODALIDADE DE OFERTA

Presencial, com 20% na Modalidade a Distância, conforme autorizado pela Portaria n. 1.134, de 10/10/2016, do Ministério da Educação.

2.9 FORMAS DE ACESSO

Vestibular ou processo seletivo, conforme edital.

3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA DO CURSO

3.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

As políticas para o Ensino de Graduação da UNIPLAC estão atentas às novas metodologias de apropriação e produção do conhecimento, com a finalidade de promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação. Dentre elas destacam-se:

- estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

- formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

- incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

- promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

- suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração

- estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

- promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;

- articular o ensino, pesquisa e extensão, em diferentes níveis, produzindo o conhecimento para contribuir com as mudanças sociais responsáveis pela melhoria da qualidade de vida

- centrar o ensino na interdisciplinaridade e na transdisciplinaridade, levando o aluno a compreender o papel das diferentes ciências nas soluções para os problemas com os quais se defronte;

- estimular o relacionamento interpessoal e a comunicação eficaz, propiciando o trabalho em grupo e em equipes;
- fomentar práticas de aprendizagem para formação do cidadão comprometido com uma sociedade justa;
- garantir estrutura para o desenvolvimento da educação continuada e da educação profissional aos egressos;
- organizar e sistematizar a produção de conhecimento dos alunos e professores, socializando-os através de seminários, simpósios, cursos e publicações;
- proporcionar educação de qualidade que possibilite a inserção do ser humano na sociedade globalizada;
- estimular, viabilizar e fomentar, na comunidade acadêmica e junto aos diferentes setores da sociedade, a integração da UNIPLAC, sugerindo mecanismos que favoreçam a melhoria de ensino;
- promover programas de capacitação e atualização de professores e alunos;
- acompanhar o aprimoramento dos projetos pedagógicos;
- expandir a oferta de vagas na graduação;
- planejar e coordenar as atividades do sistema acadêmico no que se refere à graduação;
- atualizar estudos e investigações sobre o conteúdo pedagógico na educação superior;
- estimular a utilização de multimeios para o trabalho nos conteúdos das diversas disciplinas;
- ampliar serviços educacionais;
- fomentar e desenvolver a pesquisa integrada ao ensino e à extensão;
- criar um Programa de Capacitação e Atualização Pedagógica Permanente;
- ampliar a oferta melhorar a qualidade do ensino de graduação;
- fortalecer o processo de inclusão social;
- ampliar a articulação com a sociedade e contribuir para a desenvolvimento regional;
- criar e implantar novos cursos de graduação de acordo com a demanda regional.

Os cursos de Graduação na UNIPLAC se constituíram ao longo dos anos na atividade mais significativa da Instituição, isto é, a partir deles são pensadas, também, as políticas de

formação continuada em nível de Pós-Graduação *lato e stricto sensu*. Assim sendo, os cursos de Graduação são entendidos como espaços de formação inicial, constroem um processo de aprendizagem holístico que legitima a sua identidade enquanto universidade e a sua relevância para a comunidade onde está inserida, capacitam seus egressos para atuação nas diferentes áreas, ancorados nos princípios da ética, da competência técnica e científica do exercício da cidadania, conforme explicitado no PDI 2010/2018.

Assegurada nas legislações pertinentes, nas necessidades de seu entorno, a UNIPLAC vem proporcionando cursos de Graduação em diferentes modalidades, turnos de funcionamento, regimes de oferta e flexibilizações curriculares necessárias. Estes cursos oferecem titulação a licenciados, bacharéis e tecnólogos, sempre em observância às demandas emergentes e às expectativas da Região Serrana de Santa Catarina.

O ensino da UNIPLAC é trabalhado como espaço efetivo de aprendizagens fundamentais para a vida pessoal e profissional, levando em conta aspectos como a globalização e a integração regional, conduzindo o aluno à descoberta e entendimento dos quatro pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver junto e aprender a ser.

O Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UNIPLAC, como instrumento estratégico norteador de ações e esforços a serem desenvolvidos em direção a objetivos e compromissos futuros, foi construído a partir de análises situacionais do ambiente interno da Universidade e do ambiente geral que o cerca.

O Curso de Serviço Social se coaduna com a missão da universidade, na medida em que pretende promover a formação humanística, técnico-científica e cultural do cidadão por meio do ensino, pesquisa e extensão priorizando o desenvolvimento regional, atendendo assim de forma excelente as necessidades de natureza econômica, social, cultural, política e ambiental da região.

As políticas para o ensino de Graduação da UNIPLAC estão atentas às novas metodologias de apropriação e produção do conhecimento, com a finalidade de promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação, conforme detalhamento no PDI. Nesse sentido, o Curso de Serviço Social se alinha as políticas constituídas pela pró-reitoria de ensino.

Assegurada nas legislações pertinentes, nas necessidades de seu entorno, as políticas

para o ensino de Graduação da UNIPLAC vem proporcionando cursos de Graduação em diferentes modalidades. Nesse contexto, o Curso de Serviço Social emerge das expectativas da Região Serrana de Santa Catarina, como área do conhecimento que contribui significativamente para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade serrana de Santa Catarina.

Nessa perspectiva, a UNIPLAC a partir do Curso de Serviço Social expande a oferta de vagas na Graduação ao mesmo tempo em que oferece através desse curso, uma proposta de ensino centrado na interdisciplinaridade e na transdisciplinaridade, levando o aluno a compreender o papel das diferentes ciências nas soluções para os problemas com os quais se defronte. Para isso mantém forte vínculo com as atividades de pesquisa e extensão integradas ao ensino como forma de fomentar e desenvolver a articulação com a sociedade e contribuir para o desenvolvimento regional.

O Curso de Serviço Social para ter continuidade, deve ser um espaço permanente de inovação, onde o ensino, a atualização do Projeto Pedagógico, o perfil do profissional, as competências e habilidades, os conteúdos, as disciplinas, a matriz curricular, as metodologias de ensino, as atividades de aprendizagem, o processo de avaliação, a pesquisa e a extensão encontrem espaços para discussões e, conseqüentemente, revisão de paradigmas, mudança de modelos mentais e de hábitos e culturas.

Nessa perspectiva de transformação, o Curso Superior de Serviço Social busca atingir os objetivos propostos, uma vez que vêm oportunizando esse equilíbrio, em momentos de reflexão conjunta e nas ações recíprocas. A sociedade do nosso tempo é complexa, caracterizada pelo heterogêneo, múltiplo e diverso. Uma instituição de Ensino Superior consubstancia-se em um ambiente ideal para o debate pluralista no campo das ideias. Este é o desafio proposto para o Curso Superior de Serviço Social.

As políticas do PDI e do Curso de Serviço Social se dá a partir da interlocução entre a necessidade de elaboração e execução de projetos de pesquisa e extensão para estimular a abordagem interdisciplinar, a convivência, com foco em resolução de problemas, inclusive de natureza regional, respeitando as diretrizes curriculares pertinentes, contribuindo no sentido de criar projetos de natureza interdisciplinar, envolvendo as disciplinas do curso e/ou outros cursos, criando oportunidades que estimulem a vivência grupal, tais como visitas institucionais, trabalhos comunitários, observação em lócus de espaços e experiências profissionais onde as diversas políticas sociais são desenvolvidas.

Dessa forma o colegiado do curso deverá se coadunar com as políticas propostas pela UNIPLAC e enquadrar-se ao novo PDI 2010/2018.

3.2 PESQUISA E EXTENSÃO NO CONTEXTO DO CURSO

A UNIPLAC, na condição de universidade, sustenta-se na tríade ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, uma vez que esse “tripé” é o articulador e o sustentáculo daquilo que a universidade se propõe a ser, ou seja, uma entidade que deveria ajudar as pessoas a descobrir o seu lugar no universo e, acima de tudo, contribuir com a formação de talentos humanos para o desenvolvimento social (FOX, 1988).

A missão de uma universidade não está pautada apenas no ENSINO, mas também na produção de conhecimento, por meio da PESQUISA acadêmica, e na sua aplicação – EXTENSÃO - na sociedade em que a instituição se insere, com vistas a formação humana e cidadã, comprometida com o bem estar coletivo e com o desenvolvimento econômico e social regional.

Essas três esferas não existem de forma isolada, elas articulam-se num movimento dialógico que enriquece o processo de aprendizado por meio da geração do conhecimento e sua consolidação por meio da prática, o que corrobora com um processo de ensino holístico à medida que compreende o desenvolvimento das mais diversas atitudes, competências e habilidades inerentes e imprescindíveis ao profissional e cidadão do mundo contemporâneo.

A UNIPLAC é uma universidade comunitária e, respeitando este perfil, os conceitos dos três eixos temáticos que norteiam suas linhas de pesquisa, que também valem para os cursos de graduação e Pós-Graduação, foram meticulosamente discutidos e escolhidos, respeitando a identidade institucional:

1. **Educação**, como natureza e especificidade do trabalho da Universidade, com base nos conceitos desenvolvidos por Dermeval Saviani, nas obras “Escola e Democracia” e “Pedagogia Histórico-crítica”.
2. **Trabalho**, conceito marxista de produção da existência humana e não somente a venda da força produtiva por um salário.
3. **Política**, ou a arte de laborar em prol do bem-estar social.

A partir daí, uma redefinição das linhas de Pesquisa da UNIPLAC, aconteceu durante o IV Diálogos Integradores (08/11/2011), que resultaram em 6 linhas, aprovadas pelo CONSUNI em 15/12/2011, com Parecer n. 080. As novas linhas de pesquisa são:

1. Planalto Serrano Catarinense: desenvolvimento territorial.
2. Educação, cultura e políticas públicas.
3. Trabalho, educação e sistemas produtivos.
4. Democracia, cidadania e sociedade.
5. Saúde, ambiente e qualidade de vida.
6. Ciência, política e tecnologia.

As novas linhas de pesquisa trabalham na ótica do respeito ao contexto histórico, porém de forma mais ampla e contemplando um número expressivo de cursos de graduação e Pós-Graduação; da apresentação em forma de categorias, eixos temáticos, com o cuidado de que a primeira categoria sempre seja a macro (principal) e que a segunda faça a mediação desta com a terceira; de que as especificidades sejam trabalhadas nos grupos de pesquisa e nos cursos de graduação e Pós-Graduação.

O curso de Serviço Social da UNIPLAC pela perspectiva interdisciplinar que compõe a organização pedagógica da UNIPLAC, os estudantes de Serviço Social podem se inserir em projetos de pesquisa e/ou extensão propostos por professores das diferentes áreas de conhecimento, em temas relevantes para a formação profissional. Essa participação pode se dar mediante o interesse do estudante, os quais poderão ser ou não beneficiados com bolsas em diversas modalidades (bolsa de iniciação científica; extensão; monitoria; entre outras). A disponibilidade de bolsas aos estudantes está vinculada à participação dos programas e projetos em Editais internos e externos de financiamento.

No curso de Serviço Social a pesquisa percebe-se bastante clara através das disciplinas de Pesquisa Social em Serviço Social I e II aos alunos enquanto estrutura curricular no 4º e no 5º semestre com desenvolvimento de projetos de pesquisa. Além disto, no 8º e 9º semestre os alunos tem a disciplina de TCC, sendo que no 8º semestre se constrói a proposta de pesquisa, no 9º semestre se aplicada, tabula e analisa os resultados encontrados, ainda no mesmo semestre os alunos constroem um artigo científico oriundo do TCC a qual é submetido a publicação em revista escolhida pelo aluno e orientador.

O curso de Serviço Social desenvolve projeto de pesquisa com temáticas pertinentes ao cenário atual da profissão como a Identidade Profissional dos Assistentes Sociais, Serviço Social, mobilização de comunidade e educação popular: atuação profissional do Assistente Social na Política de Assistência Social, Educação e o Desenvolvimento da Política Pública de Economia Solidária no Município de Lages, dentre outros.

A UNIPLAC oferece atualmente bolsas de iniciação científica, através de recursos do Artigo 170, da Constituição Estadual de SC; bolsas do Artigo 171 provenientes do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES), previstos em Lei Orçamentária Anual (LOA); bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), que é um Programa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica (PIBITI/CNPq); bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – Ensino Médio (PIBIC-EM).

Outra atuação importante da pesquisa na UNIPLAC é a apreciação dos aspectos éticos dos protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos, que se dá através do CEP/UNIPLAC. O CEP/UNIPLAC tem tido, atualmente, atuação legitimada pelos docentes e discentes da universidade, à medida que funciona como setor próprio, com ações de informação, capacitação, fiscalização e apreciação sobre os processos de pesquisa que envolvem seres humanos.

No bojo de todo o processo a UNIPLAC, por meio do seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) – 2010-2018, preconiza uma política de extensão voltada para a constituição de um processo educativo, cultural e científico a partir da articulação com o Ensino e a Pesquisa, viabilizando uma relação entre a universidade e a sociedade.

Dentre as regulamentações que viabilizam a extensão, podemos citar o Decreto n.7.416, de 30 de Dezembro de 2010, que regulamenta a concessão de bolsas para o desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária; Lei n. 12.155 de 23 de dezembro de 2009, que em seu artigo décimo reitera a concessão de bolsas para o desenvolvimento das atividades de ensino e extensão e o Decreto n. 6.495 de 30 de junho de 2008, que instituiu o Programa de Extensão Universitária – PROEXT, fomentando o financiamento a projetos de extensão universitária para estreitar os laços da universidade com a sociedade na transformação social. Além dessas, podemos ainda citar a Lei n. 8.035 de

2010, e o Plano Nacional de Educação (PNE) 2010-2020, que reitera a relevância da extensão no âmbito da graduação por meio de programas e projetos de extensão universitária.

Em toda essa legislação percebe-se a extensão como um espaço de produção do conhecimento, onde existe a convergência com o ensino e a pesquisa de forma articulada com a mudança social e comprometida com o desenvolvimento econômico e social das regiões abarcadas pelas instituições universitárias.

Trata-se de uma busca pela ligação entre teoria e prática, a fim de produzir conhecimento e compor um processo de formação de cidadãos e profissionais capacitados para o trato social e profissional. O PDI da UNIPLAC 2010-2018 (p. 100 a 109) também preconizou o foco dos Programas de Extensão para o período por ele compreendido, sendo eles:

1. Promoção da Educação e do Trabalho;
2. Assistência Jurídica a Família;
3. Assistência Social a Família;
4. Manutenção dos Alunos Carentes na Universidade;
5. Envolvimento da Comunidade Externa em eventos esportivos, artísticos, culturais, lúdicos, recreativos e educativos;
6. Inclusão social para Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida, Transtornos de Conduta e Altas Habilidades/Superdotação;
7. Garantia do direito a Assistência de Crianças, Adolescentes, mulheres e Idosos;
8. Ações comunitárias com vistas ao Desenvolvimento Regional sustentável;

As linhas de ação acima citadas, juntamente com as políticas nacionais de incentivo a extensão universitária, constituem o embasamento por meio do qual se desenvolvem as atividades extensionistas na universidade e, por consequência, incidem nas ações desenvolvidas no âmbito do ensino de graduação, bem como na pesquisa universitária.

Isso porque a extensão em uma IES Comunitária como a UNIPLAC nos remonta a função social da universidade, uma vez que a junção da tríade sustentadora deste título permite o desenvolvimento de um trabalho na democratização do conhecimento, por meio da interdisciplinaridade e do compromisso com a busca de alternativas para as demandas sociais da região de abrangência da instituição, pois:

No conjunto das finalidades da instituição educadora, conforme a definição constitucional, está a formação humana, a capacitação profissional e a qualificação para a cidadania, promovida por meio do ensino, da Pesquisa e da Extensão. Neste caso a extensão cumpre um papel importante na medida em que posiciona a

instituição, junto com todo o seu projeto pedagógico, no horizonte das novas fronteiras do conhecimento e das construções sociais. (SÍVERES, 2011, p. 26)

A partir dessa concepção de necessária convergência entre o ensino e a extensão, é que a IES, por meio da Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, por meio de sua Coordenação de Extensão, promove um movimento de formação extensionista para docentes e discentes, no sentido de construir sólidas bases para que os cursos de graduação possam ampliar e fortalecer as suas atividades de extensão.

No contexto da graduação, a extensão universitária se faz presente por meio de diversas atividades de extensão, sendo estas Programas de Extensão, Projetos de Extensão (Curta Duração e Permanentes), eventos e cursos de extensão. Ao colegiado do curso compete a reflexão em torno da relevância das atividades extensionistas para cada etapa do processo de formação no curso, bem como a execução destas, seja por meio de submissão de propostas nas diversas modalidades acima mencionadas.

Ressalta-se que a universidade mantém anualmente um edital de bolsas de extensão para projetos permanentes com financiamento por meio de recursos próprios, permitindo ao colegiado a captação de verbas para a promoção de atividades de extensão de longa duração que articulem os âmbitos do ensino e da extensão, bem como o da própria pesquisa, em face de necessidade de indissociabilidade dessa tríade preconizada pela legislação supracitada.

O Curso de Graduação em Serviço Social apresenta uma interface, em diferentes perspectivas, com o Curso de Pós-Graduação “Especialização em Gestão de Políticas Sociais”, que está na segunda turma, proposta esta oriunda do Curso de Graduação em Serviço Social da UNIPLAC. Baseado nas diretrizes do PPP da UNIPLAC, o Curso de Especialização é oferecido não só a assistentes sociais, mas também a profissionais de áreas afins, priorizando conteúdos emergentes no contexto da sociedade e do trabalho social na contemporaneidade, valorizando a perspectiva da interdisciplinaridade e da transversalidade.

No contexto de Pós-Graduação da Especialização em Gestão de Políticas Sociais, a pesquisa se faz presente enquanto disciplina e na produção de artigo científico, a ser publicizado em uma revista de qualis no mínimo 3.

Além disto, o Curso de Serviço Social possui articulação com a Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade (RMSFC), a qual disponibiliza 03 vagas para egressos do Serviço Social, a interface acontece entre os projetos de extensão da RMSFC e os acadêmicos do curso nas atividades, além disto, pode-se destacar que a

Coordenadora do Curso, é orientadora dos Residentes de Serviço Social nas produções científicas, artigos, mostra científicas, dentre outras.

Se faz necessário destacar que no sentido da realização de intercâmbio de alunos pós graduandos e professores do curso, este ano tivemos a participação de dois palestrantes estrangeiros na Atividade Alusiva em Comemoração ao Dia do Assistente Social dois palestrantes estrangeiros, sendo estes um professor de Angola da PUC e outra doutoranda da Universidade de Lile na França.

Na Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade (RMSFC) temos uma aluna que está realizando intercâmbio na área da saúde na Europa, com objetivo de realizar troca de experiência entre estes países e o Brasil no âmbito da saúde e do Serviço Social.

O Curso de Serviço Social possui Grupo de Pesquisa cadastrado no CNPQ intitulado Cotidiano e Construção de Conhecimento da Universidade do Planalto Catarinense.

A partir das Linhas Institucionais de Pesquisa o curso tem expressado a devida atenção, principalmente, por parte de seus professores, mas também mobilizando seus alunos para integrarem-se na iniciação científica. Dentre as oportunidades que a UNIPLAC oferece aos alunos, estão os Editais da Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina (FAPESC), UNIEDU, dentre outros.

Considerando a necessidade desse elemento também central no processo de formação dos alunos, os professores do curso desenvolveram/desenvolvem projetos de pesquisa, bem como tem envidado esforços no sentido de sua ampliação.

A participação do Curso nas diversas edições da Mostra de Iniciação à Pesquisa e Jornada de Pesquisa, Ensino e Extensão, eventos institucionais, Edupala, com apresentação de trabalhos científicos, promove o crescimento do curso e traz resultados positivos para a comunidade acadêmica e a sociedade.

O colegiado do Curso de Serviço Social, entende a extensão como sendo todo o processo educativo, cultural e científico que articule o ensino e a pesquisa, como forma de viabilizar a relação entre a Universidade e a sociedade. A partir desse entendimento algumas iniciativas de caráter extensionista foram promovidas pelo curso, através de projeto de extensão dentre eles estão: Projetos Mediação Familiar, Tecendo Redes (Escolas), Sistema Prisional, Trocando Varais (Serviço de Medidas Socioeducativas), Diagnóstico do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Capacitação para Conselheiros

Tutelares, Capacitação para Cuidadores de Instituições de Longa Permanência para Idosos, Assessoria e Consultoria do Serviço Social no Ministério Público, Serviço Social na Escola, Adolescer com Saúde: Ambulatório de Adolescente do Hospital Infantil Seara do Bem: uma intervenção entre Serviço Social e Medicina; Uniplac Construindo Cidadania, alguns destes em parceria com os cursos de Psicologia, Educação Física, Medicina, Direito e Pedagogia.

O enlace destes diferentes níveis de formação permite que a perspectiva interdisciplinar fundante de ambos, balize módulos de estudos que se re-significam e nutrem mutuamente, alimentando olhares, debates e troca de estudos entre os estudantes e a equipe de docentes e técnicos envolvidos. Também é fundamental que as temáticas sociais pesquisadas, problematizadas e trabalhadas, durante a Graduação, possam ser identificadas e organizadas, constituindo-se em objetos de estudo, pesquisa e novas proposições na especialização, permitindo não somente maior visibilidade às sequelas da questão social, mas também o aprofundamento investigativo e propositivo frente a elas, que certamente embasarão os fundamentos da Graduação. Ainda são possíveis seminários públicos de apresentação e debate entre os TCs, estudos e temas de interesse de ambos os níveis, e estes abertos à participação da comunidades.

3.3 OBJETIVOS DO CURSO

Os objetivos do curso, constantes no PPC, estão implementados, considerando o perfil profissional do egresso, a estrutura curricular, o contexto educacional, características locais e regionais e novas práticas emergentes no campo do conhecimento relacionado ao curso.

3.3.1 Objetivo Geral

Formar profissionais de Serviço Social habilitados a investigar e intervir na realidade social, aptos a compreender, na rede de relações no âmbito do Estado ampliado, as demandas tradicionais e emergentes na contemporaneidade, através da construção do conhecimento e da compreensão da realidade social, considerando as dimensões históricas, políticas, econômicas, culturais e ambientais, bem como as particularidades das coletividades, na perspectiva interdisciplinar e fundamentando-se nos referenciais teórico-metodológicos, técnico-

operativos e ético-políticos do Serviço Social, assumindo caráter mediador de transformação da sociedade, na defesa e garantia de direitos.

3.3.2 Objetivos Específicos

– Criar oportunidades para que o estudante estabeleça a relação teoria-prática do Serviço Social, utilizando um instrumental técnico-científico que responda aos desafios apresentados pelas demandas sociais;

– Propiciar aos estudantes e professores, o conhecimento e compreensão das múltiplas expressões da questão social, numa perspectiva interdisciplinar, visando propor ações para seu enfrentamento, tendo como referência para a aprendizagem a realidade local;

– Desenvolver o senso teórico-crítico e a capacidade de reconhecimento das transformações sociais que permeiam o mundo globalizado, assim como identificar as desigualdades sociais inerentes ao sistema capitalista e suas determinações nas realidades locais;

– Estabelecer a unidade no processo ensino-aprendizagem, por meio de uma relação democrática e construtiva entre o professor e o estudante;

– Propiciar condições para o desenvolvimento de consciência crítica do estudante, como um requisito fundamental na construção de sua identidade profissional;

– Proporcionar a vivência prática dos estudantes nos processos sociais, por meio dos Projetos de Aprendizagem, das Atividades Complementares e do Estágio Supervisionado;

– Subsidiar a construção de conhecimentos pelos sujeitos do curso, nos vários momentos do curso e em especial na elaboração do TC, orientando a produção para temáticas locais/regionais, atendendo ao compromisso da UNIPLAC com o desenvolvimento social deste território;

– Estimular o estudante à definição de posicionamento ético diante dos desafios e exigências da profissão;

– Proporcionar o acesso à prática de pesquisa e de extensão como forma de fundamentar a relação teoria-prática na formação profissional;

– Contribuir para a formação de profissionais habilitados ao reconhecimento de seu espaço ocupacional no desenvolvimento da sociedade, na ótica do conhecimento do global e do agir local, no foco da região do Planalto Catarinense;

- Provocar a participação dos estudantes em sociedades científicas e/ou de organização da categoria profissional, como forma de garantia do compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual da competência profissional;

- Subsidiar os estudantes de Serviço Social no desenvolvimento de habilidades para conceber, planejar, executar, administrar e avaliar políticas e serviços sociais, para realizar estudos sócio-econômicos, assim como prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas, organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

3.4 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

A elaboração do perfil do Egresso do Curso de Serviço Social teve como base as Diretrizes Curriculares da área, propostas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e as Diretrizes Curriculares aprovadas pela Resolução n.15/CNE-CES/2002, a Lei de Regulamentação da Profissão – Lei n. 8662, de 07 de junho de 1993 e o Código de Ética profissional. A formação do Assistente Social deve contemplar a capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para:

- formar profissional generalista, interdisciplinar, crítica, pluralista e em sintonia com as mudanças da sociedade contemporânea. Deve explicitar em sua prática o compromisso com a democratização das relações sociais e com a promoção do exercício pleno da cidadania, atuando no planejamento, elaboração, implementação, execução, gestão, monitoramento e avaliação de políticas públicas, programas, projetos e serviços sociais, em diferentes níveis e instituições, voltados para a defesa da cidadania, para equidade e justiça social, para o fortalecimento de indivíduos e grupos sociais e para o desenvolvimento social.

- pautar seus objetivos para a melhoria das condições de vida e trabalho da população brasileira, construindo estratégias interventivas nas múltiplas manifestações da questão social;

- formar um profissional que deverá estar apto a atuar em organizações públicas, privadas, não governamentais e nos movimentos sociais, através de contratação direta ou através de consultoria;

Assim, buscar-se-á formar um Profissional que atue nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com

capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho, comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social.

3.5 ESTRUTURA CURRICULAR, EMENTÁRIO E REFERÊNCIAS

A estrutura do curso, possui flexibilidade e compatibilidade de carga horária condizente com as Diretrizes Curriculares do Serviço Social de forma que o aluno possa ter acesso ao ensino presencial e de qualidade. A interdisciplinaridade se apresenta por meio das disciplinas que possuem professores de diferentes áreas do conhecimento. Quanto a acessibilidade metodológica a estrutura propicia condições de relacionar teoria e prática, a partir das vivências realizadas nas atividades extra-classe, por meio de carga horária específica de cada disciplina. A disciplina de Libras é ofertada a todos os alunos dentro da estrutura curricular.

Disciplinas e cargas horárias da Educação a Distância, observada a estrita observância dos 20% exigidos sobre a carga horária total do curso, conforme Portaria MEC n. 1.134, de 10/10/2016.

3.5.1 Estrutura Curricular

1º semestre				
Disciplinas	C/H	Créditos	CH Sala de Aula	CH Extra-classe/PCC
Introdução ao Serviço Social	80	04	66	14
Serviço Social e Questão Social	80	04	66	14
Psicologia Social	40	02	33	07
Formação Sócio Histórica e Política do Brasil	40	02	33	04
Tecnologia da Informação e Comunicação*	80	04	66	14
Subtotal	320	16	-	-
2º semestre				
Disciplinas	C/H	Créditos	CH Sala de Aula	CH Extra-classe/PCC
Fundamentos Éticos, Filosóficos e Ética Profissional do Serviço Social	80	04	66	14
Política Social e Serviço Social	80	04	66	14
Instrumentos Técnicos e Operativos do Serviço Social I	80	04	66	14
Cultura, Diferença e Cidadania*	80	04	66	14
Subtotal	320	16	-	-
3º semestre				
Disciplinas	C/H	Créditos	CH Sala de	CH Extra-

			Aula	classe/PCC
Fundamentos Sócio Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I	80	04	66	14
Instrumentos Técnicos e Operativos do Serviço Social II	80	04	66	14
Serviço Social Trabalho e Profissão	80	04	66	14
Língua Portuguesa*	80	04	66	14
Subtotal	320	16	-	-
4º semestre				
Disciplinas	C/H	Créditos	CH Sala de Aula	CH Extra-classe/PCC
Fundamentos Sócio Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social II	80	04	66	14
Gestão, Planejamento, Assessoria e Consultoria em Serviço Social	80	04	66	14
Pesquisa Social em Serviço Social I	80	04	66	14
Iniciação à Pesquisa Científica*	80	04	66	14
Subtotal	320	16	-	-
5º semestre				
Disciplinas	C/H	Créditos	CH Sala de Aula	CH Extra-classe/PCC
Serviço Social e Seguridade Social I - Saúde	80	4	66	14
Estágio Supervisionado I	140	7	115	25
Pesquisa Social em Serviço Social II	80	4	66	14
Ambiente e Desenvolvimento Sustentável*	80	4	66	14
Subtotal	380	19	-	-
6º semestre				
Disciplinas	C/H	Créditos	CH Sala de Aula	CH Extra-classe/PCC
Serviço Social e Seguridade Social III - Previdência Social	80	4	66	14
Estágio Supervisionado II	140	7	115	25
Serviço Social e Seguridade Social II- Assistência Social	80	4	66	14
Serviço Social e Temas Emergentes (Oficina de Serviço Social I)	40	2	33	07
Subtotal	340	17	-	-
7º semestre				
Disciplinas	C/H	Créditos	CH Sala de Aula	CH Extra-classe/PCC
Serviço Social: Família e Segmentos Vulneráveis	80	4	66	14
Serviço Social e Avaliação de Programas e Projetos Sociais	80	4	66	14
Estágio Supervisionado III	140	7	115	25
Cotidiano e Identidade Profissional (Oficina de Serviço Social II)	40	2	33	07
Subtotal	340	17	-	-
8º semestre				
Disciplinas	C/H	Créditos	CH Sala de Aula	CH Extra-classe/PCC
Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social I	80	4	66	14
Estágio Supervisionado IV	140	7	115	25
Serviço Social e Políticas Setoriais: Criança e Adolescente, Idoso e Mulher	80	4	66	14
Subtotal	300	15	-	-
9º semestre				
Disciplinas	C/H	Créditos	CH Sala de Aula	CH Extra-classe/PCC
Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social II	80	4	66	14
Serviço Social, Movimentos Sociais, Processos Participativos	80	4	66	14

e Educação Popular				
Serviço Social e Educação	40	2	33	07
Subtotal	200	10	-	-
Atividades Complementares	160			
CARGA HORÁRIA TOTAL	3.000	142	-	-
Disciplina Optativa: Libras**	80	04	-	-

* Disciplina Institucional.

** Observação: O Decreto Lei n. 5626 em seu art. 3º parágrafo 2º publicado em 22 de dezembro de 2005 normatizou a oferta da disciplina de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) em todos os cursos de Graduação. Tornando-o obrigatório nos cursos de Licenciatura e facultando o seu oferecimento em outros cursos de Graduação.

3.5.2 Ementário e Referências

1º Semestre	
SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO SOCIAL	
Carga horária	80 horas – 4 créditos
Ementa	Gênese da questão social. Expressões contemporâneas da questão social. Questão social no Brasil e em Santa Catarina. Questão social e o serviço social. Trabalho e serviço social. Possibilidades e alternativas de reversão da Questão Social.
Referências	<p>Básica ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2015. CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 2003. IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>Complementar AMMANN, Safira Bezerra. Cidadania e exclusão social: o mundo desenvolvido em questão. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, v24, n.76. p 118-142, set. 2003. Periódico CEOLIN, George Francisco. Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no serviço social. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, v.34, n.118, p.239-264, abr. 2014. http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n118/a03n118.pdf MONTAÑO, Carlos. Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2007. MOTA, Ana Elizabete. O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e sociedade. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2010. TAVARES, Maria Augusta da Silva. O debate contemporâneo acerca da questão social. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, v.28,n.92, p.118-138, out. 2007. Periódico</p>
INTRODUÇÃO AO SERVIÇO SOCIAL	
Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Constituição, natureza e desenvolvimento, da profissão de Serviço Social. Considerações sobre o processo sócio histórico de profissionalização do Serviço Social. Lei que regulamenta a profissão. Conselhos de fiscalização do exercício profissional. As demandas atuais do mercado de trabalho e suas áreas de intervenção. Organização Estudantil.
Referências	<p>Básica ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. Que é serviço social. São Paulo: Brasiliense, 2005. (Coleção Primeiros Passos) IAMAMOTO, Marilda Villela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2007. MARTINELLI, Maria Lúcia. Serviço social: identidade e alienação. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>Complementar</p>

	<p>BAPTISTA, Veras Myrian e Odária Battini. A prática profissional do assistente social. Teoria, ação, construção do conhecimento. Volume 1. São Paulo: Veras, 2009.</p> <p>CASTRO, Manuel Manrique. História do Serviço Social na América Latina. 6. ed. São Paulo: A Comissão, 2003.</p> <p>CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL (SC). 10 anos do código de ética e da lei de regulamentação da profissão - lei n.º 8662/93 de 07/06/1993: em muitos lugares no Brasil existem profissionais a serviço da justiça social. Florianópolis: CRESS, 2004. Folheto</p> <p>FALEIROS, Vicente de Paula. Metodologia e ideologia do trabalho social. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1997.</p> <p>IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico - metodológica. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2014.</p> <p>NETTO, José Paulo. Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p>
PSICOLOGIA SOCIAL	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Pressupostos teórico-epistemológicos da psicologia social. Processo de constituição de sujeito e da subjetividade na perspectiva sócio histórica. Processo Grupal.
Referências	<p>Básica</p> <p>CAMPOS, Regina Helena de Freitas (Org.). Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.</p> <p>SAWAIA, Bader Burihan (Org.). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.</p> <p>VERONESE, Marília Veríssimo (Org.); GUARESCHI, Pedrinho A. (Org.). Psicologia do cotidiano: representações sociais em ação. Petrópolis: Vozes, 2007.</p> <p>Complementar</p> <p>FONSECA, Tania Mara Galli. Gênero, subjetividade e trabalho. Petrópolis: Vozes, 2000.</p> <p>JACQUES, Maria Da Graça Corrêa et al. Psicologia social contemporânea: livro - texto. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.</p> <p>LANE, Sílvia Tatiana Maurer (Org.); GODO, Wanderley (Org.). Psicologia social: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 2004.</p> <p>REY, Fernando González. O social na psicologia e a psicologia social: a emergência do sujeito. Petrópolis: Vozes, 2004.</p> <p>SPINK, Mary Jane P. Psicologia social e saúde: práticas, saberes e sentidos. 7. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.</p>
FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA E POLÍTICA DO BRASIL	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos da República Velha. Estado Novo. Industrialização e urbanização. Inserção do país no sistema capitalista mundial e seus desdobramentos nas décadas de 1970 e 1980. Transição democrática e neoliberalismo.
Referências	<p>Básica</p> <p>IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação profissional. 11.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007.</p> <p>BOSCHETTI, I ed alli. Política social no capitalismo: Tendências contemporâneas. 2.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.</p> <p>HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. 26. ed. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda, 1996.</p> <p>Complementar</p> <p>PRADO JÚNIOR, Caio Prado. Evolução política do Brasil e outros estudos. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1971.</p> <p>SODRÉ, Nelson Werneck. Síntese de história da cultura brasileira. 20 ed. Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 2003.</p> <p>PORTO Gonçalves, Carlos Walter. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.</p> <p>LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no</p>

	Brasil. 4 ed. São Paulo: Companhia das letras, 2012. FAORO, R. Os donos do poder . 10. ed. Porto Alegre: Globo, 1996.
TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	
Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Ensino superior e educação a distância. Informática básica. Comunidades de aprendizagem virtual. Ambientes colaborativos.
Referências	<p>Básica FRANÇA, Alex Sandro de. Games, web 2.0 e mundos virtuais em educação. São Paulo: Cengage Learning, 2015. recurso online JENKINS, Henry. Cultura da convergência. São Paulo: Aleph, 2012. MOORE, Michael. Educação à distância uma visão integrada. São Paulo: Cengage Learning, 2007. recurso online</p> <p>Complementar BATISTA, Sueli Soares dos Santos. FREIRE, Emerson. Sociedade e tecnologia na era digital. São Paulo: Erica, 2014. recurso online LEVY, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34 LTDA, 2010. 203 p. (Coleção trans.) MESQUITA, Deleni. Ambiente virtual de aprendizagem conceitos, normas, procedimentos e práticas pedagógicas no ensino à distância. São Paulo: Erica, 2014. recurso online MUNHOZ, Antonio Siemsen. Qualidade de ensino nas grandes salas de aula. São Paulo: Saraiva, 2016. SANTOS, Aldemar de Araújo. Informática na empresa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015. recurso online SANTOS, Vanice dos. Ágora digital: o cuidado de si no caminho do diálogo entre tutor e aluno em um ambiente de aprendizagem. Jundiaí: Paco editorial, 2013.</p>
2º Semestre	
FUNDAMENTOS ÉTICOS, FILOSÓFICOS E ÉTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL	
Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Os códigos de ética na história do Serviço Social brasileiro. Os fundamentos ontológico-sociais da dimensão ético-moral da vida social e seus rebatimentos na ética profissional. O debate teórico-filosófico sobre as questões éticas da atualidade. O processo de construção de um ethos profissional, o significado de seus valores e as implicações ético-políticas do trabalho profissional. O Código de 1993 e sua importância na constituição do projeto ético-político da categoria.
Referências	<p>Básica BONETTI, Dilséia Adeodata (Org.); SILVA, Marlise Vinagre (Org.); SALES, Mione Apolinário (Org.). Serviço social e ética: convite a uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2003. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Código de ética do assistente social: lei 8662/93. 3. ed. Atual. Brasília: O Conselho, 1997. IAMAMOTO, Marilda Villela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2007.</p> <p>Complementar BARROCO, Maria Lucia Silva. Ética e serviço social: fundamentos ontológicos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005. BOFF, Leonardo. Saber cuidar: ética do humano - compaixão pela terra. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. BOFF, Leonardo. Ética e moral: a busca dos fundamentos. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. BRITES, Cristina Maria; SALES, Mione Apolinário. Ética e práxis profissional: curso de capacitação ética para agentes multiplicadores. v. 2. 2. ed. rev. e atual. Brasília: CFESS, 2005. TERRA, Sílvia. Ética e instrumentos processuais. v 4. ed. Brasília: CFESS, 2005.</p>
INSTRUMENTOS TÉCNICOS OPERATIVOS DO SERVIÇO SOCIAL I	
Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Concepções e aspectos ético-políticos do instrumental técnico-operativo do serviço social.

	Perspectivas teórico-metodológicos na construção dos instrumentos de intervenção. Instrumentos e técnicas no exercício profissional. Competência Profissional.
Referências	<p>Básica GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade do serviço social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2016. Recurso online PIZZOL, Alcebir Dal. Estudo social ou perícia social? um estudo teórico-prático na justiça catarinense. Florianópolis: Insular, 2006. PONTES, Reinaldo Nobre. Mediação e serviço social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social. 4. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 2007.</p> <p>Complementar AMARO, Sarita. Visita domiciliar: guia para uma abordagem complexa. Porto Alegre: AGE, 2003. Recurso online FALEIROS, Vicente de Paula. Estratégias em serviço social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002. MOTA, Ana Elizabete da. O Estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos: contribuição ao debate no judiciário, no penitenciário e na previdência social/Conselho Federal de Serviço Social, (Org.). São Paulo: Cortez, 2003. LAVORATTI, Cleide; COSTA, Dorival (Org.). Instrumentos técnico-operativos no Serviço Social: um debate necessário/. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016. http://www.uepg.br/proex/Documents/Ebooks/INSTRUMENTAIS%20TECNICO-OPERATIVOS%20NO%20SERVICO%20SOCIAL.pdfhttp://www.uepg.br/proex/Documents/Ebooks/INSTRUMENTAIS%20TECNICOOPERATIVOS%20NO%20SERVICO%20SOCIAL.pdf. Acessado em 13/08/18.</p>
POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL	
Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Determinações sócio históricas das políticas sociais. Perspectivas conceituais da política social. A construção das políticas sociais no século XX. A Constituição de 1988 e Seguridade Social. O Estado brasileiro e a regulamentação e implementação dos direitos sociais. A conjuntura de contra reformas do Estado (novo) e desenvolvimentismo.
Referências	<p>Básica BEHRING, Elaine Rossetti. Política social: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2006. FALEIROS, Vicente de Paula. A política social do estado capitalista: as funções da previdência e da assistência sociais. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2000. PEREIRA, Potyara Amazoneida P. Política Social: temas & questões. 3.ed. São Paulo: Gryphus, 2011.</p> <p>Complementar ARRETCHE, Marta. Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização. São Paulo: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 2000. ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. Serviço social, trabalho e políticas públicas. Saraiva. São Paulo. 2011. PDF. Recurso online BEHRING, Elaine Rossetti. Política social no capitalismo tardio. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. CARNOY, Martin. Estado e teoria política. 10. ed. São Paulo: Papirus, 2004. DEMO, Pedro. Capitalismo contemporâneo e política social. Revista Katalysis, v. 8, jan/jun, 2005, Florianópolis, p. 32-45. Periódico. PEREIRA, Potyara Amazoneida P. Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. RAICHELIS, Raquel. Articulação entre os conselhos de políticas públicas – uma pauta a ser enfrentada pela sociedade civil. Revista Serviço Social e Sociedade 85, Ano XXVII, março 2006, p.109-116. Periódico VIEIRA, Reginaldo de Sousa (Org.). Estado, política e direito: relações de poder e políticas públicas. Criciúma: Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2008.</p>
CULTURA, DIFERENÇA E CIDADANIA	
Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Abordagem conceitual: cultura, etnocentrismo e relativismo cultural. A diversidade cultural:

	biológica, geográfica e cultural. Identidade cultural: raça, racismo e relações étnico-raciais-Identidade e diferença: gênero e sexualidade. Cidadania no Brasil: Desafios e conquistas. Cidadania, Movimentos sociais e direitos humanos. Saberes necessários a uma cidadania planetária. Panorama das políticas públicas de direitos humanos e diversidade cultural no Brasil.
Referências	<p>Básica: CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. O longo Caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Disponível em https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/desafios/article/download/.../8899/ GROSSI, M.P., Identidade de gênero. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998. http://miriamgrossi.paginas.ufsc.br/files/2012/03/grossi_miriam_identidade_de_genero_e_sexualidade.pdf HALL, Stuart; SILVA, Tomaz Tadeu da. A identidade cultural na pós modernidade. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. MORIN, E. . Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem e incerteza humana. São Paulo: Cortez, 2003. SILVA, T. T. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.</p> <p>Complementar: BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: Min. da Educação, 2013. MORGAN, L. S. A noção contemporânea de cidadania como pré-compreensão para a materialização dos valores éco-jurídicos fundamentais. In: ENCONTRO PREPARATÓRIO PARA O CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 16.,13, 14 e 17 jun. 2007, Campos dos Goytacazes. Anais... Florianópolis: Fundação Boiteux: 2007. CECCHETTI, Elcio; POZZER, Adecir. Educação e diversidade cultural: tensões, desafios e perspectivas. Blumenau: Edifurb, 2014. (Série Saberes em Diálogo) APROXIMAÇÕES ENTRE DIREITO E ANTROPOLOGIA: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO PROJETO DE LEI N° 1.057/20 071 Débora Fanton http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2009_2/debora_fanton.pdf.</p>
3º Semestre	
FUNDAMENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL I	
Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Emergência e institucionalização do serviço social no Brasil de 1930 a 1950. Serviço social do pós-guerra ao início dos anos de 1980. Movimento de reconceituação na América Latina e no Brasil. Modernização do serviço social brasileiro: as propostas de Araxá e Teresópolis. Expressões da questão social, demandas e respostas profissionais da época.
Referências	<p>Básica IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico - metodológica. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2014. MARTINELLI, Maria Lúcia. Serviço social: identidade e alienação. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011. CASTRO, Manuel Manrique. História do Serviço Social na América Latina. 6. ed. São Paulo: A Comissão, 2003.</p> <p>Complementar AGUIAR, Antônio Geraldo de. Serviço social e filosofia: das origens a Araxá. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1989. FALEIROS, Vicente de Paula. Metodologia e ideologia do trabalho social. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1997. IAMAMOTO, Marilda Villela. Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 2011. PAULO NETTO, José. Capitalismo monopolista e serviço social. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.</p>

INSTRUMENTOS TÉCNICOS E OPERATIVOS DO SERVIÇO SOCIAL II	
Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Concepções e aspectos ético - políticos do instrumental técnico-operativos. Relação entre os aspectos teórico-metodológicos e o instrumental técnico-operativo. Instrumentos e técnicas no exercício profissional. Metodologia de intervenção: abordagens individuais e coletivas da ação profissional.
Referências	<p>Básica CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos: contribuição ao debate no judiciário, penitenciário e na previdência social. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2003. FALEIROS, Vicente de Paula. Estratégias em serviço social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002. VASCONCELOS, Ana Maria de. A prática do serviço social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2013.</p> <p>Complementar CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Atribuições privativas do(a) assistente social: em questão. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2002. GUERRA, Yolanda A instrumentalidade do serviço social [livro eletrônico] São Paulo: Cortez, 2016. PDF recurso online LAVORATTI, Cleide; COSTA, Dorival (Org.). Instrumentos técnico-operativos no Serviço Social: um debate necessário/. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016. http://www.uepg.br/proex/Documents/Ebooks/INSTRUMENTAIS%20TECNICO-OPERATIVOS%20NO%20SERVICIO%20SOCIAL.pdf MOREIRA, Carlos Felipe Nunes. O Trabalho com grupos em Serviço Social: a dinâmica de grupo como estratégia para reflexão crítica. São Paulo: Cortez, 2013. VELOSO, Renato. Serviço social, tecnologia da informação e trabalho [livro eletrônico] 1. ed. -- São Paulo: Cortez, 2013. e-PUB.</p>
LÍNGUA PORTUGUESA	
Carga horária	80 horas – 4 créditos
Ementa	Introdução à comunicação. O ato comunicativo. A noção de texto. Níveis de leitura do texto. O hipertexto. A comunicação e o texto. A estrutura frásica no texto, dadas às especificidades. Qualidade da frase. Relações sintáticas na expressividade: concordância, regência e colocação.
Referências	<p>Básicas RONCARATI, Cláudia. As cadeias do texto: construindo sentidos. São Paulo: Parábola, 2010. (Série estratégias de ensino). CASTILHOS. Ataliba T. de. Nova gramática do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2010. KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas. São Paulo: Editora contexto, 2018.</p> <p>Complementar GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna: aprender a escrever, aprendendo a pensar. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV – Fundação Getúlio Vargas, 1974. LEFFA, Júlio Araújo Vilson. Redes sociais e ensino de línguas: o que temos de aprender? São Paulo: Parábola, 2016. MASSIP, Vicente. Interpretação de textos: curso integrado de lógica e linguística. São Paulo, EPU, 2001 FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão (Autor). Para entender o texto: N. 17. ed. São Paulo: Ática, 2007. GOLDSTEIN, Norma; LOUZADA, Maria Silvia; IVAMOTO, Regina. O texto sem mistério: leitura e escrita na universidade. São Paulo: Ática, 2009.</p>
SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E PROFISSÃO	
Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	A compreensão do trabalho como fundamento ontológico e teleológico na perspectiva marxiana. As Configurações do trabalho na atualidade. O serviço social como especialização do trabalho coletivo participe dos processos de trabalho. Os elementos constitutivos do

	processo de trabalho e o trabalho do assistente social na contemporaneidade.
Referências	<p>Básicas ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. São Paulo. Cortez: 2015. Recurso online. IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação profissional. 11.ed. São Paulo: Cortez, 2007. IAMAMOTO, Marilda Vilela. Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.</p> <p>Complementar ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. Serviço social, trabalho e políticas públicas. São Paulo: Saraiva, 2011. recurso online FALEIROS, Vicente de Paula. Saber profissional e poder institucional. São Paulo: Cortez, 2011. KARSCH, U. O Serviço Social na era dos serviços. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1989. IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011. PONTES, Reginaldo. Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.</p>
4º Semestre	
GESTÃO, PLANEJAMENTO, ASSESSORIA E CONSULTORIA EM SERVIÇO SOCIAL	
Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Teorias organizacionais e os modelos gerenciais na organização do trabalho e nas políticas sociais. Planejamento e gestão dos serviços nas diferentes áreas sociais. Elaboração, coordenação e execução de programas e projetos na área de Serviço Social. Assessoria e Consultoria em Serviço Social. Gestão de recursos humanos e o assistente social. Responsabilidade social.
Referências	<p>Básica BRAVO, Maria Inês Souza, MATOS, Maurílio Castro de (orgs.). Assessoria, consultoria & serviço social [livro eletrônico]. São Paulo: Cortez, 2016. http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/ZK2736DP7w8MI96Qb63f.pdf. recurso online RICO, Elizabeth de Melo; RAICHELIS, Raquel. Gestão social: uma questão em debate. São Paulo: Educ, 1999. TENÓRIO, Fernando G. Gestão de ONG'S: principais funções gerenciais. 11. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009.</p> <p>Complementar ANDRADE, Renato. Serviço social, gestão e terceiro setor. São Paulo: Saraiva, 2015. [livro eletrônico]. (Coleção serviço social) MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, Cesar. Responsabilidade social & cidadania empresarial: a administração do terceiro setor. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora Ltda, 2001. MENEZES, Franciane Cristina de. O Serviço Social e a "responsabilidade social das empresas": o debate da categoria profissional na Revista Serviço Social & Sociedade e nos CBAS. n.103 , p. 503-531, jul. São Paulo, 2010. Periódico MOTA, Ana Elizabete da. O feitiço da ajuda: as determinações do serviço social na empresa. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1998. SILVEIRA, Sandra da Silva. Estado da arte do social: uma perscrutação às práticas de responsabilidade social empresarial. Serviço Social & Sociedade, n.103 , p. 532-553, jul. São Paulo, 2010. Periódico TENÓRIO, Fernando Guilherme. Cidadania e desenvolvimento local. Ijuí: Unijuí, 2007. TENÓRIO, Fernando Guilherme. Gestão social: metodologia e casos. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.</p>
FUNDAMENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL II	
Carga horária	80 horas – 04 créditos

Ementa	Debate do serviço social na transição dos anos 1970- 1980. Perspectivas fenomenológicas e marxistas. Documento de Sumaré. Influência de Marx, Gramsci e Althusser e as principais produções do período. Serviço Social dos anos 90 aos dias atuais. Campo de atuação consolidado, emergente e a interdisciplinaridade na profissão.
Referências	<p>Básica</p> <p>IAMAMOTO, Marilda Villela. Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>NETTO, José Paulo. Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>SIMIONATTO, Ivete. Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social. São Paulo: Cortez, Florianópolis: 2011.</p> <p>Complementar</p> <p>FALEIROS, Vicente de Paula. Metodologia e ideologia do trabalho social. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1997.</p> <p>MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã: 1º capítulo seguido das teses sobre Feuerbach. São Paulo: Moraes, 1996.</p> <p>MILLS, C. Wright. A imaginação sociológica. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.</p> <p>SEMERARO, Giovanni. Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.</p> <p>SOUZA, Jamerson murilo Anuniação de. Estado e sociedade civil no pensamento de Marx. Revista Serviço Social e Sociedade n. 101, jan/mar, 2010. Periódico</p>
PESQUISA SOCIAL EM SERVIÇO SOCIAL I	
Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Pesquisa social: pressupostos científicos e epistemológicos. Ética e Universidade. Tipos de pesquisa para o conhecimento social. Metodologias de pesquisa. Diferentes métodos de conhecimento da realidade social. Elaboração de um projeto de pesquisa.
Referências	<p>Básica</p> <p>DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2006.</p> <p>GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. Rio de Janeiro: Atlas 2017. recurso online</p> <p>LUNA, Sérgio Vasconcelos. Planejamento de pesquisa: Uma introdução. São Paulo: PUC/SP, 2013. (Série Trilhas)</p> <p>Complementar</p> <p>ALVES MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Enio Matheus Guazzelli & Cia. Ltda, 2001.</p> <p>BAPTISTA, Myrian Veras. A investigação em Serviço Social. São Paulo: Editora Veras, 2012.</p> <p>CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.</p> <p>MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 23. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.</p> <p>LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2017.</p> <p>LUDKE, Menga. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 2001.</p> <p>MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.</p> <p>RICHARDSON, Roberto Jarry e colaboradores. Pesquisa Social: Métodos e Técnicas. 3. ed. Revista e Ampliada. São Paulo. Atlas, 1999.</p> <p>THUMS Jorge. Acesso à Realidade. Técnicas de Pesquisa e Construção do Conhecimento. Ed. Universidade Luterana do Brasil 2003.</p>
INICIAÇÃO À PESQUISA CIENTÍFICA	
Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Interação entre ciência, pesquisa e inovação. Elaboração de protocolos de pesquisa:

	pergunta de pesquisa, justificativa/problema, objetivos, hipóteses, revisão de literatura, métodos e técnicas da pesquisa científica. Organização e análise de dados científicos. Pesquisa em bases de dados. Normas de produção e apresentação de trabalhos científicos.
Referências	<p>Básica APPOLINÁRIO, Fabio. Metodologia científica. São Paulo Cengage Learning 2016. recurso online MATIAS-PEREIRA, José. Manual de metodologia da pesquisa científica. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Atlas, 2012. CRESWELL, John W. Pesquisa de métodos mistos. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.</p> <p>Complementar ACEVEDO, Cláudia Rosa. Como fazer monografias TCC, dissertações e teses. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013. (recurso online) ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012. (recurso online) BAPTISTA, Makilim Nunes. Metodologias pesquisa em ciências análise quantitativa e qualitativa. 2. Rio de Janeiro: LTC, 2016. (recurso online) BARROS, Aidil Jesus; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Fundamentos de metodologia científica. 3. ed.ampl. São Paulo: Pearson, 2014. CRESWELL, John W. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa escolhendo entre cinco abordagens. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014. (recurso online) CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. (recurso online) DEMO, Pedro. Pesquisa e construção de conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas. 7. ed. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 2012. FARIAS FILHO, Milton Cordeiro. Planejamento da pesquisa científica. 2. São Paulo: Atlas, 2015. (recurso online) KROKOSZ, Marcelo. Outras palavras para autoria e plágio. São Paulo: Atlas, 2015. (recurso online).</p>
5º Semestre	
SERVIÇO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL I - SAÚDE	
Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Política da Saúde: gênese e determinantes. Reforma sanitária no Brasil. Organização e funcionamento da política de saúde. Sistema Único de Saúde. Políticas públicas de saúde no âmbito do SUS. Relação Público e Privado. Controle Social. Intervenção do profissional na política de saúde.
Referências	<p>Básica BRAVO, Maria Inês Souza; UCHÔA, Roberta (Org.). Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009. CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa; MINAYO, Maria Cecília de Souza; AKERMAN, Marco; DRUMOND JÚNIOR, Marcos; CARVALHO, Yara Maria de. Tratado de saúde coletiva. São Paulo: Editora Hucitec, 2012. VASCONCELOS, Ana Maria de. A prática do serviço social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde. São Paulo: Cortez, 2013.</p> <p>Complementar Bravo, Maria Inês Souza, Menezes, Juliana Souza Bravo de (orgs.). Saúde, serviço social, movimentos sociais e conselho: desafios atuais [livro eletrônico]. São Paulo: Cortez, 2016. PDF COHN, Amélia; ELIAS, Paulo E. Saúde no Brasil: políticas e organização de serviços. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001. FREIRE, Lúcia M. de B. O serviço social na reestruturação produtiva: espaços, programas, direções e processos do trabalho profissional. [livro eletrônico]. São Paulo: Cortez, 2016. PDF LIMA, Nísia Trindade (Org.); GERSCHMAN, Silvia (Org.); EDLER, Flávio Coelho (Org.); SUÁREZ, Júlio Manuel (Org.). Saúde e democracia: história e perspectivas do SUS. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.</p>

	<p>MATOS, Maurílio Castro de. Serviço social, ética e saúde: reflexões para o exercício profissional [livro eletrônico]. São Paulo: Cortez, 2014. e-PUB</p> <p>MENDES, Eugênio Vilaça. Os grandes dilemas do SUS. t.2 Salvador: Casa da Qualidade, 2001.</p> <p>SANTOS, Elizabeth Moreira dos (Org.); NATAL, Sonia (Org). Dimensão sócio-histórica: unidades didático-pedagógicas - políticas públicas de saúde atitude social e avaliação. v.1. Rio de Janeiro: Abrasco, 2005.</p> <p>SIMIONATTO, Ivete; RIBEIRO, Vera. Dilemas do Mercosul: reforma do Estado, direito à saúde e perspectivas da agenda social. Florianópolis: Lagoa, 2004.</p>
AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
Carga horária	80 horas – 4 créditos
Ementa	Globalização e meio ambiente. Desenvolvimento sustentável. Gestão ambiental. Políticas públicas ambientais. Educação ambiental.
Referências	<p>Básica:</p> <p>LEFF, Enrique. Epistemologia ambiental. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.</p> <p>SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. .</p> <p>TINOCO, João Eduardo Prudêncio. Balço social e o relatório da sustentabilidade. São Paulo Atlas 2010 1(recurso online)</p> <p>Complementar:</p> <p>BRUNDTLAND, C. "Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: o nosso futuro comum." Universidade de Oxford. Nova Iorque, 1987.</p> <p>LEFF, Enrique. Ecologia, Capital e Cultura. A Territorialização da Racionalidade Ambiental. Petrópolis: Vozes, 2009.</p> <p>LOUREIRO, Carlos Frederico; TORRES, Juliana Rezende (Orgs.). Educação Ambiental: dialogando com Paulo Freire. São Paulo: Cortez, 2014.</p> <p>LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito ambiental brasileiro. 19. ed. rev. atual., e ampl. São Paulo: Malheiros. 2016.</p> <p>MILARÉ, É. Direito do ambiente - A gestão ambiental em foco: doutrina, jurisprudência, glossário. 10. ed. rev. atual. e reform. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2015.</p> <p>MILARÉ, É.; COSTA JR, P. J. D.; COSTA, F. J. D. Direito penal ambiental. 2. edição. Revisada, atualizada e ampliada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.</p> <p>PENA-VEGA, Alfredo. O despertar ecológico: Edgar Morin e a ecologia complexa. Tradução: Renato Carvalheira do Nascimento e Elimar Pinheiro do Nascimento. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.</p> <p>REIGOTA, Marcos. A Floresta e a Escola: por uma Educação Ambiental Pós-moderna. São Paulo: Cortez, 1999.</p> <p>RUSCHEINSKY, Aloisio (Org.). Educação Ambiental: abordagens múltiplas. 2. ed. rev. e amp. Porto Alegre: Penso, 2012.</p> <p>TACHIZAWA, Takeshy. Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2015.</p>
PESQUISA SOCIAL EM SERVIÇO SOCIAL II	
Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Elaboração e análise de indicadores socioeconômicos. Análises qualitativas e quantitativas. Ética na pesquisa com seres humanos. O trabalho de campo e o cotidiano.
Referências	<p>Básica</p> <p>JANNUZZI, Paulo de Matino. Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. 5. ed. Campinas: Alínea, 2012.</p> <p>MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.</p> <p>LUNA, Sérgio Vasconcelos. Planejamento de pesquisa: Uma introdução. São Paulo: PUC/SP, 2013. (Série Trilhas)</p> <p>Complementar</p>

	<p>ABREU, Marina Maciel. Abepss: a perspectiva da unidade da graduação, pós-graduação e a produção do conhecimento na formação profissional. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, v.29, n.95 especial, p. 173-188, set. 2008. Periódico</p> <p>BAPTISTA, Myrian Veras. A investigação em Serviço Social. São Paulo: Veras, 2012.</p> <p>BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo. Edições 70, 1977.</p> <p>GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012. recurso online</p> <p>PEREIRA, Potyara Amazoneida P. Como conjugar especificidade e intersectorialidade na concepção e implementação da política de assistência social. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, v. 25, n. 77, p. 54-62, jan. 2004.</p>		
ESTÁGIO SUPERVISIONADO I			
Carga horária	140 horas – 07 créditos		
CH Sala de Aula	126 horas	CH Extraclasse	14 horas
Ementa	<p>Inserção do acadêmico no espaço sócio institucional. Reconhecimento e caracterização da prática institucional e da instituição/organização campo de estágio. Planejamento das atividades e sistematização da prática. Desenvolvimento de atividades teórico prático em espaço sócio ocupacional. Elaboração de Diagnóstico Institucional. Oficina de supervisão.</p>		
Referências	<p>Básica</p> <p>BERBEL, Neusi Aparecida Navas. Metodologia da problematização no ensino superior para o plano da práxis. Londrina: Semina, 1996. http://www.scielo.br/pdf/icse/v2n2/08.pdf</p> <p>BURIOLLA, Marta A. Feiten. O estágio supervisionado. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>LEWGOY, Alzira Maria Baptista. Supervisão de estágio em serviço social: desafios para a formação e o exercício profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>Complementar</p> <p>BARROCO, Maria Lucia Silva. Ética e serviço social: fundamentos ontológicos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>SÁ, Jeanete L. Martins de. Serviço social e interdisciplinaridade: dos fundamentos filosóficos à prática interdisciplinar no ensino, pesquisa e extensão. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2016. Recurso online</p> <p>PONTES, Reinaldo Nobre. Mediação e serviço social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.</p> <p>FALEIROS, Vicente de Paula. Estratégias em serviço social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.</p>		
6º Semestre			
SERVIÇO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL II – ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Carga horária	80 horas – 04 créditos		
Ementa	<p>Política de Assistência: gênese, concepções e determinantes. Organização e funcionamento da política de assistência social. Sistema Único da Assistência Social (SUAS): rede socioassistencial. Controle Social no SUAS. EDUCAÇÃO Permanente no SUAS. Intervenção do assistente social na política de assistência social.</p>		
Referências	<p>Básica</p> <p>BATTINI, Odália (Org.). Assistência social: constitucionalização, representação, práticas. São Paulo: Veras, 2001.</p> <p>OLIVEIRA, Heloisa Maria José de. Assistência social: do discurso do Estado à prática do serviço social. Florianópolis: UFSC, 1996.</p> <p>REZENDE, Ilma. Serviço social e políticas sociais. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.</p> <p>Complementar</p> <p>COUTO, Berenice Rojas. Assistência social: direito social ou bem-estar?. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, v.36, n.124, p. 665-677, out. 2015. Periódico</p> <p>FALEIROS, Vicente de Paula. A política social do estado capitalista: as funções da previdência e da assistência social. 12. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2000.</p> <p>RAICHELIS, Raquel. Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática. 2.ed. rev. São Paulo: Cortez, 2000.</p> <p>RICO, Elizabeth de Melo (Org.); RAICHELIS, Raquel (Org.). Gestão social : uma questão em</p>		

	debate. São Paulo: Educ, 1999. TORRES, Iraíldes Caldas. As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e poder. São Paulo: Cortez, 2002.
SERVIÇO SOCIAL E TEMAS EMERGENTES – OFICINA DE SERVIÇO SOCIAL I	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Temas emergentes ou aprofundamento de temas específicos em Serviço Social. Apresentação de análises inovadoras em Serviço Social e de pesquisas e estudos na área de Serviço Social.
Referências	<p>Básica RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente as violações de seus direitos, Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul. 2011. Periódico SANTOS, Boaventura de Sousa. Semear outras soluções: caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2005. YAZBEK, Maria Carmelita. A dimensão política do trabalho do assistente social. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, v. 34, n. 120, p. 677-693, out. 2014. Periódico</p> <p>Complementar GUERRA, Yolanda. A Instrumentalidade do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2016. recurso online MIOTO, Regina Célia Tamasso. Política social e trabalho familiar: questões emergentes no debate contemporâneo. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, v.36, n.124 , p. 699-720, out. 2015. RAICHELIS, Raquel. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 116, p. 609-635, out. 2013. RIBEIRO, Natalina; RAICHELIS, Raquel. Revisitando as influências das agências internacionais na origem dos conselhos de políticas públicas. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 109, p. 45-67, jan. 2012. SANTOS, Boaventura de Sousa. Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. SANTOS, Boaventura de Sousa. Introdução a uma ciência pós-moderna. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000. SILVA, Ociana Donato da; RAICHELIS, Raquel. O assédio moral nas relações de trabalho do(a) assistente social: uma questão emergente. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, v. 35, n. 123. P. 582-603, jul. 2015. Periódico YAZBEK, Maria Carmelita; MARTINELLI, Maria Lúcia; RAICHELIS, Raquel. O Serviço Social brasileiro em movimento: fortalecendo a profissão na defesa de direitos. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, v.29, n.95 especial, p. 5-32, set. 2008. Periódico YAZBEK, Otávio. Regulação do mercado financeiro e de capitais. Rio de Janeiro: Campus, 2007. YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n 110, p. 288-322, abr. 2012. Periódico</p>
SERVIÇO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL II – PREVIDÊNCIA SOCIAL	
Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Política da previdência social: gênese e determinantes. Organização e funcionamento da previdência social. Reforma da previdência social no Brasil. Intervenção do serviço social na política previdenciária.
Referências	<p>Básica BRAGA, Lea. O serviço social na previdência: trajetória, projetos profissionais e saberes. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011. BOSCHETTI, Ivanete; SALVADOR, Evilasio. Orçamento da seguridade social e política econômica: perversa alquimia. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, v.26, n.87 , p. 25-57, set. 2006. Periódico TAVARES, Marcelo Leonardo. Previdência e assistência social: legitimação e fundamentação constitucional brasileira. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.</p>

	<p>Complementar BERBEL, Fábio Lopes Vilela. Teoria geral da previdência social. São Paulo: Quartier Latin, 2005. SPOSATI, Aldaiza de Oliveira; FALCÃO, Maria do C.; TEIXEIRA, Sonia Maria Fleury. Os direitos (dos desassistidos) sociais. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002. FALEIROS, Vicente de Paula. A política social do estado capitalista: as funções da previdência e da assistência sociais. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2000. REZENDE, Ilma. Serviço social e políticas sociais. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. SEGALIN, Andreia. Serviço social e viabilização de direitos: a licença/salário-maternidade nos casos de adoção. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.115 , p. 581-594, jul. 2013. Periódico</p>
ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	
Carga horária	140 horas – 07 créditos
Ementa	Elaboração do plano de intervenção a partir da experiência vivenciada no estágio. Articulação da dimensão investigativa e interventiva da profissão. Sistematização da prática. Oficina de supervisão. Aprofundamento do conhecimento das demandas, serviços oferecidos, caracterização dos usuários, modelos de gestão institucional e ação profissional. Apresentação dos campos de estágio em eventos científicos.
Referências	<p>Básica ARMANI, Domingos. Como elaborar projetos: guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre: Tomo editorial, 2009. (Coleção amencar) BURIOLLA, Marta A. Feiten. O estágio supervisionado. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011. LEWGOY, Alzira Maria Baptista. Supervisão de estágio em serviço social: desafios para a formação e o exercício profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>Complementar BONETTI, Dilséia Adeodata; SILVA, Marlise Vinagre; SALES, Mione Apolinário. Serviço social e ética: convite a uma nova práxis. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003. MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Martins Fontes, 2011. MORAES, Carlos Antônio de Souza. A "viagem de volta": significados da pesquisa na formação e prática profissional do Assistente Social. Serviço Social e Sociedade, n.114 , p. 240-265, abr. São Paulo, 2013. Periódico Temporalis/Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. ABEPSS - Ano 1, n.1 (jan./jun.2000) - Brasília: ABEPSS. 2000. Periódico VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico. Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico. 2. ed. Campinas: Papirus, 2005.</p>
7º Semestre	
COTIDIANO DA PRÁTICA PROFISSIONAL - OFICINA DE SERVIÇO SOCIAL II	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Diferentes perspectivas que compõem a prática e atuação profissional a partir da compreensão da categoria cotidiano. Construção da identidade do Assistente Social na contemporaneidade.
Referências	<p>Básica IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação profissional. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2007. LEFEBVRE, H. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo: Ática, 1991 NETTO, José Paulo e FALCÃO, M.C. Cotidiano: conhecimento e crítica. São Paulo, Cortez, 1987. MARTINELLI, Maria Lúcia. Serviço social: identidade e alienação. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>Complementar FÁVERO, Eunice Teresinha. Serviço social, direitos e prática profissional. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.99 , p. 434-443, jul. 2009. Periódico FREIRE, Lúcia M. de B. O serviço social na reestruturação produtiva: espaços, programas, direções e processos do trabalho profissional. [livro eletrônico]. São Paulo: Cortez, 2016. PDF MARTINELLI, Maria Lúcia. O trabalho do assistente social em contextos hospitalares:</p>

	<p>desafios cotidianos. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.107 , p. 497-508, jul. 2011. Periódico</p> <p>MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.</p> <p>MOTA, Ana Elizabete. Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, v.34, n.120 , p. 694-705, out. 2014. Periódico</p> <p>YAZBEK, Maria Carmelita; MARTINELLI, Maria Lúcia; RAICHELIS, Raquel. O Serviço Social brasileiro em movimento: fortalecendo a profissão na defesa de direitos. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, v.29, n.95 especial, p. 5-32, set. 2008. Periódico</p>
SERVIÇO SOCIAL E AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS	
Carga horária	80 horas – 4 créditos
Ementa	Relevância e significado da avaliação. Tipos e modalidades. Avaliação de projetos sociais. Indicadores sociais. Análise, implantação e implementação de projetos sociais. Processo de Monitoramento e Avaliação de Projetos Sociais.
Referências	<p>Básica</p> <p>DEMO, Pedro. Avaliação qualitativa. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2015.</p> <p>JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. 5. ed. Campinas: Alínea, 2012.</p> <p>MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone G.; SOUZA, Edinilsa Ramos de. Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Oswaldo Cruz, 2005.</p> <p>Complementar</p> <p>BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre. Avaliação participativa de programas sociais. São Paulo: Veras, 2002.</p> <p>COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. Avaliação de projetos sociais. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.</p> <p>DEMO, Pedro. Mitologia da avaliação: de como ignorar em vez de enfrentar problemas. 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 2002. (Coleção polêmicas do nosso tempo)</p> <p>JANNUZZI, Paulo de Martino. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v.36, n.1 , p. 51-72, jan. 2002.</p> <p>MARINO, Eduardo. Manual de avaliação de projetos sociais. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.</p>
ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	
Carga horária	140 horas – 07 créditos
Ementa	Aplicação do plano de intervenção de estágio. Proposição de estratégias teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas de ação profissional. Sistematização da prática. Oficinas de orientação pedagógica. Desenvolvimento de atividades teórico prática em espaço ocupacional. Mapeamento da Rede socioassistencial e intersetorial e o fazer profissional.
Referências	<p>Básica</p> <p>BERBEL, Neusi Aparecida Navas. Metodologia da problematização no ensino superior para o plano da práxis. Londrina: Semina, 1996. http://www.scielo.br/pdf/icse/v2n2/08.pdf</p> <p>BURIOLLA, Marta A. Feiten. O estágio supervisionado. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>LEWGOY, Alzira Maria Baptista. Supervisão de estágio em serviço social: desafios para a formação e o exercício profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>Complementar</p> <p>BARROCO, Maria Lucia Silva. Ética e serviço social: fundamentos ontológicos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha. Atores locais na implementação da política de qualificação profissional. Serviço Social e Sociedade, n.107, p. 438-460, jul. São Paulo, 2011. Periódico</p> <p>BAPTISTA, Myrian Veras. A investigação em serviço social. São Paulo: Veras, 2012.</p> <p>SPINK, Mary Jane. Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. 2.ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 2000.</p>

	<p>OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva. O estágio supervisionado na formação profissional do assistente social: desvendando significados. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, v.25, n.80, p. 59-81, set. 2004.</p> <p>TEMPORALIS. Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 19. Periódico</p>
SERVIÇO SOCIAL: FAMÍLIA E SEGMENTOS VULNERÁVEIS	
Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Construção histórica do trabalho com famílias. Perfil da família latino americana, brasileira e catarinense. Intervenção do Serviço Social com famílias e segmentos vulneráveis na sociedade contemporânea. Instrumentos para estudo e trabalho com famílias e segmentos sociais vulneráveis. Aspectos ético político no trabalho com famílias.
Referências	<p>Básica</p> <p>ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia Faller. Família: redes, laços e políticas públicas. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>GROSSI, Miriam Pillar. Gênero, violência e sofrimento: coletânea. Antropologia em Primeira Mão. Florianópolis: UFSC, 1998. (Antropologia em Primeira Mão)</p> <p>SZYMANSKI, Heloisa; BILAC, Elisabete Dória; SARTI, Cyntia A.; MELLO, Sylvia Leser de; GOMES, Jerusa Vieira; ROMANELLI, Geraldo; VITALE, Maria Amalia Faller; GENOFRE, Roberto Maurício; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. A família contemporânea em debate. 4. ed. São Paulo: Educ, 2002.</p> <p>Complementar</p> <p>CERQUEIRA, Margarida; PIRES, Susana; FIGUEIREDO, Daniela; MATOS, Ana; SOUSA, Liliana. Os problemas das famílias multiproblemáticas: comparação da perspectiva dos profissionais e das próprias famílias. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, v.24, n.76, p. 143-164, set. 2003. Periódico</p> <p>KALOUSTIAN, Sílvio Manoug. Família brasileira: a base de tudo. 4. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 2000.</p> <p>MATTOS, Hélcio Fernandes. Dependência química na adolescência: tratar a dependência de substâncias no Brasil. Rio de Janeiro: Schwarcz, 2004.</p> <p>MALDONADO, Maria Tereza. Os construtores da paz: caminhos da prevenção da violência. 2. ed. reform. São Paulo: Moderna, 2004.</p> <p>SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro. Política social, família e juventude: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004.</p>
8º Semestre	
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	
Carga Horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Operacionalização do projeto de pesquisa e elaboração do referencial teórico para construção do trabalho de conclusão de curso em Serviço Social. Concepção de trabalho de conclusão de curso. Planejamento do TCC. Elementos constitutivos do projeto de TCC (aspectos estruturais, éticos e metodológicos).
Referências	<p>Básica</p> <p>LUNA, Sérgio Vasconcelos. Planejamento de pesquisa: uma introdução. Série Trilhas São Paulo: PUC, 2013.</p> <p>MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.</p> <p>PAULO NETTO, José. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011.</p> <p>Complementar</p> <p>COSTA, Marco Antônio F. da; COSTA, Maria de Fátima. Metodologia da pesquisa: conceitos e técnicas. Rio de Janeiro: Interciência, 2001.</p> <p>DIEZ, Carmen Lúcia Fornari; HORN, Geraldo Balduino. Orientações para elaboração de projetos e monografias. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.</p> <p>GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2018. Recurso online</p> <p>GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências</p>

	<p>sociais. 8. ed. Rio de Janeiro: Dist. Record de Serviços de Imprensa, 2004.</p> <p>TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2013.</p>
SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICAS SOCIAIS SETORIAIS: CRIANÇA E ADOLESCENTE, IDOSO E MULHER	
Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Infância e adolescência no Brasil: mudança do paradigma legal e institucional no trato da questão. Estatuto da Criança e do Adolescente e políticas sociais. Papel dos Conselhos Tutelares e de Defesa de Direitos. Política Nacional do Idoso e programas. Intervenções e respostas profissionais junto à criança, adolescente, idoso e mulher. Política de Atenção à Mulher.
Referências	<p>Básica</p> <p>BASTOS, Tatiana Barreira. Violência doméstica e familiar contra a mulher: análise da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006): um diálogo entre a teoria e a prática. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2011.</p> <p>NOCCHI, Andrea Saint Pastous; VELLOSO, Gabriel Napoleão; FAVA, Marcos Neves. Criança, adolescente, trabalho. São Paulo: LTr, 2010.</p> <p>SOUSA, Ana Maria Viola de. Tutela jurídica do idoso: a assistência e a convivência familiar. Campinas: Alínea, 2004.</p> <p>Complementar</p> <p>BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Estatuto do idoso. 4 ed. Brasília: Edições Câmara, 2009.</p> <p>GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Velhice e diferenças: na vida contemporânea. Campinas: Alínea, 2006.</p> <p>ROSSATO, Luciano Alves. Estatuto da criança e do adolescente comentado: comentado artigo por artigo. 10. ed. rev. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.</p> <p>SARAIVA, João Batista Costa. Compêndio de direito penal juvenil adolescente e ato infracional. 4. ed. rev. e atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.</p> <p>MURARO, Rose Marie. A mulher no terceiro milênio: uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro. 6.tir. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2000.</p> <p>SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de (Org). Política social, família e juventude: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2014.</p>
ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	
Carga horária	140 horas – 07 créditos
Ementa	Avaliação do plano de intervenção de estágio. Sistematização e avaliação final do estágio, nas dimensões teórico-metodológica, ético-operativas. Oficinas de supervisão. Relatório final de estágio. Disseminação dos resultados do estágio. Apresentação dos resultados do projeto de intervenção de estágio em eventos científicos.
Referências	<p>Básica</p> <p>BURIOLLA, Marta A. Feiten. O estágio supervisionado. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>GUEDES, Olegna de Souza. Serviço social e políticas públicas: processo de trabalho e direitos sociais. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2009.</p> <p>LEWGOY, Alzira Maria Baptista. Supervisão de estágio em serviço social: desafios para a formação e o exercício profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>Complementar</p> <p>FALEIROS, Vicente de Paula. Estratégias em serviço social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.</p> <p>GRANEMANN, Sara. Trabalho, sobre trabalho e financiamento das políticas sociais. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, v.29, n.94, p. 60-72, jun. 2008. Periódico</p> <p>OLIVEIRA, Ednéia Alves de. O atual estágio de acumulação capitalista: destruição criativa ou criação destrutiva?. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, v. 26, n. 82, p. 22-45, maio 2005.</p> <p>OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva. O estágio supervisionado na formação profissional do assistente social: desvendando significados. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, v.25, n.80, p. 59-81, set. 2004. Periódico</p> <p>OLIVEIRA, Ednéia Alves de. A política de emprego no Brasil: o caminho da flexinsegurança. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.111, p. 493-508, jul. 2012.</p>

	Periódico
9º Semestre	
SERVIÇO SOCIAL: MOVIMENTOS SOCIAIS, PROCESSOS PARTICIPATIVOS E EDUCAÇÃO POPULAR	
Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	História dos movimentos sociais rurais e urbanos. Movimentos sociais na atualidade e diferentes expressões. Cidadania, democracia representativa e participativa. Intervenção profissional na assessoria e apoio a movimentos sociais e educação popular.
Referências	<p>Básica GOHN, Maria da Glória. História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2001. GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. 4.ed. São Paulo: Loyola, 2004. FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 59. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.</p> <p>Complementares ASSOCIAÇÃO SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS, EDUCAÇÃO POPULAR E SERVIÇO SOCIAL. Educação popular. Cadernos P. Bess. São Paulo: Cortez, 1988. BATISTA, Andréia de Fátima De Meira; WARMELING, Daniel Ribeiro; SILVA, Maura Kuhnen; FERREIRA, Rosebel da Silva Vargas; PERON, Sandra; VEDANA, Tânia Mariza. Educação popular e autonomia: caminhos para a cidadania. Lages: Ed. do Autor, 2004. DIMENSTEIN, Gilberto. Democracia em pedaços: direitos humanos no Brasil. São Paulo: Schwarcz Ltda, 1996. GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio. A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002. GOHN, Maria da Glória. O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONG's e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005. (Questões da nossa época) LEHER, Roberto (Org.). SETÚBAL, Mariana (Org.). Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2005. PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. História da cidadania. São Paulo: Contexto, 2005.</p>
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	
Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso – TCC. Elaboração e apresentação do TCC. Produção de Artigo Científico.
Referências	<p>Básica DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. 12. ed. São Paulo: Cortez , 2006. MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010. SALOMON, Délcio Vieira. A maravilhosa incerteza: pensar, pesquisar e criar. São Paulo: Martins Fontes, 2006.</p> <p>Complementar APPOLINÁRIO, Fabio. Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico. 2. São Paulo: Atlas, 2011. recurso online BERTUCCI, Janete Lara de Oliveira. Metodologia básica para elaboração de trabalhos de conclusão de cursos: (TCC): ênfase na elaboração de TCC de pós-graduação lato-sensu. São Paulo: Atlas, 2015. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. MARTINELLI, Maria Lúcia. Pesquisa qualitativa: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999. PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini. Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática. 6. ed. São Paulo: M.r. Cornacchia & Cia, 2000. (Coleção Magistério Formação e Trabalho</p>

	Pedagógico)
SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO	
Carga horária	40 horas – 2 créditos
Ementa	Educação, Estado e Sociedade. Política Educacional Brasileira: fundamentos históricos e bases legais. Dimensão Social da Política Educacional. Interfaces entre Educação e Serviço Social. O exercício profissional do assistente social na área da educação.
Referências	<p>Básica AMARO, Sarita. Serviço Social em Escolas. Fundamentos, processos e desafios. Petrópolis: Vozes, 2017. MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. Educação e Serviço Social: elo para a construção da cidadania. São Paulo: UNESP, 2014. MÉSZÁROS, István. A Educação para Além do Capital. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.</p> <p>Complementar BACKHAUS, Berenice Beatriz. Prática do Serviço Social escolar: uma abordagem interdisciplinar. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 38, ano 13, abr. 1992, p. 37-55. Periódico FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa. 34.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006. (Coleção Leitura) LOPES, Eleni Melo Silva. Serviço Social e Educação: as perspectivas de avanços do profissional de serviço social no sistema escolar público. Trabalho Acadêmico – UNESP – Campus de Marília, Marília, 2005. MOTTA, Vânia Cardoso da, e Larissa Dahmer Pereira. Educação e Serviço Social. Subsídio para uma análise crítica. Coletânea Nova do Serviço Social. Valéria Forti e Yolanda Guerra coordenadoras da coleção. Rio de Janeiro: Lumen Juris Serviço Social, 2017. SILVA, Marcela Mary José da. Serviço Social na Educação: Teoria e prática. São Paulo: Papel Social, 2012.</p>

3.5.2.1 Disciplina Optativa

LIBRAS³	
Carga horária	80 horas – 4 créditos
Ementa	Surdez e linguagem. Fundamentos históricos epidemiológicos da língua de sinais. O sinal e seus parâmetros. Alfabeto manual. Libras: vocabulário e noções gramaticais.
Referências	<p>Básica BOTELHO, Paula. Linguagem e letramento na educação dos surdos: ideologias e práticas pedagógicas. São Paulo: Autêntica 2015. GESSER, Audrei. Libras?: que língua é essa? crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009. (Série estratégias de ensino) LOPES, Maura Corcini. Surdez e educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. (Temas & Educação)</p> <p>Complementar LACERDA, Cristina Broglia F. de; GÓES, Maria Cecília R. Surdez: processos educativos e subjetividade. São Paulo: Lovise, 2000.</p>

³ A partir do Decreto n. 5.626/2005 a disciplina de Libras tornou-se obrigatória/optativa em todos os cursos de graduação. Com objetivo de atender a legislação, em 21.12.2009 o Conselho Universitário – CONSUNI/CONSEPE instituiu a Resolução n. 086/2009, que normatizou a Disciplina de Libras como disciplina optativa em todos os cursos de graduação e sua obrigatoriedade nos cursos de Licenciatura da UNIPLAC.

	<p>PEREIRA, Rachel de Carvalho. Surdez: aquisição de linguagem e inclusão social. Rio de Janeiro: Revinter, 2008.</p> <p>SACKS, Oliver. Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Schwarcz, 2005.</p> <p>SALLES, Heloísa M. et al. Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica. Brasília: MEC, 2007.</p> <p>SILVA, Ivani Rodrigues (Org.); KAUCHAKJE, Samira (Org.); GESUELI, Zilda Maria (Org.). Cidadania, surdez e linguagem: desafios e realidade. São Paulo: Plexus, 2003.</p>
--	---

3.6 ÁREAS DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL

Poderão atuar em:

- Prefeituras Municipais;
- Órgãos Estaduais e Nacionais: Secretarias de Assistência Social, Saúde, Habitação e Geração de Trabalho e Renda, Ambiental, Defesa Civil, Meio Ambiente, Segurança Alimentar e Nutricional, dentre outros;
- INSS;
- Empresas;
- Assessoria e Consultoria;
- Hospitais;
- Penitenciárias;
- Escolas;
- Fóruns de Justiça;
- Ministério Público;
- Sindicatos;
- Cooperativas;
- Movimentos Sociais;
- Organizações Não-Governamentais;
- Terceiro Setor e Universidades.

3.7 CONTEÚDOS CURRICULARES

A proposta curricular para o Curso de Serviço Social da UNIPLAC foi estruturada em regime regular presencial, que prevê um período 04 anos e meio (quatro) para a integralização

e cujos conteúdos devem ser trabalhados articulando as diferentes áreas (disciplinas) através de práticas laboratoriais e ações pedagógicas que extrapolem o ambiente tradicional da sala de aula.

A estrutura curricular do Curso de Serviço Social no momento da sua elaboração e organização buscou atender ao que preconiza a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/96, quando se refere ao ensino superior que, indica avanços na questão curricular, avaliação e formação profissional condizentes com as mudanças ocorridas no mundo do trabalho que vem se alterando contínua e profundamente.

A estrutura curricular definida inclui disciplinas necessárias à formação do futuro profissional, com conteúdos direcionados às questões da realidade regional, nacional e internacional, a partir de uma perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações públicas, privadas e do terceiro setor.

Esta estrutura curricular também possibilita a integração dos movimentos sociais nas diferentes áreas do conhecimento, disciplinas e conteúdos, estabelecendo a relação entre os conhecimentos teóricos e práticos necessários ao desempenho da profissão.

Construída com carga horária e conteúdos de formação básica, de formação profissional, conteúdos de formação complementar, estágio curricular supervisionado, trabalho de conclusão de curso e atividades complementares, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Serviço Social, a estrutura curricular se apresenta flexível às diversas situações, portanto, suscetível de constantes avaliações e melhorias, de acordo com as necessidades vivenciadas.

Da carga horária total de 3.000 horas de duração do curso, correspondente a 142 créditos distribuídos em nove semestres letivos, 14% foi destinado ao desenvolvimento do Estágio Supervisionado e 6% para a realização das atividades complementares.

Além desta estrutura de caráter obrigatório, em atenção à legislação - Decreto-Lei n° 5.625 de 22 de dezembro de 2005 em seu artigo 3º, parágrafo 2º, que normatiza a oferta do ensino de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), e a regulamentação interna através do Conselho Universitário (CONSUNI), instituiu a resolução n. 086 de 21/12/2009 normatizando a obrigatoriedade da oferta em todos os cursos de Graduação da Universidade, a disciplina de “LIBRAS” como optativa.

Os conteúdos curriculares, segundo as orientações das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social, são diferenciados por núcleos de fundamentação da formação

profissional. Os núcleos são aqueles relacionados aos fundamentos teóricos-metodológicos da vida social, fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e fundamentos do trabalho profissional.

Dentro dos conteúdos curriculares há a abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena estão contemplados na disciplina institucional de Cultura, Diferença e Cidadania, do 2º semestre, com 4 créditos, correspondentes a 80 horas, ofertada na modalidade a distância.

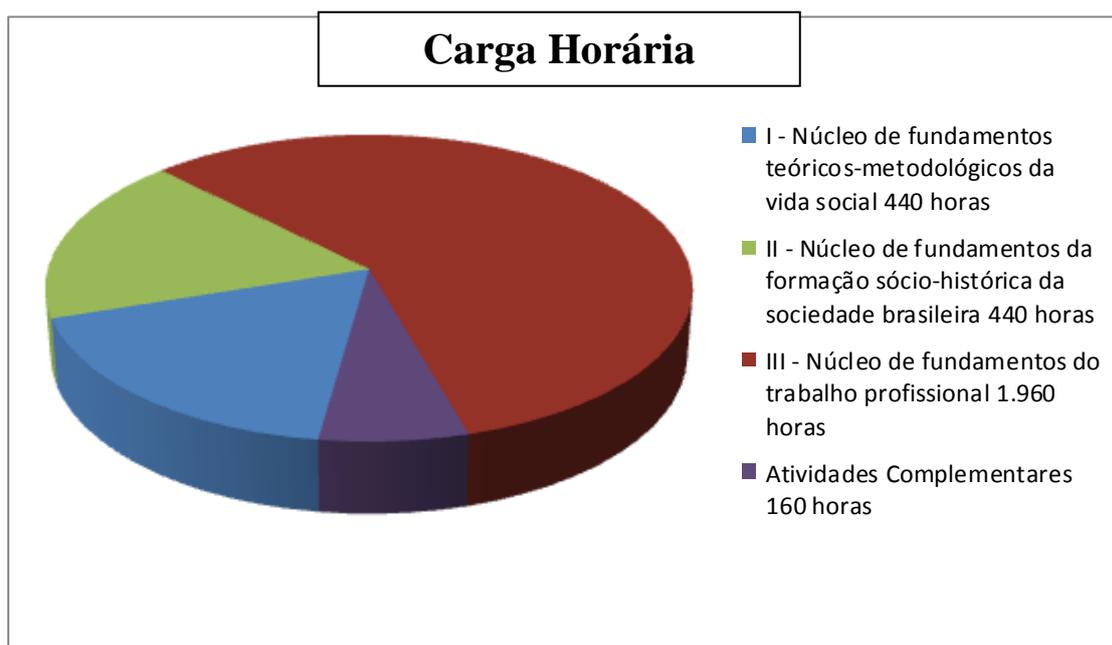
As questões da educação ambiental são abordadas na disciplina de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, do 5º semestre, com 4 créditos, correspondentes a 80 horas e também ofertada na modalidade a distância. Além disso a Uniplac vem desenvolvendo o Programa Permanente e Institucional de Educação Ambiental na Graduação /PPIEAG, que visa integrar a Educação para inteireza e atividades de extensão, no intuito de efetivar a Educação Ambiental nos Cursos de Graduação.

3.7.1 Distribuição das Disciplinas por Conteúdos Curriculares

NÚCLEO	DISCIPLINA	C/H	PERCENTUAL
I - Núcleo de fundamentos teóricos-metodológicos da vida social	Psicologia Social	40	06 disciplinas 17,15%
	Tecnologias da Informação e Comunicação	80	
	Cultura, Diferença e Cidadania	80	
	Língua Portuguesa	80	
	Iniciação à Pesquisa Científica	80	
	Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	80	
Total da Carga Horária do Conteúdo		440	14,66%
II- Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira	Introdução ao Serviço Social	80	06 disciplinas 17,15%
	Serviço Social e Questão Social	80	
	Política Social e Serviço Social	80	
	Formação Sócio Histórica e Política do Brasil	40	
	Serviço Social e Políticas Sociais Setoriais: Criança e Adolescente, Idoso e Mulher	80	
	Serviço Social, Movimentos Sociais, Processos Participativos e Educação Popular	80	
Total da Carga Horária do Conteúdo		440	14,66%
	Serviço Social Trabalho e Profissão	80	
	Fundamentos Sócio-Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I	80	

III - Núcleo de fundamentos do trabalho profissional	Fundamentos Éticos, Filosóficos e Ética Profissional do Serviço Social	80	23 disciplinas 65,70%
	Instrumentos Técnicos e Operativos do Serviço Social I	80	
	Fundamentos Sócio-Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social II	80	
	Serviço Social e Seguridade Social I - Saúde	80	
	Serviço Social e Temas Emergentes (Oficina de Serviço Social I)	40	
	Pesquisa Social em Serviço Social I	80	
	Instrumentos Técnicos e Operativos do Serviço Social II	80	
	Pesquisa Social em Serviço Social II	80	
	Cotidiano e Identidade Profissional (Oficina de Serviço Social II)	40	
	Estágio Supervisionado I	140	
	Serviço Social e Seguridade Social II – Assistência Social	80	
	Serviço Social e Seguridade Social III – Previdência Social	80	
	Gestão, Planejamento, Assessoria e Consultoria em Serviço Social	80	
	Estágio Supervisionado II	140	
	Serviço Social e Avaliação de Programas e Projetos Sociais	80	
	Estágio Supervisionado III	140	
	Serviço Social: Família e Segmentos Vulneráveis	80	
	Trabalho de Conclusão de Curso I	80	
Estágio Supervisionado IV	140		
Trabalho de Conclusão de Curso II	80		
Serviço Social e Educação	40		
Total da Carga Horária do Conteúdo	1.960	65,33%	
Atividades Complementares	160	5,35%	
Total de Disciplinas	35		
Total da Carga Horária do Curso	3.000	100%	

3.7.2 Representação Gráfica do Perfil de Formação



3.7.3 Requisitos Legais

3.7.3.1 Educação Ambiental

A Lei 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto n. 4.281, de 25 de junho de 2002 e a regulamentação interna através do Conselho Universitário (CONSUNI) (Resolução n. 115, de 1º de novembro de 2013) determinam a inclusão da Educação Ambiental nos cursos de graduação da UNIPLAC.

O projeto do curso de Serviço Social prevê a integração da educação ambiental por meio da disciplina de **Ambiente e Desenvolvimento Sustentável** - 5º semestre - 04 créditos – 80h.

A UNIPLAC, através de projeto desenvolvido por professores dos Programas de Mestrado, coordenado pela Pró-Reitoria de Ensino e operacionalizado pelos coordenadores dos cursos de graduação, vem desenvolvendo o **Programa Permanente e Institucional de Educação Ambiental na Graduação/ PPIEAG**, que visa a integrar a Educação para a Inteira e atividades de extensão, no intuito de efetivar a Educação Ambiental nos Cursos de Graduação.

O PPIEAG compreende de uma estratégia transversal de integração de atividades educativas e extensões desenvolvidas pelos professores da graduação / UNIPLAC voltadas à Educação Ambiental. O programa se justifica por fortalecer dois grupos de pesquisa: Grupo de Pesquisa e Estudos em Educação, Saúde e Qualidade de Vida (GEPESVIDA), comprometido com a melhoria da qualidade das produções e o avanço do conhecimento em áreas interdisciplinares de fundamental importância como Saúde e Educação. Esse Grupo envolve 3 linhas de pesquisa que retroalimentam e articulam ideias que se associam à proposta do projeto, como Processos Formativos em Educação e Saúde e Educação Ambiental (coordenado p/ profª Marina Patrício de Arruda). O Grupo Estadual de Estudos e Pesquisas em Educação, Saúde e Ambiente: Áreas de Abrangência do Aquífero Guarani (GEPESA), objetiva analisar as relações do ser humano com o ambiente, tendo como espaço mediador a educação ambiental na perspectiva da melhoria da qualidade de vida em áreas de abrangência do Aquífero Guarani (coordenado pela profª Lucia Ceccato de Lima). As discussões que fundamentam os grupos acima destacados estão, portanto, em consonância com as diretrizes estabelecidas no Plano de Pesquisa para o período 2012-2018 e atende ao Parecer da Câmara

de Ensino, do CONSUNI. Esse Programa apresenta aspectos inéditos por discutir temas inovadores e possibilitar a discussão sobre ambientalização curricular de forma articulada à Educação para a Inteira. De acordo com a gestão da Política Nacional de Educação Ambiental é preciso promover a articulação das ações educativas voltadas as atividades de proteção, recuperação e melhoria socioambiental potencializando a função da educação para as mudanças culturais e sociais relacionadas à educação ambiental. Para atender os objetivos, o projeto pretende abordar Ambientalização Universitária, da universidade em Santa Catarina, bem como a ambientalização curricular.

A rede Guarani Serra Geral nasceu do reconhecimento da necessidade de uma gestão eficiente e sustentável dos recursos hídricos, buscando intensificar, atualizar e desenvolver o debate jurídico sobre sua gestão.

Conhecedores da realidade regional e cientes de suas responsabilidades perante a mesma, pesquisadores de universidades e instituições de pesquisa de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e do Paraná propuseram a formação da REDE GUARANI/SERRA GERAL, com o objetivo de gerar conhecimento para a gestão integrada das águas superficiais e das águas subterrâneas, visando o aproveitamento e a conservação das águas do SAIG/SG.

A REDE GUARANI/SERRA GERAL surgiu, assim, da proposta de reunir pesquisadores de diversas áreas, pertencentes a instituições e localidades diferentes no Estado de Santa Catarina, num trabalho comum de estudo e ação ambiental na área do SAIG/SG. Durante os primeiros passos para a elaboração do projeto, organizou-se a REDE de pesquisadores, partindo da UNIPLAC, somando-se a UNOESC, UFSC, UDESC, EPAGRI, FUNJAB, FAPESC, FAPEU, UNOCHAPECÓ e FURB. O projeto foi, então, apresentado à Agência Nacional das Águas (ANA), a qual solicitou a ampliação da REDE, incluindo pesquisadores e instituições dos Estados do Paraná e Rio Grande do Sul. A coordenação de REDE dos três Estados ficou sob responsabilidade da ANA, a qual repassou ao CNPq recursos do CTHidro (Fundo Setorial dos Recursos Hídricos) que compõem uma das fontes de recursos financeiros do projeto.

3.7.3.2 Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena.

Para atender o que dispõe a Resolução CNE/CP n. 1 de 17 de junho de 2004, que instituiu “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” (Lei n. 9.394/1996 e Lein. 10.639/2003) a UNIPLAC constituiu a Resolução n. 114, de 1º de novembro de 2013, que determina a inclusão desses conteúdos em todos os Cursos de Graduação.

O projeto do curso de Serviço Social prevê a integração da educação étnico-racial por meio da disciplina de **Cultura, Diferença e Cidadania** - 2º semestre - 04 créditos - 80 h.

A UNIPLAC, através do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros (NEAb) tem trabalhado de forma continuada com esta temática, envolvendo vários seguimentos da universidade.

O Núcleo de Estudos Afrobrasileiro “Negro e Educação / Indígena” foi constituído no ano de 2000, aprovado pelo Parecer n. 503, de 09/10/2007, do CONSUNI e, desde então, realiza atividades de ensino, pesquisa e extensão, na perspectiva de investigar a educação e a memória do povo afrodescendente.

3.7.3.3 Direitos Humanos

Para atender o que dispõe o Parecer CNE/CP n. 8, de 06 de março de 2012, que instituiu “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos” (Leis n. 9.131, de 24 de novembro de 1995 e n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996), a UNIPLAC emitiu a Resolução n. 127, de maio de 2014, que determina a abordagem da Educação para Direitos Humanos em todos os cursos de graduação.

O curso de Serviço Social incluiu a temática através da disciplina de **Cultura, Diferença e Cidadania** - 2º semestre - 04 créditos - 80 h e também na disciplina de **Serviço Social, Movimentos Sociais, Processos Participativos e Educação Popular** do 9º semestre com 04 créditos, 80 horas.

3.7.3.4 Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA)

A UNIPLAC há bom tempo vem se dedicando às questões relacionadas à inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência. Nessa direção, desde 2012 constituiu a sua

Comissão Institucional de Inclusão e Acessibilidade (CIA), pela Portaria n. 099, de 22 de outubro de 2012, modificada de tempos em tempos para proceder alterações de componentes, mantendo sempre a mesma linha de finalidades e objetivos.

Entre as finalidades está a de acompanhar e propor medidas à Universidade, que visem a garantir os requisitos de acessibilidade aos acadêmicos com deficiência. Sempre bom lembrar que o trabalho da Comissão tem sido desde sempre voluntário e não remunerado.

Uma dessas medidas, em 29/08/2013 foi a criação do Programa de Acompanhamento Pedagógico ao Aluno da UNIPLAC (PAAP), cuja regulamentação interna foi aprovada em 23/04/2015. Em 29/03/2016, através do Ato Normativo n. 007/16 foram suspensas as atividades do PAAP e na reunião do CONSUNI em 04 de abril de 2016, o CONSUNI aprovou o retorno imediato do Programa.

Em 07 de abril de 2016 o PAAP foi definitivamente aprovado (Resolução n. 213). Ainda em junho deste ano, através da Resolução n. 219, o Programa foi revigorado, para oferecer atendimento aos alunos dos diversos cursos da universidade, visando a oportunizar formação qualificada e adequada às suas necessidades educacionais.

Ainda por influência direta da Comissão de Inclusão e Acessibilidade, a Universidade enfim aprovou a sua Política de Inclusão e Acessibilidade, através da **Resolução CONSUNI n. 235, de 11 de agosto de 2016**, para dar cumprimento à legislação vigente. É dirigida às pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida, com **transtornos globais no desenvolvimento** e com altas habilidades ou superdotação (Art. 1º, § 3º). No art. 2º está afixado que “aos estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida, **transtornos globais no desenvolvimento** e altas habilidades ou superdotação, ao ingressarem na Universidade serão ofertados ambiente acessível, apoio e acompanhamento pedagógico e ou recursos multifuncionais necessários à sua permanência com qualidade nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Art. 2º, § 1º O apoio pedagógico deverá contemplar ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos estudantes, considerando as necessidades apontadas em sua autodeclaração, registradas no ato de matrícula, ou a qualquer tempo em que estas se manifestarem, enquanto frequentam a Universidade”.

No presente momento, a Universidade não tem alunos autodeclarados como portadores de **Transtorno do Espectro Autista**, mas independentemente de tal situação, a Instituição, para atender à Lei n. 12.764, de 27/12/2012, ao Decreto n. 8.368, de 02/12/2014 e à Nota Técnica n. 24/2013/MEC/DECADI/DPEEN, dispõe de profissionais especializados

neste atendimento e ainda desenvolve no seu Curso de Psicologia projeto de Extensão e Grupo de Estudos e Reflexões sobre o Transtorno do Espectro Autista, em que atende às comunidades interna e externa, com o objetivo de desmistificar alguns conceitos e atualizar os conhecimentos científicos e práticos de professores e de todos os profissionais interessados no atendimento com qualidade às pessoas com TEA/TGD.

Entre os profissionais credenciados pela UNIPLAC para este tipo de demanda está a Prof. MSc. Vivian Fátima de Oliveira, docente e Coordenadora do Curso de Psicologia, indicada para representar as Pessoas com Transtornos Globais de Desenvolvimento na CIA (Portaria n. 058, de 05 de maio de 2015).

3.8 METODOLOGIA

A metodologia que permeia o processo de ensino aprendizagem no Curso de Serviço Social tem sido conduzida na perspectiva da metodologia ativa com diferentes estratégias, com vistas à prática interdisciplinar, articulando as áreas do conhecimento em seus diferentes níveis de complexidade.

A metodologia ativa neste curso se apresenta no Projeto Pedagógico tanto na sua horizontalidade quanto na verticalidade, articulando as áreas de estudos de cada semestre em específico, bem como, semestre a semestre, num movimento contínuo entre as atividades de ensino, pesquisa, extensão numa coerência com a construção das competências necessárias demandadas para o exercício profissional balizados nos princípios da ética, da autonomia e na competência técnica de seus egressos.

Neste sentido, o desenvolvimento de atividades tem priorizado a formação do Assistente Social, numa relação direta com o campo da atuação profissional por meio de atividades de pesquisa, extensão e também por ocasião do desenvolvimento dos Estágios Curriculares Obrigatórios e não-obrigatórios, que permite ao acadêmico deparar-se com o mundo real, partindo de dados e do enfrentamento dessa realidade em diferentes espaços em que se faz necessária a presença do profissional de Serviço Social.

Esta proposta teórico-metodológica tem sido priorizada, na perspectiva de possibilitar aos alunos não só o processo de construção do conhecimento específico da área, mas, também, para que se reconheçam como sujeitos ativos e participantes desse processo, capazes de compreenderem e interferirem nas questões sociais, objeto principal de seu estudo, visa

fundamentalmente à preparação para o exercício da cidadania, cabendo ao curso formar acadêmicos com conhecimentos, habilidades, valores, atitudes, ética e com formas de pensar para atuar na sociedade, através de uma aprendizagem significativa.

Desta forma, a estrutura curricular do Curso de Serviço Social da UNIPLAC está organizado por um conjunto de disciplinas interligadas, onde os conteúdos se apoiam numa organização flexível, num esforço de romper o caminho linear com foco em ensinar e aprender, com significado que implica interações com caminhos diversos na percepção das diferenças, na busca constante de todos os envolvidos na ação.

O Curso de Serviço Social trabalha na perspectiva construtivista, dialógica e crítica, tendo o conhecimento como instrumento de transformação social, onde professor e aluno interagem no processo de ensino-aprendizagem.

O principal papel na promoção de uma aprendizagem significativa é desafiar os conceitos já aprendidos, para que se reconstruam de forma mais ampliada, colocando diante de um novo desafio com relação ao planejamento das aulas, no sentido de buscar formas de provocar instabilidade cognitiva. Planejar uma aula significativa quer dizer, em primeira análise, buscar formas criativas e estimuladoras de desafiar as estruturas conceituais dos alunos. Segundo Ausubel (1982), “é indispensável, para que haja uma aprendizagem significativa, que os alunos se pré-disponham a aprender significativamente”.

Promover a aprendizagem significativa é parte de um projeto educador libertador. Nesse sentido, o curso de Serviço Social tem a convicção de que é necessário insistir em um real processo de transformação da prática. Dessa forma, o curso vem buscando estratégias de ensino-aprendizagem, utilizando metodologias tais como: mapas conceituais, metodologias ativas, tecnologias interativas de ensino, visitas técnicas, aulas práticas de laboratório, estudo de caso, júri simulado, gincana, grupos de verbalização e grupo de observação, dramatização, metodologias de simulação, oficinas (*workshops*), aulas expositivas dialogadas, tempestade de ideias, seminários, aprendizagem baseada em problema, recursos didáticos e audiovisuais, objetivando a construção de espaços potenciais de ensino-aprendizagem.

A função do projeto pedagógico, portanto, tem sido de ajudar a resolver problemas, utilizar os conhecimentos adquiridos na prática e, portanto, uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os envolvidos no curso, buscando, em cada disciplina ofertada, decifrar as competências necessárias para que o egresso consiga obter uma boa empregabilidade e, fundamentalmente, esteja preparado para o exercício da cidadania,

analisando e avaliando que conteúdos profissionalizantes e de conhecimentos prévios são essenciais para se alcançar as competências e, conseqüentemente, o perfil do egresso desejado do curso. O procedimento metodológico para execução das aulas compreenderá atividades de aprendizagem teórico/práticas e atividades de aprendizagem orientadas.

3.9 ESTÁGIO CURRICULAR

3.9.1 Estágio Curricular Obrigatório

O Estágio Supervisionado compreende uma atividade acadêmica obrigatória aos acadêmicos do Curso de Serviço Social da UNIPLAC, integrante do processo de aprendizagem e desenvolvido concomitante a formação universitária, configura-se enquanto possibilidade para o estudante experienciar o exercício do trabalho profissional, aproximando-se das áreas de intervenção, do contexto sócio institucional e dos fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos do Serviço Social.

Contemplando os dispositivos legais da supervisão de campo e pedagógica a ser realizada por profissional de Serviço Social, o estágio permite flexibilidade quanto a natureza das organizações em que é desenvolvido (órgão públicos, privados, movimentos sociais e comunitários, empresas, ONG's filantrópicas, OSC, Consultoria e Assessoria, dentre outros). Quanto ao perfil das atividades realizadas estas possibilitam propostas inovadoras e criativas pelos estagiários através dos projetos de intervenção, articulados aos Projetos de Aprendizagem e subsidiados pelos Fundamentos Teóricos Práticos.

Para a realização do estágio obrigatório do curso de Serviço Social a instituição pactuou convênios diversos, cujos contratos e termos de compromisso são arquivados e disponibilizados pela Coordenação de Estágio da instituição. Neste sentido, a instituição dispensa especial relevo à relação entre estagiários, instituições de ensino e organizações onde se realizam os estágios, de forma a inserir o aluno no espaço sócio ocupacional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, ao mesmo tempo em que integra a bagagem conceitual a diferentes contextos da prática profissional. Permite, também, a compreensão das necessidades da comunidade loco-regional e auxilia na compreensão das diversas nuances do mercado de trabalho.

Figuram nesse processo como espaços para a formação pessoal, profissional e cidadã,

tanto a instituição de ensino superior e as instituições proponentes (campos de estágio), quanto à realidade e relações político-sociais vivenciadas pelos sujeitos.

Conforme orienta a Política Nacional de Estágios (PNE) aprovada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) em 2010, os conteúdos trabalhados nos períodos concomitantes ao estágio devem

[...] apontar, claramente, para a indissociabilidade entre teoria e prática [...] através da análise da intervenção profissional, desde a inserção do estudante no espaço sócio-institucional, que indica a observação do trabalho do assistente social e a reconstrução do seu objeto (apreensão das contradições frente às diferentes manifestações da questão social), até a compreensão da dinâmica institucional e suas respostas por meio de políticas sociais e institucionais e, finalmente nas respostas profissionais por meio de processos interventivos e investigativos do Serviço Social nos diferentes campos de atuação, sempre observando a dimensão ética. (ABEPSS, 2010, p. 30).

As orientações mencionadas quando se referem à necessária observação para o conhecimento e compreensão, tanto do objeto profissional quanto da realidade sócio institucional, bem como a necessidade de construção de respostas interventivas que sejam indissociáveis do princípio investigativo, são consoantes ao projeto pedagógico da UNIPLAC.

A dinâmica de funcionamento, acompanhamento e avaliação do processo de estágio supervisionado, bem como as competências e responsabilidades desses sujeitos estão dispostas nos respectivos Regulamentos de Estágio Supervisionado Curricular Obrigatório (Parecer CONSEPE n. 1.699, de 06/12/2005) e Não Obrigatório do Curso de Serviço Social.

Quanto ao aspecto carga horária, o estágio obrigatório supervisionado aparece na matriz do Curso de Serviço Social como atividade curricular, de forma articulada e em complexidade crescente ao longo do processo de formação e absorve aproximadamente 18% da carga horária total do curso, perfazendo um total de 560 horas, estando, assim, em consonância com a Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em serviço Social (ABEPSS). O estágio é desenvolvido em atividades extramuros, distribuídas ao longo da matriz curricular com a seguinte denominação: Estágio Supervisionado.

O Estágio Supervisionado Curricular Obrigatório do Curso de Serviço Social compreende um total de 560 horas e, em sintonia com o Projeto Político Pedagógico da UNIPLAC, deverá ser cumprida e contabilizada em sua totalidade durante o 5º, 6º, 7º e 8º semestres, distribuídos conforme o plano de ensino de Estágio Supervisionado, apresentado no início de cada semestre, obedecendo a critérios definidos no Regulamento de Estágio. Ressalta-se, ainda, que para garantir a processualidade e a qualidade do aprendizado, os

quatro semestres de estágios devem ser realizados preferencialmente no mesmo campo de estágio, o qual constitui o momento de conhecer e compreender o fazer profissional, além da aproximação do estudante a experiências e realidade do mundo do trabalho desenvolvida no campo de estágio.

O Estágio Curricular Obrigatório é realizado no contra turno do horário de aulas (diurno), totalizando 140 horas semestral, relativas à supervisão pedagógica e de atividades em campo.

Quanto a dinâmica durante o estágio obrigatório, o acadêmico desenvolve atividades de acordo com cada etapa do estágio sendo o 5º semestre considerado como Processo de Observação Participante - nesta etapa o estagiário deverá acompanhar o trabalho do Assistente Social, observando a natureza jurídica da instituição, a constituição do organograma e fluxograma, missão, visão e objetivos institucionais, bem como acompanhar e analisar o papel do Assistente Social neste contexto, as principais Políticas Públicas e legislação vigente utilizada pelo profissional, bem como o perfil do usuário. No 6º semestre considerado como Elaboração do Projeto de Intervenção - o estagiário deverá acompanhar o trabalho do Assistente Social, e a partir da demanda apresentada pela instituição construir junto com o supervisor de campo e supervisor acadêmico um projeto de intervenção. O 7º semestre considerado como Aplicação do Projeto de Intervenção - o estagiário deverá acompanhar o trabalho do Assistente Social, e deverá aplicar o projeto de intervenção. O 8º semestre considerado como Avaliação e Devolutiva do Projeto de Intervenção - o estagiário deverá acompanhar o trabalho do Assistente Social, bem como avaliar e realizar devolutiva dos resultados do projeto de intervenção.

Quanto à Supervisão Acadêmica e/ou Orientação e Supervisão de Campo do estágio obrigatório supervisionado no curso de Serviço Social, a instituição compreende que os estágios devem propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem, sendo planejados, executados, acompanhados e avaliados em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, a fim de se constituírem em instrumentos de integração, em termos de relação teórico prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano. O estagiário será orientado, por meio de seminários, grupos reflexivos, ciclos de aprendizagem baseados na metodologia de problematização, produção de artigos, mostra científica, orientação individual e coletiva e supervisionado conjuntamente pelos professores, supervisores de estágio, denominados, supervisores acadêmicos, pelos profissionais nas

instituições conveniadas, denominados supervisores de campo e pelo professor da disciplina e/ou coordenador de estágio supervisionado.

3.9.2 Estágio Curricular Não-obrigatório

O Estágio Curricular Não-obrigatório na UNIPLAC constitui-se em atividade complementar à formação do acadêmico, atendendo ao disposto na Lei n. 9.394/96, na Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008, Regimento Geral da UNIPLAC e Resolução n. 231, de 08 de agosto de 2016.

É realizado por livre escolha do aluno, com relação à carga horária semanal/mensal e as atividades a serem desenvolvidas. Os critérios e condições deste Estágio estão definidos no Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta n. 81/2008. “Art. 2º O estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso. § 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma. § 2º Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória”.

De acordo com decisão do Colegiado de Curso, registrado na Ata n. 04/2017 de 19/04/2017, ficou estabelecido que os alunos podem realizar o Estágio Supervisionado Não-Obrigatório desde o 1º ao 9º semestre, respeitando os pressupostos do Plano Nacional de Estágio – PNE (ABEPSS/Conjunto CFESS/CRESS).

Com a Resolução CFESS N. 533, de 29 de setembro de 2008, a qual regulamenta a supervisão direta do estágio no Serviço Social, é vedada a prática de estágio sem a supervisão direta, conforme as alíneas “d” e “e” do artigo 4º do Código de Ética do Assistente Social.

3.10 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

São atividades de cunho educativo-teórico-prático que têm como objetivo o enriquecimento da formação profissional, através do desenvolvimento de competências e habilidades. Podem acontecer tanto no contexto acadêmico, quanto nas relações com o mundo

do trabalho e em projetos de extensão junto às comunidades. As áreas específicas são escolhidas pelo próprio aluno.

As atividades complementares são desenvolvidas pelos alunos considerando as áreas específicas de interesse do mesmo, oportunizando assim maior dinamicidade na integralização da estrutura curricular tendo como referência o processo interdisciplinar. Cabe ressaltar que as atividades complementares são normatizadas em regulamento próprio sistematizado pelo colegiado.

Para compreensão das atividades complementares o acadêmico deve no decorrer do curso, participar comprovadamente em eventos culturais e/ou científicos relacionados à área de Serviço Social, onde se inclui a apresentação de artigos ou trabalhos em eventos, participação de monitorias, bolsas e/ou projetos de ensino, de extensão e/ou iniciação científica, de visitas monitoradas, publicação de produção científicas e outras atividades similares, a serem regulamentadas pelo Colegiado de curso. A validade das atividades deve ser requerida junto à coordenação do curso de Serviço Social.

A carga horária prevista de Atividades Complementares no Curso de Serviço Social é de 180 (cento e sessenta) horas. As normas pertinentes às formas de execução, controle e registro estão em regulamento próprio aprovado pelo Parecer CONSUNI n. 1.157, de 30/11/2010.

De acordo com a nova estrutura do curso aprovada em 2018 houve alteração da carga horária das atividades complementares para 160 (cento e sessenta) horas, sendo que esta se apresenta junto ao conselho máximo da universidade para aprovação.

3.11 TRABALHO DE CURSO (TC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TC) integra o processo de aprendizagem configurando-se como uma atividade acadêmica obrigatória aos acadêmicos do Curso de Serviço Social, através do Regulamento de TC que compõe o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), segundo indicação das Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, aprovadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), cujos princípios definidores implicam na capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, do acadêmico em Serviço Social.

O TC é desenvolvido simultaneamente ao período letivo, representando um momento de síntese e de expressão da totalidade dos processos de aprendizagem e de formação profissional do acadêmico, sendo apresentado ao final do curso e submetido ao processo avaliativo, o TC constitui-se em trabalho científico, elaborado individualmente pelos acadêmicos, sob orientação de um professor, e realizado conforme os padrões de exigência teórico-metodológica e acadêmico-científica. O TC deve abordar prioritariamente temáticas relacionadas à realidade social da região, buscando evidenciar as diversas expressões da questão social, as respostas construídas pelo trabalho profissional nos diferentes espaços de atuação. Este trabalho deve demonstrar criatividade, capacidade inovadora e de compreensão interdisciplinar na interpretação dos temas e problemas estudados, correlacionando e aprofundando os conhecimentos teóricos e práticos do curso.

Faz-se importante destacar ainda que, tal proposta foi debatida e aprovada coletivamente no Colegiado do Curso de Serviço Social da UNIPLAC, e o regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso está disponibilizado na Coordenação.

O TC implantado no curso de Serviço Social está regulamentado e institucionalizado, buscando considerar de maneira excelente, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: carga horária, orientação e formas de apresentação.

Considerando a exigência do TC, como parte integrante do currículo pleno do curso, consoante estatuído pelas DCNSS (Resolução CNE/CES 15/2002), o aluno deverá elaborar um trabalho sob orientação de um professor, de acordo com as normas para elaboração desse trabalho, definidas no regulamento específico. Para tanto, deverá cursar as disciplinas de TC 1 e 2, totalizando 160 horas na estrutura curricular do curso.

Quanto às formas de apresentação, o objetivo do TC é oportunizar aos acadêmicos a experiência com a pesquisa/iniciação científica em Serviço Social, das mais variadas formas, portanto o acadêmico poderá realizar uma pesquisa bibliográfica ou um trabalho de pesquisa de campo. O TC deve ser apresentado em forma de Monografia, seguindo as normas para apresentação de trabalho científico e as especificidades do curso, além disto, o aluno produz um artigo científico oriundo do TC que deverá ser publicado em revista científica.

Quando o trabalho envolver pesquisa com seres humanos, o projeto deverá, obrigatoriamente, passar pela análise e aprovação de um Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), por meio de protocolo específico e, na entrega do trabalho final, deverá constar, como anexo, a aprovação do CEP.

A orientação do TC será realizada por um professor que compõem o corpo docente da instituição, acadêmico e professor orientador deverão seguir em conjunto o cronograma de trabalho disponibilizado pelo professor da disciplina de TC contemplando toda a construção do TC, bem como as reuniões necessárias para a discussão e o desenvolvimento das atividades. É de responsabilidade do professor orientador o deferimento do encaminhamento, ou não, do TC para a defesa, mediante um parecer por escrito. As notas e avaliações das disciplinas de TC estão diretamente relacionadas à elaboração e apresentação do Projeto de Pesquisa.

A coordenação do TC será feita pelo professor das disciplinas de TC I e TC II que tem a atribuição de acompanhar os alunos e seus orientadores, organizar e conduzir todas as etapas para conclusão e apresentação final do TC do curso, garantindo o cumprimento das Normas do TC para o Curso de Serviço Social.

As produções científicas oriundas do TC como a monografia desde que aprovada pela banca para publicização esta será disponibilizada na plataforma de periódicos da biblioteca da universidade, bem como o artigo científico, que além da biblioteca o aluno realiza a submissão em uma revista científica juntamente com orientador.

3.12 APOIO AOS DISCENTES

O atendimento e o apoio ao aluno são prioridade do curso. Acontece de forma particular, pelo trabalho do Coordenador do Curso, que está sempre à disposição, quando necessário. Da mesma forma se dá em nível de Colegiado de Curso, sempre mobilizado para incluir os alunos nas discussões e na identificação de necessidades, prioridades e possibilidades, na articulação de soluções e nas tomadas de decisão.

Dentre as atividades gerais abrangidas no nível de atenção do Colegiado do Curso estão as ligadas à participação em atividades pedagógicas, na Universidade e fora dela; à participação em eventos como congressos, simpósios, jornadas e outros e à participação em projetos de pesquisa e extensão. O curso mobiliza seus alunos para a participação maior possível em eventos acadêmicos, considerando que a qualificação profissional está muito além do ambiente da sala de aula e do próprio campus universitário.

O trabalho de apoio ao aluno acontece desde o momento do ingresso na Universidade. No ato de ingresso, são apresentados à estrutura da instituição e a toda gama de serviços

disponibilizados, inclusive programas institucionais em desenvolvimento. Também são equacionadas dúvidas relacionadas ou não ao curso, fato que acontece a cada início de semestre, quando a Pró-reitoria de Ensino e toda a estrutura de gestores dos diversos setores de decisão participam de encontros com os alunos.

Para atualizar os alunos, no que tange as questões acadêmicas, o site da UNIPLAC disponibiliza calendários acadêmicos, orientações de como acessar a bolsas de estudo, editais de projetos de pesquisa e extensão, estes últimos com a intenção de inserir o aluno oportunamente em projetos de iniciação científica e à pesquisa.

Há evidentemente todo o apoio do aluno pelos professores do curso. É feito através dos registros acadêmicos, de forma eletrônica, que permite o acesso a qualquer informação em tempo real, de forma ampliada, incluindo desempenhos como diários de classe e desempenho em avaliações.

A instituição como um todo dispõe, ainda, de dois setores fundamentais no atendimento e no apoio ao aluno. São eles a Secretaria Acadêmica, guardiã de todas as informações e documentação sobre a vida funcional do aluno, desde o momento de seu ingresso até o momento de sua saída da Universidade, e o Serviço de Atendimento ao Estudante atualmente é oferecido pelo Apoio Comunitário e tem como objetivo a atenção aos alunos através dos diversos programas de bolsas de estudos que a UNIPLAC disponibiliza.

Como suporte do atendimento ao estudante apresenta-se o corpo técnico administrativo envolvido com a operacionalização dos cursos, de acordo com a necessidade apresentada. Justifica-se que para assessorar os projetos pedagógicos, a Pró-Reitoria de Ensino, além de toda a estrutura de técnicos para os setores, conta com uma Coordenação de Graduação, com profissionais que dão assistência técnica e pedagógica aos coordenadores de curso e a seus colegiados. E para qualquer encaminhamento pedagógico há o setor específico de Apoio Pedagógico (SEAPE).

Considere-se que a experiência na área da educação superior dos profissionais que atuam nos setores de apoio aos cursos possibilita-lhes uma melhor condição de acompanhamento das propostas pedagógicas dos cursos.

O quadro abaixo apresenta a relação do corpo técnico administrativo que realiza o acompanhamento ao curso.

Função	Titulação	Carga Horária
PROENS	Mestre	40 horas

Técnico Administrativo - SEAPE	Especialista	40 horas
Registro Acadêmico Apoio	Especialista	40 horas
Registro Acadêmico Apoio	Graduado	40 horas
Registro de Controle Docente/RH	Graduada	40 horas
Técnico Administrativo – Coord.Graduação	Graduada	40 horas
Coordenação de Curso	Mestre	10 horas

3.12.1 Apoio e Acompanhamento Pedagógico

O Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico (PAAP) para o aluno da UNIPLAC surge na perspectiva de promover o bem-estar do aluno desta universidade, facilitando a ambiência acadêmica do ponto de vista da aprendizagem e social. Visa ainda desenvolver o protagonismo dos sujeitos estudantes, na construção de sua história na universidade, bem como no mundo do trabalho.

Considerando que atualmente as universidades vem fazendo jus ao seu próprio nome, momento em que o ensino superior realmente se universaliza diante do acesso às camadas menos favorecidas da população, faz-se necessário que se garanta também a permanência desses alunos.

Percebe-se que muitos ingressantes chegam à universidade, após vários anos de conclusão do ensino médio, ou mesmo vindos do ensino médio sem os subsídios necessários especialmente nas disciplinas de Português e Matemática o que gera a necessidade de apoio e acompanhamento.

Em outra frente, o PAAP dá suporte aos coordenadores para organização, comunicação e informações entre docentes e discentes, bem como realizando oficinas de conhecimento geral e específico para os cursos de Graduação.

Dá-se também o ingresso de alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação, aos quais é preciso garantir a acolhida e acompanhamento possibilitando-lhes não somente o acesso, mas, sobretudo, a permanência na IES. Assim os serviços de apoio vem somar à comissão de acessibilidade com o trabalho de Libras e Braille e dentro das especificidades que cada demanda requer.

Dentro desse contexto universitário, poderão emergir em alunos e/ou funcionários, dificuldades em lidar com aspectos emocionais. Para isso, a Universidade vem desenvolvendo a estrutura do acompanhamento psicossocial, que concerne simultaneamente à psicologia individual e a vida social dos sujeitos, com objetivo de privilegiar a qualidade de vida as

pessoas que passam por sofrimento psíquico.

Convém ressaltar que nesse acompanhamento, serão abordadas questões focais, não incluindo psicoterapias, com atendimentos contínuos semanais e quinzenais, porém, quando for levantada essa necessidade, serão realizados encaminhamentos para o Serviço-Escola do curso de Psicologia ou para outros segmentos externos que o profissional à frente deste serviço considerar pertinente.

Sabe-se que para ter qualidade pedagógica, é primordial conhecer os modos de representação do saber e dos processos cognitivos, quanto maior for a consciência dos alunos e professores sobre esses processos, maior será a efetividade do ensino e aprendizagem. Desse modo, para intervir e buscar a diversidade de fatores que poderão interferir negativamente para a qualidade do ensinar e aprender, a UNIPLAC vem organizando o acompanhamento psicopedagógico que além de oferecer subsídios para os docentes trabalharem em sala de aula, atuará efetivamente com o aluno no desenvolvimento de seu potencial acadêmico, pessoal e social, essenciais à formação profissional, seguindo os mesmos preceitos do acompanhamento psicossocial.

O PAAP teve origem na Pró-Reitoria de Ensino e na Avaliação Institucional da UNIPLAC e encontra-se já atuando em algumas frentes, enquanto em outras, está se construindo.

Considerando a relevância desse programa se está investindo em sua ampliação para que se garanta um trabalho de excelência na educação superior em nossa região.

3.12.2 Acessibilidade ao Estudante com Deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação

Para atender as normatizações das Leis n. 10.048/00 e 10.098/00, do Decreto n. 5.296/04 e da Portaria n. 3.284/03, a UNIPLAC dispõe em seu Requerimento de Matrícula, de um campo próprio denominado “Autodeclaração de Necessidades Educacionais Especiais”, em que o aluno declara suas necessidades educacionais especiais, decorrentes de deficiências (motora, visual, auditiva, entre outras) e, acompanhando o instrumento, há a solicitação dos recursos de acessibilidade necessários, que serão disponibilizados conforme legislação vigente.

A Instituição conta também com uma Comissão Institucional de Acessibilidade (CIA), constituída através da Portaria n. 099, de 22 de outubro de 2012, que vem promovendo discussões e ações, no sentido de melhorar o acesso e a permanência dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação na UNIPLAC.

3.13 GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

O PPC é construído a partir das diretrizes curriculares. Sendo assim a metodologia de avaliação a aprendizagem segue o que estes instrumentos preconizam e foi normatizada a partir da entrada em vigor da Resolução n. 207, de 20 de janeiro de 2016, que regulamenta o artigo 123 do Regimento Geral da Universidade, aprovado em setembro de 2012.

O Artigo 122 do referido Regulamento define a avaliação de aprendizagem como um “processo contínuo e cumulativo do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos”.

No que diz respeito à avaliação, a partir da Resolução n. 207/16, a UNIPLAC estabeleceu uma nova metodologia de avaliação que, segundo o artigo 5º, *"deve ser entendida como um conjunto de conceitos e práticas que incluam a verificação da apropriação de conhecimentos, do desenvolvimento de habilidades e atitudes, que são compreendidos como: I – Conhecimentos: são saberes acumulados dentro e fora de processos de ensino-aprendizagem; II – Habilidades: são capacidades de utilizar os conhecimentos produtivamente e III – Atitudes: são vontades concretizadas em atos, de transformar qualitativamente a realidade com base em sentimentos e valores"*.

Para atingir os objetivos propostos pela referida resolução, a avaliação do ensino e da aprendizagem será composta de no mínimo 02 (duas) avaliações, na forma de provas escritas, orais ou práticas, trabalhos escritos, relatório de trabalhos de campo, visitas técnicas, execução de projetos, trabalhos individuais e em grupo, resolução de problemas, seminários ou outras formas, dependendo da natureza da disciplina, módulo, unidade de aprendizagem, unidade educacional, programa, projeto ou atividade pedagógica, participação em eventos científicos e outros em que possam ser observadas as atitudes e os conhecimentos construídos/adquiridos pelo acadêmico e 01 (uma) avaliação integrativa, interdisciplinar, na perspectiva operatória individual ou coletiva.

Assim, o curso de Serviço Social:

- concebe a avaliação como função reguladora, diagnóstica, formativa e promotora da melhoria contínua, no âmbito do ensino e da aprendizagem, desenvolve avaliações na perspectiva operatória onde são avaliados os conhecimentos, as habilidades e as atitudes;
- utiliza várias estratégias de avaliação possibilitando os alunos de serem avaliados, em várias oportunidades e com diferentes técnicas, estratégias e instrumentos;
- informa nos instrumentos utilizados para avaliação quais os conhecimentos, habilidades e atitudes que serão foco da avaliação;
- desenvolve avaliações escritas que são realizadas por semestre, com direito a recuperação.

No curso de Serviço Social, os procedimentos de avaliação, além dos exigidos institucionalmente acontecem também por meio de procedimentos de avaliação que permeiam o processo de ensino aprendizagem no/do Curso de Serviço Social tem sido conduzida na perspectiva da metodologia ativa com diferentes estratégias, com vistas à prática interdisciplinar, articulando as áreas do conhecimento em seus diferentes níveis de complexidade.

3.14 PARTICIPAÇÃO DOS DISCENTES NO ACOMPANHAMENTO E NA AVALIAÇÃO DO PPC

No processo de acompanhamento e avaliação do PPC, em âmbito institucional, a prática de ações permanentes são referendadas em decisões compartilhadas pela comunidade acadêmica como condição imprescindível à construção de um projeto que se concebe democrático e aberto.

Nesse sentido, o Curso de Serviço Social possibilita a participação dos acadêmicos em todas as instâncias e níveis de decisão, constituindo instrumento essencial para o aprimoramento da capacidade institucional de enfrentar desafios e construir o novo.

Está prevista a participação de representantes discentes nas reuniões de colegiado e reestruturações de PPC e a qualquer momento, por iniciativa dos estudantes, é possível incluir nas pautas das reuniões, itens relativos ao processo de avaliação do curso.

Neste sentido, os professores integrantes do processo formativo encontram-se comprometidos na mobilização dos discentes para a participação em processos de discussão e avaliação.

3.15 PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO CURSO

Em cumprimento a Lei n. 10.861 14 de abril de 2004, Lei que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), o Setor foi Regulamentado pela Resolução n. 239, de 04/10/2016, que regulamenta a Avaliação Institucional no âmbito da Universidade, que tem como objetivo assegurar o processo de Avaliação Institucional da IES, dos cursos de Graduação Presencial e a Distância, de Pós-Graduação “*lato e stricto sensu*”, do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos do art.9º, VI, VIII e IX da Lei n. 9.394, 20 de dezembro de 1996.

Para garantir a autoavaliação da IES, foi constituído no âmbito de instituição, uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), conforme art.11, inciso II da Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004, que tem como atribuição a coordenação dos processos internos de avaliação, sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Inep, obedecidas as diretrizes deste. Entre elas, encontra-se a responsabilidade da CPA fazer a prestação de informações ao INEP/e-MEC e ao Sinaes, respondendo civil, penal e administrativamente por informações falsa, ou distorção de dados a serem fornecidos ao Sinaes, conforme art. 12 da Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004, do CONAES.

Atendendo ao disposto, o Setor de Avaliação Institucional, tendo a coordenação da Comissão Própria de Avaliação como aporte, convoca mensalmente a CPA para analisar e deliberar sobre os processos desenvolvidos por esse Setor.

A CPA da UNIPLAC está regulamentada pela Resolução do Consuni n. 240 que por sua vez, tem poder consultivo e deliberativo, acompanhando e encaminhando o trabalho desenvolvido pelo Setor de Avaliação apresentando os resultados das Avaliações Internas aos colegiados de curso, seu Núcleo Docente Estruturante – NDE e coordenador, no sentido de contribuir nas ações acadêmicas – administrativas fruto das autoavaliações e também das avaliações externas (quando existem), no âmbito do curso, no intuito de analisar se as tomadas de decisões previstas e implantadas estão sendo produtivas afim de que o perfil profissional do egresso de cada curso se concretize.

Para melhor relacionar-se com a comunidade acadêmica o Setor de Avaliação Institucional pela via da CPA divulga, via página específica no site da IES, apresentando todas as

informações necessárias com vistas ao acompanhamento das avaliações e ações provindas destas. Apresenta ainda, banners de divulgação, participa no início de cada semestre das capacitações dos professores e coordenadores, divulgando e sensibilizando a todos sobre a importância da Avaliação Institucional.

Com a parceria da CPA, o Setor de Avaliação institucional desenvolve ainda oficinas para demonstrar o significado do Conceito de Curso (CC); Conceito Preliminar de Curso (CPC); Índice Geral de Curso (IGC); Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE); e como esses índices podem servir de ferramenta de gestão pedagógica e/ou administrativa. Desenvolve também, um projeto de preparação dos discentes na perspectiva da construção do conhecimento com formato de avaliações operatórias, reportando-se para o modelo utilizado pelo Enade. Assim, prepara e acompanha os docentes e discentes para as avaliações dos processos de ensino aprendizagem, bem como para o ENADE.

Discute e acompanha as ações que estão sendo realizadas em função das autoavaliações semestrais, as quais dão suporte às avaliações externas quando in loco, dando apoio aos colegiados de curso, fazendo com que os resultados das avaliações internas sirvam de ferramenta de gestão, evidenciando e buscando sempre a Excelência do Ensino, da Pesquisa e da Extensão na IES.

O Reconhecimento se deu mediante Resolução n. 031/CEE/SC, Parecer n. 312/CEE/SC de 15/06/1999 e pelo Decreto n. 312, de 23/06/1999, do Governo do Estado, publicado no DOE.

A Renovação do credenciamento mediante Resolução n. 058/CEE/SC, Parecer n. 334/CEE/SC de 09/11/2004 e pelo Decreto n. 2.717, de 10/12/2004, do Governo do Estado, publicado no DOE.

Renovação do credenciamento por mais 5 anos (2010-2015) mediante Resolução n. 070/CEE/SC e Parecer n. 243/CEE/SC de 23/11/2010, e pelo Decreto n. 038, de 10/02/2011, do Governo do Estado, publicado no DOE.

3.16 AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO

As avaliações semestrais, têm como objetivo coleta de informações sobre os diferentes segmentos estruturantes do curso, bem como, avaliar o desempenho docente junto ao discente.

Tendo como referência os resultados expressos no Relatório Final de Avaliação do Curso, a Coordenação, juntamente com o colegiado e setores de apoio, planejam ações para melhoria das fragilidades eventualmente diagnosticadas.

A Assessoria de Avaliação Institucional, após aplicação dos instrumentos de avaliação e compilação dos dados, disponibiliza à Coordenação do Curso, relatório com resultado das avaliações realizadas, contendo as devidas recomendações da Comissão Própria de Avaliação. Os referidos instrumentos de avaliação são respondidos pelos docentes, discentes e Coordenador do Curso. Os dados constantes no relatório de avaliação contribuem para análise do/no colegiado, revisões no projeto e capacitações que se fizerem necessárias.

Os resultados da avaliação, de modo geral, são discutidos em reuniões de NDE e colegiado de Curso. Quando se referem a problemas individuais, relativos ao desempenho dos docentes, estes são chamados, primeiramente pela Coordenação do Curso, posteriormente pelo NDE, onde são analisadas as condições e fatos, para somente após serem feitos os encaminhamentos, sendo realizada ata da reunião do NDE e encaminhado na sequência a CPA para as devidas providências. Atente-se ainda para a atuação dos professores de cada disciplina, que ancorados em seus resultados, avaliam e reestruturam o trabalho didático pedagógico.

Segue algumas ações resultantes dos processos de avaliação:

- Apresentação dos Resultados das Avaliações Internas na Página da CPA e UNIPLAC, *Banners* nos locais mais visíveis da IES, Relatórios enviados a Coordenação e Selo da CPA;
- Divulgação dos Resultados das Avaliações Externas (ENADE), na página da CPA e da UNIPLAC;
- Reuniões com o NDE e o Colegiado docente e discente, para conscientização da necessidade de desenvolver uma cultura de avaliação onde todos se sintam responsáveis pelo sucesso do curso;
- Oficinas com aulas de Interpretação de Texto, Matemática e Atualidades;
- Diálogo com Corpo Docente e Discente com cruzamento dos dados de interpretações das Avaliações Internas e Avaliações Externas do curso;
- Implementação dos Laboratórios solicitados pela Comunidade Acadêmica via Autoavaliação;
- Uso dos resultados da Avaliação Interna e Externa como Ferramenta de Gestão Pedagógica e Administrativa do Curso;

- Implantação do Projeto de Apoio Pedagógico e Psicopedagógico para os estudantes.

3.17 ATIVIDADES DE TUTORIA

As atividades de tutoria tratam do aspecto logístico de suporte ao aluno, atendendo às demandas didático-pedagógicas das disciplinas em EaD. O mesmo é composto por dois papéis:

- **Professor-tutor:** tem a função de atender às demandas didático-pedagógicas da estrutura curricular. O tutor compreende o processo de mediação pedagógica junto aos discentes. Do mesmo modo, acompanha os encontros presenciais (quando ocorrem) bem como realiza a interação com os alunos através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), atuando como facilitador e orientador do processo pedagógico. Além dos encontros presenciais pré-definidos, o professor-tutor encontra-se disponível para o atendimento ao aluno, semanalmente, das 18h00 às 22h00, no setor de EaD da universidade. Para tanto, o professor-tutor possui o domínio do conteúdo, recursos e mídias a serem trabalhados. A devolutiva aos alunos ocorre no prazo máximo de 24hs (em dias úteis), por meio das ferramentas de comunicação do AVA.

O professor-tutor está preparado e capacitado para atender todo o processo de tutoria durante o andamento das disciplinas. Ele deve observar o desempenho dos discentes, sanar dúvidas e criar meios que facilitem o acesso à informação pelo acadêmico. O professor-tutor atua como orientador e facilitador do conteúdo, desenvolvendo e potencializando as habilidades dos alunos. Ele estimula a autonomia dos discentes nos estudos, atua como mediador e realiza avaliações constantes da participação e aproveitamento dos alunos. Além disso, deve ter conhecimento do conteúdo trabalhado, oferecer feedbacks constantemente aos alunos, estimular os debates realizados em fóruns, desenvolver a habilidade de cooperação e interação entre os alunos, incentivando a construção do conhecimento de forma coletiva. Outro ponto importante na atuação do tutor é o conhecimento e a fluência nos recursos pedagógicos para auxiliar os alunos em dificuldades técnico-pedagógicas.

- **Técnico:** esse profissional, que atua como técnico administrativo de nível superior, tem como função participar do acompanhamento docente e discente, oferecendo o suporte técnico necessário na EaD. Sendo assim, acompanha o andamento das atividades dos acadêmicos, auxilia também na promoção das avaliações institucionais internas dos docentes

e discentes, além de participar de reuniões semanais entre professores-tutores, designer instrucional e apoio pedagógico. O suporte técnico está disponível para atendimento aos alunos semanalmente das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 22h00, no setor de EaD da universidade.

A equipe pedagógica da EaD e o designer instrucional realizam acompanhamento semanal com os tutores, recebendo e repassando feedbacks, analisando o desempenho dos alunos e da disciplina em relação às ferramentas didáticas utilizadas, bem como ao orientar a realização de melhorias no acompanhamento e atendimento ao aluno, gerando ações retificadoras, quando necessário, e planejando atividades futuras. Além disso, os discentes, participam, semestralmente, do processo de Avaliação Institucional Interna, promovido pela CPA, com resultados encaminhados aos devidos setores para ações de melhoria.

3.18 CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES NECESSÁRIAS ÀS ATIVIDADES DE TUTORIA

A equipe de tutoria é composta por profissionais com formação superior, capacitados para atuar com as tecnologias disponíveis na Instituição, entre eles o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) – Moodle. Possuem conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para atuar como professor-tutor, alinhados com o PPC. Esta equipe participa semanalmente de reuniões avaliativas com profissionais com formação pedagógica com o objetivo de aperfeiçoamento, além de receberem capacitação sempre que são levantadas demandas. Normalmente, essas demandas são oriundas dos instrumentos de avaliação ou das próprias reuniões estratégicas do setor.

3.19 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS)

A UNIPLAC propõe um modelo denominado “UNIPLAC em Rede”, para suas disciplinas na modalidade a distância, o mesmo é composto de quatro elementos chaves que buscam garantir a qualidade da oferta destas disciplinas na modalidade EaD. São eles: (a) Sistema Didático; (b) Sistema de Comunicação; (c) Sistema Tutorial e (d) Sistema de

Avaliação.



No que tange às disciplinas na modalidade à distância, o sistema de comunicação permite a execução do projeto pedagógico do curso e das disciplinas. O sistema de comunicação é composto por todas as ferramentas tecnológicas que garantem a acessibilidade e promovem a interação entre professor-tutor e aluno, aluno e aluno, aluno e tutor técnico, tutor técnico e professor tutor. Tal processo ocorre através de: (a) Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA); (b) presencialmente; (c) via e-mail e (d) por telefone. A plataforma utilizada pela Uniplac é o Moodle, um sistema de gerenciamento de aprendizagem, gratuito e de código aberto. Esse ambiente possibilita a interação, colaboração e integração da comunidade envolvida através do uso de seus recursos, disponibilizados por meio de ferramentas síncronas e assíncronas.

A universidade disponibiliza, ainda, no setor de EaD, laboratórios e espaços de estudos aos alunos com computadores que promovem a acessibilidade digital, tal como sintetizador de voz, utilizando também os recursos de acessibilidade nativos do Moodle. Além do Moodle, buscando qualificar a comunicação e o trabalho de sua comunidade interna, a Uniplac fez a parceria com o Google para o projeto de implantação do Google for Education, desde 2017. Esse projeto disponibiliza todas as ferramentas que o Google oferece, mas sob a gestão da Uniplac. Essa iniciativa possibilita o acesso ao e-mail, *Drive*, *Classroom* e outras ferramentas de forma flexível e armazenamento de dados ilimitado. O principal objetivo é prover um ambiente seguro para que o aluno e o professor possam interagir de forma a fomentar a colaboração entre todos através da plataforma Google for Education, compartilhando

documentos com todos e interagindo em uma sala de aula virtual, integrados ao Moodle, sempre que necessário.

3.20 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA)

Dentro do AVA há mecanismos de interação, que são compostos por ferramentas tecnológicas apropriadas para a apresentação de materiais e recursos a serem utilizados nas aulas. Esses recursos permitem e facilitam a cooperação entre tutores, discentes e docentes. Para possibilitar o estudo via Web, o aluno do curso utiliza a plataforma Moodle, na qual é disponibilizado o material no AVA de cada disciplina, também são apresentados materiais via ferramentas do Google e material impresso (quando necessário). No Moodle o discente pode:

- Acessar o Guia da Disciplina, o material didático, os fóruns e as tarefas;
- Enviar/receber mensagens de outros participantes;
- Verificar sua participação e seu desempenho na disciplina;
- Utilizar o café virtual para trocar ideias com os colegas, tutores, etc;
- Receber as avaliações do seu tutor e, quando for o caso, solicitar revisão de sua nota no fórum específico para isso.

O material disponível para o aluno, nesta disciplina, consiste em aulas veiculadas através de textos originais, videoaulas, textos e propostas de fóruns virtuais assíncronos e de tarefas individuais e em grupo, preparadas com metodologias diferenciadas. Esse material didático é um recurso estratégico que permite desenvolver a reflexão e instigar as aprendizagens significativas e permanentes, facilitando tanto as atividades de ensino quanto as atividades de aprendizagem. As avaliações e revisões para correção ou melhoria destes materiais são realizadas semestralmente ou conforme a necessidade, que normalmente surge dos instrumentos de avaliação ou das próprias reuniões realizadas no setor com a equipe de DI (designer instrucional) e os professores-tutores.

3.21 MATERIAL DIDÁTICO

Na Universidade é priorizada uma aprendizagem contextualizada, pois vai além do

material didático e busca o desenvolvimento do processo global de ensino e aprendizagem do aluno. Esse sistema é apresentado para o apoio pedagógico e orientação ao estudo do aluno, sendo composto pelo manual de orientação do aluno, caderno de estudos (caso necessário), objetos de aprendizagem, atividades on-line e presenciais (quando programadas), bem como todo conteúdo didático previsto no Projeto do Curso. A produção desses materiais deve primar pela linguagem dialógica, isto é, todas as partes do texto a serem apresentadas aos alunos precisam ser articuladas. Para que o material seja desenvolvido pelo professor-autor, são realizadas reuniões com foco em orientação para a elaboração de material didático e cumprimento de prazos.

As disciplinas institucionais da Universidade, oferecidas na modalidade à distância, passam pelo processo de planejamento e criação com o acompanhamento de uma equipe de Design Instrucional (DI). Entende-se material instrucional como tudo o que se refere às ferramentas que dão suporte pedagógico para a EaD, tais como: cadernos de estudos digitais, e-books, videoaulas, infográficos, vídeos, hiperlinks, áudios, manuais de orientação do aluno, atividades on-line e presenciais (quando necessário), plano de ensino, recursos de acessibilidade, dentre outros recursos didáticos previstos no projeto do curso. O sistema didático também prevê a oferta de iniciação do discente a esta modalidade, através de uma capacitação do uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), além do ensino de boas práticas para o aproveitamento de um curso à distância. Além disso, o material instrucional é a mídia-base para o desenvolvimento do conhecimento na área abordada e será elaborado a partir de orientações repassadas pela equipe de Design Instrucional (DI), o qual serve de guia para o professor-autor.

A equipe de DI é composta por um grupo multidisciplinar formado por professores e técnicos e tem como responsabilidade principal dar os encaminhamentos necessários e acompanhar a elaboração dos materiais instrucionais. Na relação de atribuição da equipe consta:

- fazer contato com os professores autores;
- orientar os professores autores em relação à estrutura padrão dos materiais;
- definir prazos de entrega dos materiais e atuar como facilitador para que esses prazos sejam cumpridos;
- acompanhar o desenvolvimento dos materiais, dando as orientações e o suporte necessários aos professores-autores;

- fazer as revisões do material ou encaminhar a revisores externos, se necessário;
- acompanhar as revisões e as ampliações dos materiais;
- solicitar ao gestor do setor de EaD o encaminhamento do contrato de prestação de serviço dos professores-autores à Fundação Uniplac;
- garantir o rigor científico e a escrita dentro das normas cultas da língua portuguesa;
- assegurar que não seja cometido nenhum tipo de apropriação indevida de conteúdos (plágios);
- mediar a interação do professor-tutor com o material instrucional.

O professor-autor é o responsável pelo desenvolvimento do material instrucional do curso e será contratado mediante demanda de trabalho. Esse profissional deve conhecer as possibilidades e ferramentas do ambiente, pois deverá interagir com a equipe de DI para entender a potencialidade dos recursos a serem utilizados e elaborar o desenho da disciplina de forma a contemplar todas as potencialidades. Portanto, é de sua responsabilidade:

- produzir os conteúdos e atuar na estruturação dos objetos de aprendizagem;
- elaborar os mapas de atividade e o plano de ensino, baseados nas ementas das disciplinas;
- propor as atividades avaliativas online e oferecer diretrizes para as correções das mesmas através de rubrica de avaliação.

3.22 SISTEMA DE AVALIAÇÃO (EAD)

Parte-se do pressuposto de que a Avaliação na EaD deve se caracterizar como um processo contínuo e formativo, em que o Professor-Tutor possa, através dos diferentes recursos de comunicação, acompanhar a aprendizagem do estudante, considerando que um dos principais objetos da EaD é o desenvolvimento de sujeitos autônomos. No processo da avaliação da Educação a Distância, é importante o Professor-Tutor considerar o que pontua Kenski, sobre esta etapa pedagógica.

A educação “presencial” é determinada pela as de aula e todos os recursos físicos, humanos e tecnológicos restritos à área física em que ela se situa. A EaD, ao contrário, se apresenta em um não-lugar, um espaço virtual indeterminado. [...] Ao vivenciarmos a EaD, descobrimos que se trata de uma nova cultura (Kenski, 2010, p. 59).

Para tanto, considera-se a avaliação formativa como possibilidade de aprendizagem para o aluno e para o Professor-Tutor, cria condições para o acompanhamento desta aprendizagem. As avaliações de aprendizagem seguem o disposto no §2º, do art. 4º, do Decreto n.5622/2005, sendo que as avaliações presenciais prevalecem sobre as avaliações on-line. A avaliação para os cursos EaD, segue o regulamento institucional dado pela Resolução n. 131, de 08 de julho de 2014, aprovada pelo Conselho Universitário, que afirma:

“Art.5º A Avaliação da Aprendizagem deve ser entendida como um conjunto de conceitos e práticas que incluem a verificação da apropriação de conhecimentos, do desenvolvimento de habilidades e atitudes, que são compreendidos como:

I – Conhecimentos: são saberes acumulados dentro e fora de processos de ensino-aprendizagem.

II – Habilidades: são capacidades de utilizar os conhecimentos produtivamente.

III – Atitudes: são vontades concretizadas em atos, de transformar qualitativamente a realidade com base em sentimentos e valores.

§1º. Para efeito operacional desta resolução, a verificação de conhecimentos, habilidades e atitudes, deverá ser registrada de forma parcial e final através de conceito numérico.

§2º. Para que o processo avaliativo atinja a plenitude de suas finalidades, deve ser contínuo, cumulativo e somatório, com prevalência da verificação de aspectos qualitativos, mais do que quantitativos, de caráter integrativo e numa perspectiva operatória.”

[...]

“Art.9º A avaliação da aprendizagem nos cursos de graduação da UNIPLAC será realizada, ao longo do semestre, sendo obrigatória, no mínimo:

I – 02 (duas) avaliações, na forma de provas escritas, orais ou práticas, trabalhos escritos, relatório de trabalhos de campo, seminários ou outras formas, dependendo da natureza da disciplina, módulo, unidade de aprendizagem, unidade educacional, programa, projeto ou atividade pedagógica.

II – 01 (uma) avaliação integrativa, interdisciplinar, na perspectiva operatória e individual.”

Desta forma, as avaliações, tanto online quanto presenciais, são realizadas na perspectiva operatória e individual.

Sobre as avaliações on-line, tratam-se de atividades de apropriação do conteúdo. Essa

atividade deve estar inserida no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Essas atividades devem possuir uma data pré-estabelecida para conclusão, sendo que o sistema fecha, automaticamente, após este período. Os prazos para a realização das atividades serão definidos conforme cronograma da disciplina, que é disponibilizada no AVA de cada disciplina. As atividades on-line serão desenvolvidas a partir do início das atividades da disciplina, e a Avaliação Presencial ocorrerá ao final de cada semestre. Essa avaliação deve prevalecer sobre quaisquer outras formas de avaliação, conforme preconiza o Decreto n. 5.622, de 19 de Dezembro de 2005, que regulamenta o art. 80 da Lei n. 9.394, de 20 de Dezembro de 1996.

Por ser este um processo cumulativo, o aluno que não atingir a nota mínima conforme os regimentos institucionais, estará reprovado, devendo matricular-se e cursar novamente a disciplina. O PPC é construído a partir das diretrizes curriculares, sendo assim a metodologia de avaliação de aprendizagem, segue o que estes instrumentos preconizam e foram normatizada a partir da entrada em vigor da Resolução n.131, de 08 de Julho de 2014, que regulamenta o artigo 123 do Regimento Geral da Universidade, aprovado em Setembro de 2012.

O Artigo 122 do referido Regulamento, define a avaliação de aprendizagem como um “processo contínuo e cumulativo do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos”. Para atingir os objetivos propostos pela referida resolução, a avaliação de ensino e da aprendizagem será composta por no mínimo 02 (duas) avaliações, sendo 01 presencial, na forma de prova escrita, e outra on-line, dependendo da natureza da disciplina, módulo, unidade de aprendizagem, unidade educacional, programa, projeto ou atividade pedagógica. Assim, o curso:

- Concebe a avaliação como função reguladora, diagnóstica, formativa e promotora da melhoria contínua, no âmbito do ensino e da aprendizagem, desenvolve avaliações na perspectiva operatória, na qual são avaliados os conhecimentos, as habilidades e as atitudes;
- Utiliza várias estratégias de avaliação, possibilitando que sejam avaliados, em várias oportunidades diferentes técnicas, estratégias e instrumentos;
- Informa, nos instrumentos utilizados para avaliação, quais os conhecimentos, habilidades e atitudes que serão foco da avaliação;
- Desenvolve avaliações escritas que são realizadas por semestre, com direito a recuperação.

3.23 RECURSOS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (AUDIOVISUAIS E MULTIMÍDIA)

A Uniplac possui uma considerável estrutura física, abrangendo todos os laboratórios estruturados à oferta de cursos superiores. A IES possui o Setor de Meios e o Núcleo de Informática, que fornecem o suporte à utilização dos recursos das tecnologias digitais. Atualmente a Uniplac conta com mais de 500 computadores com acesso à Internet, recurso este que aumenta consideravelmente com os 3.600 acadêmicos, acessando através de seus aparelhos particulares de diversas formas, tais como: notebooks, smartphones, tablets. Epecificamente, o setor de EaD possui 01 (um) servidor dedicado à Plataforma Moodle, utilizada como Ambiente Virtual de Aprendizagem.

As salas de aula utilizadas diretamente para a EaD, contam com recursos multimídia fixos, bem como acesso à Internet. Além do laboratório de informática, exclusivo para os alunos desta modalidade. O laboratório está disponível aos acadêmicos de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h30min às 22h. O laboratório conta atualmente com 18 notebooks e 02 PCs, com multimídia e acesso à Internet, também com perspectiva de ampliação dos equipamentos, conforme a necessidade. A IES possui mais 08 (oito) laboratórios de informática, também disponíveis para as atividades dos cursos, todos com infraestrutura de hardware e software atualizada. Já no que se refere à área administrativa, existe a disponibilidade de computador com multimídia e acesso à Internet individuais para técnicos administrativos, equipe de tutoria e designer instrucional, bem como infraestrutura para gravação e edição de videoaulas. Os acadêmicos também possuem, a sua disposição, o Portal Acadêmico, no qual estão disponíveis os serviços pedagógicos, acesso às notas, históricos, solicitações de protocolos, entre outros.

3.24 ENCONTROS PRESENCIAIS

As disciplinas institucionais na modalidade EaD são desenvolvidas com 01 (um) encontro presencial, que será a avaliação presencial, com direito a recuperação. Neste

intervalo de tempo, entre o início da disciplina e a avaliação, as atividades serão desenvolvidas online, no AVA. Caso o aluno não consiga sanar suas dúvidas, através das mídias, poderá comparecer presencialmente ao setor de EaD, pois os tutores estão disponíveis para atendimento presencial, de segunda a sexta das 18h às 22h.

No início de cada semestre, os calouros recebem uma capacitação, na qual são apresentadas as disciplinas que serão disponibilizadas na modalidade EaD. Nesta capacitação, os acadêmicos são instruídos e treinados para efetuarem seus acessos, através de senha particular, capacitados à desenvolverem todas as atividades apresentadas no AVA. Cada pessoa possui seu tempo próprio, para assimilar os novos conhecimentos e recursos disponibilizados, caso o acadêmico não tenha suas dúvidas esclarecidas nestas capacitações, ou não possa comparecer, o setor de EaD possui tutores técnicos e pedagógicos que auxiliam nas dificuldades. O setor de EaD possui seu expediente de segunda a sexta das 08h às 12h e das 13h30min às 22h.

3.25 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

No curso de Serviço Social, os procedimentos de avaliação, além dos exigidos instucionalmente acontecem também por meio de procedimentos de avaliação que permeiam o processo de ensino aprendizagem no/do Curso de Serviço Social tem sido conduzida na perspectiva da metodologia ativa com diferentes estratégias, com vistas à prática interdisciplinar, articulando as áreas do conhecimento em seus diferentes níveis de complexidade.

A metodologia ativa neste curso se apresenta no Projeto Pedagógico tanto na sua horizontalidade quanto na verticalidade, articulando as áreas de estudos de cada semestre em específico bem como, semestre a semestre, num movimento contínuo entre as atividades de ensino, pesquisa, extensão numa coerência com a construção das competências necessárias demandadas para o exercício profissional balizados nos princípios da ética, da autonomia e na competência técnica de seus egressos.

Neste sentido, o desenvolvimento de atividades tem priorizado a formação do Assistente Social, numa relação direta com o campo da atuação profissional por meio de

atividades de pesquisa, extensão e também por ocasião do desenvolvimento dos Estágios Curriculares Obrigatórios e não obrigatórios, que permite ao acadêmico deparar-se com o mundo real, partindo de dados e do enfrentamento dessa realidade em diferentes espaços em que se faz necessária a presença do profissional de Serviço Social.

Esta proposta teórico-metodológica tem sido priorizada, na perspectiva de possibilitar aos acadêmicos não só o processo de construção do conhecimento específico da área, mas, também, para que se reconheçam como sujeitos ativos e participantes desse processo, capazes de compreenderem e interferirem nas questões sociais, objeto principal de seu estudo.

A avaliação de aprendizagem do curso de Serviço Social é realizada por disciplinas e incide sobre a frequência e o rendimento escolar, mediante acompanhamento contínuo do acadêmico e dos resultados por ele obtidos nas avaliações. O processo de avaliação se traduz em um conjunto de procedimentos aplicados de forma progressiva e somativa, objetivando a aferição da apreensão, pelo acadêmico, dos conhecimentos e habilidades previstos no plano de ensino de cada disciplina.

A avaliação, como parte integrante do processo ensino-aprendizagem do curso de Serviço Social tem caráter formativo, devendo ser concebida como diagnóstica, contínua, inclusiva e processual; prioriza os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, considerando a verificação de competências, habilidades e atitudes.

O acompanhamento e a observação do professor e dos resultados dos instrumentos de avaliação aplicados explicitarão a aquisição das competências, habilidades e atitudes, bem como os estudos posteriores necessários para atingi-las.

É importante fazer menção ao fato de que o Curso de Serviço Social da UNIPLAC, juntamente com a Coordenação, NDE e Colegiado, procuraram ser o mais explícito possível quanto aos instrumentos e à metodologia a serem aplicados, possibilitando ao acadêmico perceber e acompanhar criticamente o seu processo de aprendizagem, verificando se está coerente com o esperado para o curso. Com isso, pretende-se garantir um procedimento claro, respeitando as singularidades de cada disciplina e conferindo autonomia ao docente para implementar, na disciplina sob sua responsabilidade, uma dinâmica avaliativa que se torne motivadora do processo de aprendizagem e propicie *feedbacks* afim de que o processo de ensino-aprendizagem se desenrole de forma dinâmica e transcenda os limites da sala de aula.

O acompanhamento dos resultados parciais e finais das turmas é feito ao término do lançamento das notas no sistema informatizado da instituição. Quando da discussão das notas

parciais, procura-se identificar as razões para os resultados atingidos, buscando-se fazer os ajustes necessários nas disciplinas específicas e o tratamento singularizado às demandas concretas de cada turma. Os resultados finais de cada turma servem como ponto de partida para a definição dos ajustes nos conteúdos que devem ser repensados e trabalhados de forma diferente no próximo semestre, em relação aos novos acadêmicos daquela disciplina. Esses resultados, também, servem como indicativo de possível necessidade de resgate em semestres futuros para os discentes já aprovados.

3.26 NÚMERO DE VAGAS

O número de vagas para o curso de Serviço Social está fundamentado em estudos realizados pela universidade através de pesquisas acadêmicas que comprovam que o corpo docente do curso está adequado ao quantitativo de vagas disponibilizadas. Além disto às condições de infraestrutura física e tecnológica para o ensino e a pesquisa são condizentes com as vagas.

3.27 INTEGRAÇÃO DO CURSO COM O SISTEMA LOCAL E REGIONAL DE SAÚDE (SUS)

A integração do curso de Serviço Social com o sistema de saúde local e regional (SUS) está formalizada por meio de convênio, termo de compromisso conforme as DCN e/ou o PPC, a qual tem como propósito viabiliza a formação do discente em serviço, bem como permitir sua inserção em equipes multidisciplinares e multiprofissionais, considerando diferentes cenários do Sistema, com nível de complexidade crescente.

Se faz necessário enfatizar que a integração do curso com sistema de saúde, se dá em diferentes cenários a partir do tripé da universidade ensino, pesquisa e extensão. No ensino está se dá por meio de reflexões críticas relacionando teoria e prática, a partir de visitas técnicas, rodas de conversas com profissionais de saúde, como forma de aproximar os alunos da práxis profissional. Por meio da pesquisa é fundamental alavancar estudos no âmbito da saúde voltados para o serviço social, o contexto atual de saúde na perspectiva multidisciplinar.

4 CORPO DOCENTE

4.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

Os Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) foram institucionalizados na UNIPLAC através da Resolução n. 088, de 24 de setembro de 2010. Conforme Portaria n. 147, de 02 de fevereiro de 2007 e instrumentos de avaliação de cursos aprovados pelo Parecer 380/2009/CEE/SC do Conselho Estadual de Educação, a UNIPLAC atende este requisito obrigatório.

Com a composição do colegiado, previsto no artigo 95 do Regimento Geral da Universidade, será feita a indicação do Núcleo Docente Estruturante do Curso, o qual terá atuação direta nas tomadas de decisões do curso.

O NDE constitui segmento da estrutura de gestão acadêmica do curso de Serviço Social, com atribuição consultiva, propositiva e de assessoria sobre matéria de natureza acadêmica, co-responsável pela elaboração, implementação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso.

No curso de Serviço Social o NDE foi constituído através da Portaria n. 052, de 04/06/2012.

Atualmente o NDE do curso de Serviço Social é constituído pelos seguintes docentes, conforme o quadro abaixo:

Professor	Titulação	Nomeação
Audrilara Arruda Rodrigues Campos – Presidente	Doutoranda	Portaria n. 086, de 29/08/ 2013.
Geraldo Augusto Locks	Doutorado	Portaria n. 086, de 29/08/ 2013.
Silvia Antunes de Freitas	Doutorado	Portaria n. 055, de 30/04/ 2015.
Marina Patrício de Arruda	Doutorado	Portaria n. 086, de 29/08/ 2013.
Vanuza Brunetta	Especialista	Portaria n. 17 de 15/03/2017

O NDE do curso de Serviço Social é constituído por 5 professores do curso, sendo 80% com titulação acadêmica obtida em programas de Pós-Graduação *stricto sensu*; todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo 40% em tempo integral. Importa ressaltar que a instituição, por meio do seu Regimento Interno, assegura a estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a assegurar a continuidade no processo de acompanhamento do curso.

4.2 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

O setor de EaD da Uniplac conta com uma equipe multidisciplinar que compõem sua equipe de Design Instrucional (DI) responsável por todas as etapas de produção, revisão e disponibilização dos materiais didáticos. Esta equipe é formada pelos seguintes profissionais: (1) Carlos Eduardo Canani (Revisor), graduado em Letras e mestre em Educação, com experiência em EaD e produção de materiais didáticos desde 2014; (2) Cristiane Marin Wolff (acompanhamento pedagógico), graduada em pedagogia com especialização em Psicopedagogia e Metodologia do Ensino Superior; (3) Sabrina Manfroi (Designer Instrucional), graduada em engenharia da produção e especialista em Gestão de Pessoas e MBA em gestão empresarial; (4) Luis Ricardo Stocker (técnico audiovisual), graduação em sistemas de informação, experiência profissional de mais de 20 anos na área de produção audiovisual. O setor de DI, possui planejamento e controle de desenvolvimento de materiais, um plano de ação documentado e implementado através de diferentes ferramentas de gestão.

4.3 ATUAÇÃO DO COORDENADOR

De acordo com legislação e seguindo orientação dos instrumentos de avaliação de cursos do INEP/CEE, o coordenador do curso deverá ser da área profissionalizante de conhecimento do curso.

Deverá, ainda, possuir experiência profissional na área do conhecimento e no magistério superior e ser capacitado para a gestão acadêmica.

A atuação da coordenação do curso é regida pelos Artigos 43, 44, 45 e 46 do Regimento Geral da UNIPLAC. Regimentalmente a coordenação do curso de Graduação é o órgão administrativo para assuntos didático, pedagógicos, disciplinares de cada curso, articulado à Coordenação de Graduação.

A atuação do coordenador de curso atende a demanda de alunos matriculados no curso, considerando os serviços de gestão, atendimento a docentes e discentes, sendo pautado em um plano de ação.

No Curso de Serviço Social o professor que for atuar na função de coordenador do deverá ter no mínimo, título de Bacharel em Serviço Social, com Pós-Graduação na área e atender o que preconiza a normatização interna da UNIPLAC.

O Coordenador de Curso do Serviço Social é designado pelo Reitor da instituição, sendo responsável pelo curso, devendo ser gestor eficaz, crítico, reflexivo, flexível e proativo, estimulando padrões mais elevados de desempenho de todo o corpo docente e corpo discente de seu curso.

A Coordenação deve buscar uma atuação excelente, considerando, em uma perspectiva de totalidade, os aspectos: gestão do curso, relação com os docentes e discentes e representatividade nos colegiados superiores.

4.4 REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DE CURSO

O regime de trabalho do coordenador é de tempo parcial, sendo que 10 horas são dedicadas à coordenação do curso. Considerando o número de alunos matriculados, essas horas são adequadas para a gestão do curso. O curso possui representatividade nos colegiados superiores. O planejamento de trabalho é pautado nas necessidades de melhorias e na qualidade do curso, conforme registros em Atas de reuniões de colegiado e do Núcleo Docente Estruturante, sendo sua gestão continuamente avaliada pelo processo de avaliação institucional permanente.

4.5 CORPO DOCENTE: TITULAÇÃO

O Curso de Serviço Social possui professores com titulação *lato sensu* e *stricto sensu*, tem-se estimulado os professores a buscarem titulação o que vem acontecendo paulatinamente visando à qualidade pretendida, bem como a garantia maior de qualificação profissional. Assim sendo, os dados apresentados mostram-se favoráveis em relação a titulação dos professores do Curso, considerando que os maiores indicativos correspondem à titulação em nível *stricto sensu*.

Para tanto, o corpo docente do curso, analisa os conteúdos dos componentes curriculares abordando a sua relevância para a atuação profissional e acadêmica aos discentes,

fomentando o raciocínio crítico com base em literatura atualizada, para além da bibliografia proposta, proporcionando o acesso a conteúdos de pesquisa de ponta, relacionado-os aos objetivos das disciplinas e ao perfil do acadêmico, incentivando a produção do conhecimento, por meio de grupos de estudos ou de pesquisa e da publicação.

4.6 REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO

O regime de trabalho do corpo docente permite o atendimento integral da demanda existente, considerando a dedicação à docência, o atendimento aos discentes, a participação no colegiado, o planejamento didático e a preparação e correção das avaliações de aprendizagem. Todas as atividades dos professores são registradas nos diferentes sistemas da IES, de acordo com a modalidade da atividade (ensino, pesquisa e extensão). Ao final de cada atividade são aplicados instrumentos de avaliação para a aferição da qualidade da atividade, bem como evidenciar indicadores para o planejamento e gestão para melhoria contínua do curso.

4.7 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE

O curso de Serviço Social possui, 89,18% dos docentes com experiência profissional na área de atuação, conforme documentos comprobatórios anexados aos respectivos currículos profissionais.

Cabe enfatizar que o corpo docente possui experiência profissional no mundo do trabalho, o que permite trazer para sala de aula experiências e contextualizações de problemas práticos do cotidiano profissional, de forma que haja uma interação entre a relação teoria e prática, promovendo a aplicação dos conteúdos e das competências previstas no PPC.

4.8 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR

O curso de Serviço Social possui aproximadamente 72,9% dos docentes com experiência da docência superior de, pelo menos, 3 (três) anos, conforme documentos

comprobatórios anexados aos respectivos currículos profissionais.

Com esta experiência é possível promover ações que permitem identificar as dificuldades dos discentes, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, e elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de discentes com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no período, exerce liderança e é reconhecido pela sua produção.

Para tanto, os docentes constroem novas estratégias metodológicas em comum acordo com os discentes, dentro das dificuldades apresentadas por estes, com novas propostas de avaliações e metodologias adequadas a este perfil.

4.9 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Há uma representatividade significativa de profissionais especialistas, mestres e doutores que já atuaram e atuam no ensino superior em outros cursos da mesma área do conhecimento e com experiência profissional. A UNIPLAC, através de seu PDI (2010-2018), prevê em seu programa de apoio à gestão a formação continuada dos docentes com o objetivo de buscar aprimoramento e qualificação na atuação dos mesmos, o qual acontece anualmente em fevereiro e julho, antes dos períodos letivos regulares. Promovido pela Pró-Reitoria de Ensino, Coordenação de Graduação e Setor de Projetos e Apoio Pedagógico – ProAPE. Além disso, são incentivadas as capacitações conforme necessidade dos colegiados de cursos. Os docentes também recebem uma capacitação docente para a EaD desde 2013, a qual treina esses docentes quanto a utilização das ferramentas do Moodle, de forma a otimizar o acompanhamento pedagógico do discente.

O professor está preparado e capacitado para atender todo o processo durante o andamento das disciplinas, observando o desempenho dos discentes, sanando dúvidas e criando meios que facilitem o acesso à informação pelo acadêmico. O professor atua como orientador e facilitador do conteúdo, desenvolvendo e potencializando as habilidades dos alunos. Estimula a autonomia dos discentes nos estudos, atua como mediador e realiza avaliações constantes da participação e aproveitamento dos alunos.

4.10 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA TUTORIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Da mesma forma que a formação e capacitação docente é incentivada através do Plano de Gestão da UNIPLAC, a formação dos tutores também é uma prática recorrente. Estas capacitações acontecem semestralmente através de projetos de extensão, sendo que sua prática se dá desde 2013. Atualmente já foram oferecidas 5 turmas de formação de tutores. Estes cursos são oferecidos na modalidade a distância, visando inserir os tutores no cenário de sua prática.

As capacitações tem como objetivo oportunizar aos docentes do Ensino Superior da UNIPLAC práticas e reflexões sobre as possibilidades teórico-metodológicas de cursos e/ou disciplinas na modalidade de Educação a Distância. Sendo que através desta formação o tutor busca:

- Compreender a construção histórica dos processos de Educação a Distância;
- Dimensionar espaço, tempo e ferramentas do processo ensino e aprendizagem para (re)elaborar o conhecimento historicamente produzido, através de uma aprendizagem flexível e independente;
- Praticar uso de diferentes mídias aplicáveis no processo de ensino e de aprendizagem na modalidade de educação presencial e a distância;
- Conhecer os diferentes papéis dos sujeitos envolvidos nessa modalidade de educação e a sua relevância no processo;
- Vivenciar a experiência de construir material didático para a modalidade de EaD;
- Refletir sobre as práticas educacionais na modalidade de Educação a Distância.

4.11 ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO OU EQUIVALENTE

O Curso de Serviço Social possui colegiado próprio, que possui função consultiva e deliberativa nas questões didático-pedagógicas, no âmbito dos cursos, vinculado às Pró-Reitorias e que congrega os docentes que se encontram em atividade no semestre/ano letivo, conforme estabelece o artigo 95 do Regimento Geral da UNIPLAC.

O colegiado do curso de Serviço Social é composto por especialistas, mestres e doutores que contribuem para a excelência do curso pelo seu empenho e dedicação. A frequência nas

reuniões que são realizadas de forma ordinária, conforme calendário acadêmico, duas vezes por semestre e extraordinariamente, sempre que solicitado, ajudam na tomada de decisões e união do grupo.

Compõem, ainda, o colegiado de curso os docentes integrantes do Núcleo Docente Estruturante (NDE), os responsáveis por disciplina e que não estão em exercício, no referido semestre/ano letivo, pelo fato dos mesmos não estarem sendo oferecidas, como também pelo afastamento para exercício de função administrativa na UNIPLAC.

As decisões e deliberações feitas pelo colegiado são devidamente registrados e encaminhados aos setores hierarquicamente adequados. Além disso, o colegiado é continuamente avaliado pelos discentes e coordenador, como também avalia os demais setores e estrutura da Universidade. Esta forma de trabalho do colegiado permite a implementação e/ou ajustes nas práticas de gestão do curso.

4.12 TITULAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO DE TUTORES DO CURSO

As disciplinas institucionais, aprovadas pela resolução nº 292, de 27/11/2017, conforme os processos de indicação docentes, são trabalhadas por tutores com graduação superior em áreas afins aos cursos a serem tutorados, possuem formação em pós-graduação *stricto sensu* e com comprovada experiência em educação à distância.

4.13 EXPERIÊNCIA DO CORPO DE TUTORES EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

As disciplinas são trabalhadas por tutores que possuem comprovada experiência em educação à distância, o que permite identificar o tempo de resposta de aprendizagem dos discentes de forma rápida. Os tutores e a equipe de DI estão constantemente analisando o que pode ser melhorado na abordagem e apresentação de exemplos que tornem o conteúdo mais prático e atrativo ao aluno, permitindo assim, expor o conteúdo de maneira adequada à turma.

A equipe de tutores está capacitada para atender todo o processo de tutoria durante o andamento das disciplinas, criando meios que facilitem o acesso à informação pelo discente. Os tutores atuam como orientadores e facilitadores do conteúdo, desenvolvendo e

potencializando as habilidades dos discentes. Além disso, possuem conhecimento do conteúdo trabalhado, realizam feedbacks constantes aos alunos, estimulam debates realizados em fóruns, desenvolvem a habilidade de cooperação e interação entre os alunos. Outro ponto importante na atuação dos tutores é o conhecimento e a fluência nos recursos pedagógicos para auxiliar os discentes em dificuldades técnico-pedagógicas.

4.14 INTERAÇÃO ENTRE TUTORES, DOCENTES E COORDENADORES DE CURSO A DISTÂNCIA

O setor de EaD, promove reuniões periódicas para o atendimento pedagógico entre equipe multidisciplinar, coordenação de EaD e professores tutores. Além disso, existe a prática de reuniões semanais entre os tutores e a equipe de DI com o objetivo de identificar eventuais problemas e realizar os devidos encaminhamentos. Por meio das reuniões são geradas ações corretivas ou de melhorias e essas ações são registradas no plano de ação do setor de EaD.

4.15 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA.

As produções científica, cultural, artística ou tecnológica dos professores do colegiado do curso podem ser comprovadas no relatório gerado pelo setor de Recursos Humanos, no quadro em anexo.

5 INFRAESTRUTURA

5.1 ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL

A Instituição apresenta uma infraestrutura que contempla espaços de trabalho de excelência para todos os professores em tempo integral, com acesso aos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação. Além destes espaços, em cada bloco, há amplas salas de professores, ventiladas e bem iluminadas, sendo que numa das salas, localizada no bloco I, há 6 computadores com a acesso à Internet e com espaços reservados para os professores. Existem também as salas de apoio e coordenações setoriais, equipadas com computadores, telefone, escrivaninhas e outros equipamentos necessários. Outro espaço apropriado aos estudos dos professores é a biblioteca onde há cabines que podem ser usadas pelos professores. Todos esses espaços de trabalho viabilizam o planejamento e a concretização das ações acadêmicas administrativas e didático-pedagógico, atendendo as demandas institucionais. Os espaços para os professores de tempo integral, garantem privacidade para uso dos recursos, atendimento aos alunos e orientações, bem como a guarda de material e equipamentos pessoais, com segurança.

5.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR

A sala de coordenação de curso do Serviço Social, possui espaço próprio, individualizado, estruturada com equipamentos de multimídia e comunicação e com uma secretaria de apoio para assuntos administrativos. A coordenação têm à sua disposição toda uma equipe administrativa para assuntos técnicos e pedagógicos que pode ser acionada quando necessário, como Secretaria Acadêmica, Setor de Projetos e Apoio Pedagógico (SEAPE), Protocolo, Recursos Humanos, Coordenação de Graduação, Pró Reitoria de Ensino, Núcleo de Informática (NIU), Serviço de Atendimento ao Estudante (SAE).

Este espaço individualizado é de suma importância no sentido de preservar o sigilo profissional e a ética nos momentos de atendimentos individualizados a professores, pais, familiares e alunos, pois em áreas compartilhadas se perde a privacidade e esta é uma das atribuições do Assistente Social e profissional de se ter um espaço individual para preservação do sigilo e da ética, conforme estabelecido no código de ética profissional. Além disto, podemos ainda citar a comodidade de se ter um espaço restrito para reuniões em pequenos

grupos de professores, alunos, NDE, atendimentos de supervisores de campo, avaliações de estágios, orientações de TC, estágios supervisionados, projetos de pesquisa, extensão, dentre outros. Assim, este espaço se caracteriza como sendo de suma importância para a coordenação e para o curso como um todo.

5.3 SALA COLETIVA DE PROFESSORES

As salas coletivas de professores, estão localizadas em diferentes blocos (prédios), são salas que possuem espaço físico adequado, com ventilação, iluminação, mobiliário e equipamentos para propiciar o trabalho docente. As salas possuem recursos de Tecnologias da Informação e Comunicação apropriados (computadores com acesso à Internet) para o quantitativo de docentes e dispõe de apoio técnico-administrativo próprio e espaço para a guarda de equipamentos e materiais (há em cada bloco, armários individualizados, com chaves, para cada professor guardar seus materiais e objetos pessoais).

5.4 SALAS DE AULA

As salas de aula da UNIPLAC foram construídas segundo o padrão definido pela legislação. Estão equipadas com material de acordo com a necessidade de cada curso. Em relação ao Curso de Serviço Social, as salas para desenvolvimento das disciplinas teóricas, estão dentro do padrão estabelecido pela engenharia e contam com cadeiras estofadas. Além disso, também contam com equipamento de multimídia, com agendamento de equipamento de menor porte em todas as salas, como retroprojetor e telas para projeção. Os demais espaços pedagógicos utilizados para a realização das aulas apresentam condições favoráveis ao seu desenvolvimento. Além disso, o Curso poderá se utilizar de espaços como Auditórios e CCJ para reuniões científicas e defesas de trabalhos de Curso. Estes espaços dispõem de multimídia instalada, cadeiras estofadas, microfones e som ambiente.

5.5 ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

A UNIPLAC conta com significativa infraestrutura em relação aos equipamentos de informática. A rede está conectada à Internet Banda Larga, com Link de internet TPA/Fapesc, configuração das RBS para trabalhar na nova Vlan, UNIPLAC e MidiLages, com a velocidade de 80Mbps para download e 70Mbps, para upload.

O Núcleo de Informática da Uniplac – NIU tem por missão administrar as demandas na área de tecnologia da Fundação Uniplac e de suas mantidas no que se refere ao controle e desenvolvimento de software, hardware e infraestrutura, sendo o setor responsável pela manutenção preventiva e corretiva dessa infraestrutura com corpo técnico especializado.

A política de atualização tecnológica de equipamentos de tecnologia tem como objetivo garantir à Universidade no âmbito de Ensino, Pesquisa e Extensão infraestrutura de tecnologia adequada para o seu melhor funcionamento.

A atualização de software é realizada conforme dita o licenciamento, porém nossa IES preza pelo uso de software, que são atualizados semestralmente quando realizados a formatação de todas as máquinas disponibilizadas nos laboratórios.

As atualizações dos equipamentos são periódicas. Todo ano os equipamentos de um laboratório de informática são substituídos. O critério de atualização é definido pelo tempo de uso dos equipamentos regidos pela Política de atualização e de manutenção de equipamentos.

Estão à disposição dos alunos 11 laboratórios de informática com acesso a internet, contendo de 15 a 20 terminais cada um deles e ainda a sala de multimídia localizada na biblioteca, contendo 15 microcomputadores conectados a internet, o que representa excelentes condições de utilização pelos alunos. Em todo o campus o aluno pode acessar à internet via rede sem fio (Wi-Fi).

Aquisição de Hardware e Software - este planejamento de expansão e atualização segue o disposto no PDI Institucional, projetos de cursos de graduação, pós-graduação, projetos de pesquisa e extensão, planos de gestão setoriais e planejamentos institucionais anuais. Após aprovação dos respectivos projetos, a necessidade de expansão deve ser encaminhada ao NIU que, por sua vez, definirá as configurações de hardwares e softwares necessárias, bem como o projeto de implantação, e encaminhará para o Setor de Compras.

Manutenção Preventiva e Corretiva - o NIU possui uma equipe de técnicos responsável por manter a infraestrutura de Tecnologia da Informação em condições perfeitas de uso, oferecendo serviços de suporte, manutenção preventiva e manutenção corretiva.

O setor ainda planeja e executa um cronograma de manutenção preventiva anualmente em todos os equipamentos de TI da Instituição.

As manutenções corretivas são realizadas através das ocorrências identificadas na manutenção preventiva. E também podem ser solicitadas pelos usuários no canal de suporte do NIU.

Dentro desse processo, existe a verificação diária dos laboratórios de informática, por um técnico, que ao identificar qualquer problema, quer seja de hardware ou de acesso a qualquer aplicativo, imediatamente, abre chamado ao NIU, que procede com o ajuste. Através do relato fica evidente o compromisso da IES em prover e manter o acesso aos alunos quanto aos recursos de TI, tendo todo o aporte do NIU, responsável por manter e gerenciar todo o patrimônio e atualizações periódicas dos recursos de informática (escalabilidade, segurança, hardware, software), adotando práticas de gestão da TI para preservar a qualidade dos recursos de forma a atender as demandas da comunidade acadêmica.

5.6 BIBLIOGRAFIA BÁSICA POR UNIDADE CURRICULAR (UC)

O acervo físico da biblioteca está tombado e informatizado, sendo utilizado o sistema Pergamum, que é utilizado amplamente pela maioria das universidades brasileiras e por mais de 8.000 bibliotecas em todo o país. O Sistema contempla as principais funções de uma Biblioteca (por exemplo, reserva, empréstimo, consulta, relatórios, dados de aquisição, levantamento bibliográfico, dentre outras), funcionando de forma integrada, com o objetivo de facilitar a gestão dos centros de informação, melhorando a rotina diária com os seus usuários.

O acervo virtual possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários e ambos estão registrados em nome da IES, com assinatura para acesso a base de dados de E-books Minha Biblioteca. Ela é um consórcio formado pelas quatro principais editoras de livros acadêmicos do Brasil - Grupo A, Grupo Gen-Atlas, Manole e Saraiva - que oferece às instituições de ensino superior uma plataforma prática e inovadora para acesso a um conteúdo

técnico e científico de qualidade pela internet.

Através da plataforma Minha Biblioteca, estudantes têm acesso rápido e fácil a mais de 6.500 títulos acadêmicos entre as principais publicações de diversas áreas de especialização: direito, ciências sociais aplicadas, saúde, entre outras.

Nos casos dos títulos virtuais, há garantia de acesso físico na IES, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem.

Conforme relatório referendado as bibliografias básicas do curso por UC, o NDE do curso se responsabiliza pela adequação e atualização do acervo da bibliografia básica em relação às UC e aos conteúdos descritos no PPC do curso, levando em consideração o número de vagas autorizadas e a quantidade de exemplares por título e/ou assinatura de acesso disponível no acervo.

Além dos serviços de aquisição, catalogação, pesquisa, organização do acervo, estatísticas dos materiais pesquisados, restauração e encadernação de materiais danificados, empréstimo local e domiciliar, entre outros serviços, a Biblioteca também disponibiliza acesso a informação eletrônica através de cursos, oficinas e aulas expositivas, demonstrando como utilizar os diversos recursos de bases de dados disponíveis na Biblioteca ou na internet. Também está a disposição, através de bibliotecários, para orientar nas pesquisas, auxiliando na busca de informações independente do formato. Recursos eletrônicos disponíveis:

- O Catálogo Coletivo da Rede de Bibliotecas ACAFE (Associação Catarinense das Fundações Educacionais), tem como objetivo integrar o acervo das bibliotecas participantes do Sistema ACAFE oferecendo serviço de consulta simultânea aos acervos de todas as bibliotecas participantes do projeto e empréstimo entre as bibliotecas.

- COMUT (Programa de Comutação Bibliográfica) – É um serviço do IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia - que atende a mais de 2.600 bibliotecas brasileiras. Permite a obtenção de cópias de documentos técnico-científicos disponíveis nos acervos das principais bibliotecas brasileiras e em serviços de informação internacionais. Entre os documentos acessíveis, encontram-se periódicos, teses, anais de congressos, relatórios técnicos e partes de documentos. O COMUT sempre é utilizado quando o pesquisador não encontra o texto completo do documento que está pesquisando.

Além disso, o acervo possui exemplares e assinaturas de acesso virtual, de periódicos especializados que suplementam o conteúdo administrado nas UC. O acervo é gerenciado de

modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço, sendo utilizados os seguintes:

- Portal de Periódicos da Capes - O Portal de Periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. Ele conta com um acervo de mais de 36 mil títulos com texto completo, 130 bases referenciais, 12 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual.

- Nove bases de dados contemplando todas as áreas do conhecimento. As primeiras bases que a instituição teve acesso via Portal da Capes, em 2007, foram a Scopus (Base referencial que abrange todas as áreas do conhecimento) e a ScienceDirect (Base com texto completo também contemplando todas as áreas do conhecimento). Em 2012, foram liberadas pelas Capes para Uniplac, mais sete bases de dados. São elas: BioOne (área de Ciências Biológicas); Derwent Innovations Index (nas áreas de Química, Elétrica e Eletrônica, Engenharias); Ecological Society of America – ESA – (Ciência da Ecologia, Meio Ambiente, Mudança Climática); JCR – Journal Citation Reports (Dados sobre mais de 8.000 revistas em Ciência e Tecnologia e mais de 2.600 em Ciências Sociais); Mary Ann Liebert (Ciências Biológicas, Biomedicina, Biotecnologia, Medicina clínica); SAGE Publications (Comunicação, Ciências Políticas, Psicologia e Sociologia, Urbanismo); Web of Science (Ciência, Ciências Sociais, Artes e Humanidades).

5.7 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR (UC)

O acervo físico da biblioteca está tombado e informatizado, sendo utilizado o sistema Pergamum, que é utilizado amplamente pela maioria das universidades brasileiras e por mais de 8.000 bibliotecas em todo o país. O Sistema contempla as principais funções de uma Biblioteca (por exemplo, reserva, empréstimo, consulta, relatórios, dados de aquisição, levantamento bibliográfico, dentre outras), funcionando de forma integrada, com o objetivo de facilitar a gestão dos centros de informação, melhorando a rotina diária com os seus usuários.

O acervo virtual possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários e ambos estão registrados em nome da IES, com assinatura para acesso a base de dados de E-books Minha Biblioteca. Ela é um consórcio formado pelas quatro principais editoras de livros acadêmicos do Brasil - Grupo A, Grupo Gen-Atlas, Manole e Saraiva - que oferece às instituições de ensino superior uma plataforma prática e inovadora para acesso a um conteúdo técnico e científico de qualidade pela internet.

Através da plataforma Minha Biblioteca, estudantes têm acesso rápido e fácil a mais de 6.500 títulos acadêmicos entre as principais publicações de diversas áreas de especialização: direito, ciências sociais aplicadas, saúde, entre outras.

Nos casos dos títulos virtuais, há garantia de acesso físico na IES, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem.

Conforme relatório referendado as bibliografias complementares do curso por UC, o NDE do curso se responsabiliza pela adequação e atualização do acervo da bibliografia complementar em relação às UC e aos conteúdos descritos no PPC do curso, levando em consideração o número de vagas autorizadas e a quantidade de exemplares por título e/ou assinatura de acesso disponível no acervo.

Além dos serviços de aquisição, catalogação, pesquisa, organização do acervo, estatísticas dos materiais pesquisados, restauração e encadernação de materiais danificados, empréstimo local e domiciliar, entre outros serviços, a Biblioteca também disponibiliza acesso a informação eletrônica através de cursos, oficinas e aulas expositivas, demonstrando como utilizar os diversos recursos de bases de dados disponíveis na Biblioteca ou na internet. Também está a disposição, através de bibliotecários, para orientar nas pesquisas, auxiliando na busca de informações independente do formato. Recursos eletrônicos disponíveis:

- O Catálogo Coletivo da Rede de Bibliotecas ACAFE (Associação Catarinense das Fundações Educacionais), tem como objetivo integrar o acervo das bibliotecas participantes do Sistema ACAFE oferecendo serviço de consulta simultânea aos acervos de todas as bibliotecas participantes do projeto e empréstimo entre as bibliotecas.

- COMUT (Programa de Comutação Bibliográfica) – É um serviço do IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia - que atende a mais de 2.600 bibliotecas brasileiras. Permite a obtenção de cópias de documentos técnico-científicos disponíveis nos acervos das principais bibliotecas brasileiras e em serviços de informação internacionais.

Entre os documentos acessíveis, encontram-se periódicos, teses, anais de congressos, relatórios técnicos e partes de documentos. O COMUT sempre é utilizado quando o pesquisador não encontra o texto completo do documento que está pesquisando.

Além disso, o acervo possui exemplares e assinaturas de acesso virtual, de periódicos especializados que suplementam o conteúdo administrado nas UC. O acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço, sendo utilizados os seguintes:

- Portal de Periódicos da Capes - O Portal de Periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. Ele conta com um acervo de mais de 36 mil títulos com texto completo, 130 bases referenciais, 12 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual.

- Nove bases de dados contemplando todas as áreas do conhecimento. As primeiras bases que a instituição teve acesso via Portal da Capes, em 2007, foram a Scopus (Base referencial que abrange todas as áreas do conhecimento) e a ScienceDirect (Base com texto completo também contemplando todas as áreas do conhecimento). Em 2012, foram liberadas pelas Capes para Uniplac, mais sete bases de dados. São elas: BioOne (área de Ciências Biológicas); Derwent Innovations Index (nas áreas de Química, Elétrica e Eletrônica, Engenharias); Ecological Society of America – ESA – (Ciência da Ecologia, Meio Ambiente, Mudança Climática); JCR – Journal Citation Reports (Dados sobre mais de 8.000 revistas em Ciência e Tecnologia e mais de 2.600 em Ciências Sociais); Mary Ann Liebert (Ciências Biológicas, Biomedicina, Biotecnologia, Medicina clínica); SAGE Publications (Comunicação, Ciências Políticas, Psicologia e Sociologia, Urbanismo); Web of Science (Ciência, Ciências Sociais, Artes e Humanidades).

5.8 SISTEMA DE CONTROLE DE PRODUÇÃO DE MATERIAL E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO (LOGÍSTICA)

De acordo com Filatro (2008), o design instrucional é um conjunto de atividades para

identificar uma necessidade de aprendizagem e desenhar, implementar e avaliar a solução para esta necessidade. Pode ser definido como um processo sistemático para elaboração de um planejamento educacional e deve responder as três perguntas: (a) Onde vamos? (Objetivos de aprendizagem); (b) como podemos atingir os resultados desejados? (Pedagogia, estratégias educacionais e ferramentas instrucionais); (c) como sabemos se atingimos os objetivos com o modelo proposto? (Assessment e avaliação).

O modelo de design instrucional proposto para a utilização pela EaD da Uniplac, é o *Integrative Learning Design Framework – ILDF for on-line Learning Environments*, proposto por Dabbagh e Bannan-Ritland. Segundo Araújo, Oliveira e Santos (2009):

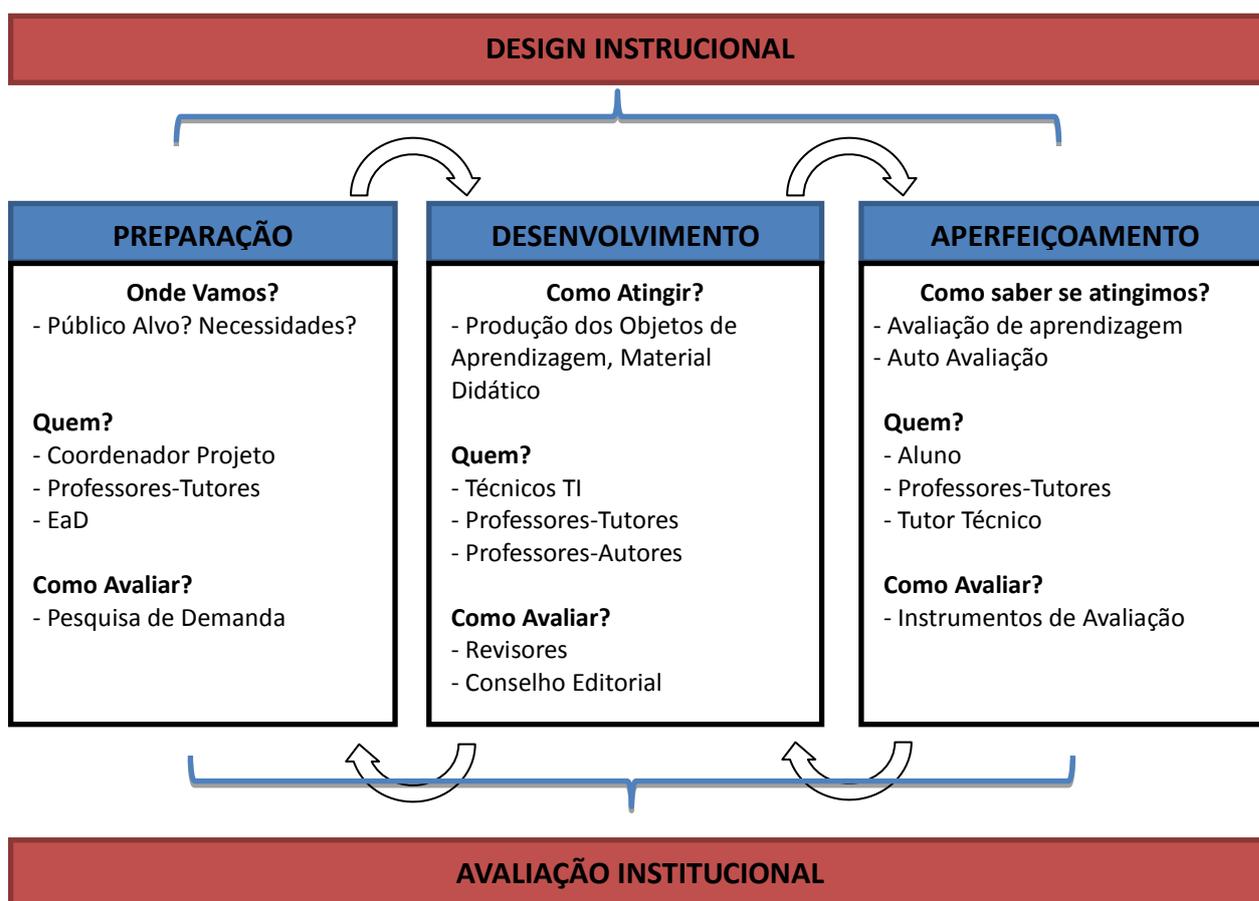
este modelo combina o melhor dos demais modelos de design instrucionais sistematizados com as considerações preciosas dos conhecimentos de professores, instrutores e treinadores, suas experiências e relatos de aprendizagem para contextos, conteúdo, alunos, estratégias e tecnologias específicas.

O propósito do modelo ILDF on-line é prover um framework sistemático que incorpora em três fases (exploração, *enactment* e avaliação) três elementos essenciais para a elaboração de um curso: os modelos pedagógicos com suas características pedagógicas, as estratégias educacionais e as tecnologias instrucionais que são adaptáveis aos múltiplos cenários educacionais utilizando, para tanto, métodos formais ou informais.

Com relação às fases do modelo ILDF, resumidamente pode-se dizer que: na fase de preparação ocorre a investigação e documentação de todas as informações relevantes relacionadas ao cenário instrucional, incluindo as crenças individuais e coletivas do professor ou desenvolvedor e de outros envolvidos na situação de instrução. Na fase de desenvolvimento (*enactment*) são mapeadas as informações recolhidas na fase de preparação sobre o processo de aprendizagem, o conteúdo e os modelos pedagógicos existentes, considerando as características particulares para identificar e programar estratégias instrucionais online. Na fase de aperfeiçoamento são determinados os propósitos, resultados desejados e métodos de avaliação da aprendizagem online, incorporando a avaliação formativa e revendo ciclos que resultam na efetiva implementação e resultados previstos.

Esse modelo de design instrucional é cíclico, pois, após a instrução ter sido testada e avaliada, ela será utilizada para a retroalimentação do modelo, de forma a permitir a sua evolução contínua (FILATRO, 2008). O material didático é produzido conforme o curso,

perfil do estudante, podendo abranger os mais variados tipos modelos de aprendizagem, como, por exemplo, caderno de estudos digital, vídeos aula, textos online, etc. A forma de distribuição do material é realizada no formato digital, já que os mesmos são desenvolvidos em um modelo hipermidiático.



5.9 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)

O Comitê de Ética em Pesquisa na UNIPLAC foi criado por meio da Resolução n. 010, de 17 de abril de 2002.

A Plataforma BRASIL é o sistema oficial de lançamento de pesquisas para análise e monitoramento do Sistema CEP/CONEP. No ano de 2014 o CEP-UNIPLAC, por determinação do CONEP/CNS, passou a receber e analisar os Projetos de Pesquisa envolvendo seres humanos através da Plataforma Brasil. Desde então, todos os documentos necessários à apreciação ética dos Projetos de Pesquisa são incluídos na base de dados da

Plataforma.

A norma assim o estabelece e no caso da UNIPLAC também acontece que os protocolos de pesquisa são entregues à Comissão de Ética na Pesquisa para análise e parecer justificado e orientado por princípios de impessoalidade, transparência, razoabilidade, proporcionalidade e eficiência, particularmente em aspectos que envolvam:

Pesquisa com seres humanos; Genética humana; Reprodução humana; Equipamentos e dispositivos terapêuticos novos ou não registrados no País; Novos procedimentos terapêuticos invasivos; Estudos com populações indígenas; Projetos de pesquisa que envolvam organismos geneticamente modificados (OGM), células-tronco embrionárias e organismos que representem alto risco coletivo, incluindo organismos relacionados a eles, nos âmbitos de: experimentação, construção, cultivo, manipulação, transporte, transferência, importação, exportação, armazenamento, liberação no meio ambiente e descarte; Protocolos de constituição e funcionamento de biobancos para fins de pesquisa; Pesquisas com coordenação e ou patrocínio originados fora do Brasil, excetuadas aquelas com copatrocínio do Governo Brasileiro; e Projetos que, a critério do CEP e devidamente justificados, sejam julgados merecedores de análise pela CONEP.

Os projetos são encaminhados a um Relator por área de conhecimento, discutido em plenária, sendo após emitido um parecer consubstanciado.

O atual Conselho de Ética na Pesquisa – CEP da UNIPLAC foi reconstituído mediante Portaria n° 091, de 19 de agosto de 2015 e alterado pela Portaria n° 118, de 03 de dezembro de 2015.

No que tange à sua constituição o perfil é multidisciplinar. O serviço prestado ao CEP é voluntário e não remunerado.

O Comitê reúne-se uma vez por mês, todas as terceiras quartas-feiras, às 17h 30min, tendo como pauta a discussão dos projetos em avaliação.

Conforme determina a norma específica, o CEP-Uniplac dispõe de ambiente exclusivo de trabalho, privativo para os componentes, dotado dos equipamentos necessários e de funcionária de apoio em regime de 10 horas semanais.

Operacionalmente falando, o CEP-UNIPLAC revisa todos os protocolos (projetos) de pesquisa envolvendo seres humanos, cabendo-lhe a responsabilidade primária pelas decisões sobre a ética da pesquisa a ser desenvolvida na instituição, de modo a garantir e resguardar a integridade e os direitos dos voluntários participantes nas referidas pesquisas. Tem também

papel consultivo e educativo, fomentando a reflexão em torno da ética na ciência, bem como a atribuição de receber denúncias e requerer a sua apuração.

6 REQUISITOS LEGAIS

O projeto pedagógico do Curso de Serviço Social prevê e preconiza o estrito cumprimento dos marcos regulatórios abaixo relacionados:

Dispositivo legal ou normativo	Explicitação de como o PPC prevê a situação normatizada
Diretrizes Curriculares Nacionais para Serviço Social	<ul style="list-style-type: none"> – Parecer CNE/CSE n. 492, de 03/04/2001 – Parecer CNE/CSE n. 1.363, de 12/12/2001 – Resolução CNE/CES n. 15, de 13.03.2002 – ABEPSS – Parecer n. 1.699 de 06.12.05 – Parecer n. 2.484 de 18.12.06
Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana.	<ul style="list-style-type: none"> – Resolução CNE/CP n. 1 de 17 de junho de 2004. – Lei 9.394/1996 e Lei 10.639/2003. – Resolução CONSUNI n. 114, de 1º/11/2013, que determina a inclusão desses conteúdos em todos os Cursos de Graduação da UNIPLAC. – O curso incluiu a temática na disciplina de Cultura, Diferença e Cidadania do 2º semestre com 4 créditos, 80 horas.
Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> – Lei 9.795, de 27 de abril de 1999. – Decreto n. 4.281, de 25 de junho de 2002. – Resolução CNE/CP n. 1 de 17 de junho de 2004. – Resolução UNIPLAC n. 115/13. – O curso incluiu a temática na disciplina de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do 5º semestre com 4 créditos, 80 horas.
Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação em Direitos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> – Parecer CNE/CP n. 8 de 06 de março de 2012. – Resolução n. 127, de junho de 2014, que determina a inclusão da Educação para Direitos Humanos na graduação. – O curso incluiu a temática nas disciplinas de Cultura, Diferença e Cidadania do 2º semestre com 4 créditos, 80 horas e também na disciplina de Serviço Social, Movimentos Sociais, Processos Participativos e Educação Popular do 9º semestre com 04 créditos, 80 horas.
Núcleo Docente Estruturante - NDE	<ul style="list-style-type: none"> – Resolução CONAES n. 1, de 17/06/2010. – Resolução n. 088/2010 – UNIPLAC – Portaria n. 052, de 04/06/2012 (Constituição do NDE do Curso de Serviço Social) – Portaria 058, de 17/05/2013 (Alteração da composição do NDE) – Portaria 086, de 29/08/2013 (Alteração da composição do NDE) – Portaria 055, de 30/04/2015 (Alteração da composição do NDE) – Portaria 17, de 15/03/2017 (Alteração da composição do NDE)
Carga horária mínima em horas	<ul style="list-style-type: none"> – O PPC prevê uma carga horária total de 3000 horas em conformidade com o previsto na Resolução CNE/CES n. 2 de 18/06/2007.
Tempo de integralização	<ul style="list-style-type: none"> – Resolução CNE/CES n. 2 de 18/06/2007. – Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995. – Resolução CONSUNI n. 172 de 25/05/2015.
Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.	<ul style="list-style-type: none"> – Decreto n. 5.296/2004. – Portaria n. 099, de 22/10/2012 – Criação da Comissão Institucional de Acessibilidade (CIA).
LIBRAS	<ul style="list-style-type: none"> – Decreto n. 5.626/2005 - Inserção da disciplina de Libras no PPC. – Resolução n. 086, de 21/012/09 UNIPLAC.

	– Disciplina de Libras optativa com 80 horas.
Informações acadêmicas	– Normativa n. 40, de 12/12/2007, alterada pela Portaria Normativa MEC n. 23, de 01/12/2010, publicada em 29/12/2010. – Todos os registros acadêmicos de todos os cursos da UNIPLAC são disponibilizados em cópias físicas ou <i>on line</i> .
Regulamenta internamente os critérios para o credenciamento de docentes nos cursos de Graduação da UNIPLAC.	– Resolução CONSUNI n. 124, de 04/06/2014.
Regime de Migração das Instituições de Educação Superior Privadas para o Sistema Federal de Ensino.	– Edital n.4, de 1º/07/2014 e Portaria Normativa n. 40, de 12/12/2007, do MEC. – Resolução CONSUNI n. 134, de 25/07/2014.
Regulamento Institucional dos Estágios Curriculares Obrigatórios dos Cursos de Graduação da UNIPLAC.	– Resolução CONSUNI n. 232, de 08/08/2016.
Regulamento Institucional dos Estágios Curriculares Não-Obrigatórios dos Cursos de Graduação da UNIPLAC.	– Resolução CONSUNI n. 231, de 08/08/2016.
Atividades Complementares do Curso de Serviço Social	– Parecer CONSUNI n. 1157, de 30/11/2010.
Regulamento do Estágio Curricular Obrigatório do Curso de Serviço Social	– Parecer CONSUNI n.1699, de 06/12/2005.
Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico ao Aluno (PAAP).	– Resolução n. 213, de 07/04/2016. – Resolução n. 219, de 08 de junho de 2016.
Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico ao Aluno – PAAP, vinculado ao Setor de Apoio Pedagógico (SEAPE) da Pró-Reitoria de Ensino (PROENS).	– Portaria UNIPLAC n. 023, de 20/03/2017.
Política de Inclusão e Acessibilidade vigente. Dirigida às pessoas com deficiências ou mobilidade	– Resolução CONSUNI n. 235, de 11/08/2016.
Avaliação do Ensino e da Aprendizagem.	– Resolução CONSUNI n. 131/14, revogada pela Resolução CONSUNI n. 207, de 20/01/2016.
Credenciamento de docentes nos cursos de graduação da UNIPLAC.	– Resolução CONSUNI n. 124, de 04/06/2014.
Comitê de Ética em Pesquisa.	– Portaria de Criação do CEP, n. 010, de 17/04/2002. – Portaria n.118, de 03/12/2015.
Disciplinas na Modalidade a Distância	– Portaria MEC n. 1.134, de 10/10/2016. – Resolução CONSUNI n. 292, de 21/11/2017. – Resolução CONSUNI n. 342, de 20/03/2018. – Resolução CONSUNI n. 355, de 19/06/18.

7 REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 9.131**, de 24/11/1995. Altera dispositivos da Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 9.394**, de 20/12/1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 9.795**, de 27/04/1999. Dispõe sobre a educação ambiental.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 10.048**, de 08/11/2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica e dá outras providências. Decreto n. 5.296/04.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 10.098**, de 19/12/2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências.

BRASIL. Governo Federal. **Decreto n. 4.281**, de 25/06/2002. Regulamenta a Lei n. 9.795, de 27/04/1999, que cria a Política Nacional de Educação Ambiental.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 10.639**, de 09/01/2003. Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afrobrasileira.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n. 3.284**, de 07/11/2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições.

BRASIL. Congresso Nacional, **Lei n. 10.861**, de 14/04/2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP n. 1**, de 17/06/2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais.

BRASIL. Governo Federal. **Decreto n. 5.296**, de 02/12/2004. Regulamenta a Lei n. 10.048, de 8 de novembro de 2000.

BRASIL. Governo Federal. **Decreto n. 5.625**, de 22/12/2005. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24/04/2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19/12/2000.

BRASIL. Governo Federal. **Lei n. 11.788**, de 25/06/2008. Dispõe sobre estágio de estudantes.

BRASIL. Governo Federal. **Lei n. 12.764**, de 27/11/2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do Art. 98 da Lei n. 8.112, de 11/12/1990.

CONEP. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução 196/96**. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira **Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE)**.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2014.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Parecer n. 134**, de 15/06/1999. Credenciamento da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução n. 031**, de 15/06/1999. Credenciamento da Universidade do Planalto Catarinense.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. **Decreto n. 312**, de 23/06/1999. Credenciamento da Universidade do Planalto Catarinense.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Parecer n. 334**, de 09/11/2004. Renovação do Credenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução n. 058**, de 09/11/2004. Renovação do Credenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. **Decreto n. 2.717**, de 10/12/2004. Renovação do Credenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. **Decreto n. 3.309/05**. Homologação de pareceres e resoluções do Conselho Estadual de Educação (CEE).

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Parecer n. 380**, de 27/10/2009.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Parecer n. 243**, de 23/11/2010. Renovação do Credenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução n. 070**, de 23/11/2010. Renovação do Credenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. **Decreto n. 038**, de 10/02/2011. Recredenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução n. 174**, de 22/10/2013. Estabelece providências e normas Complementares à Resolução CEE/SC n. 100/2011 para o funcionamento da Educação Superior no Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina.

UNESCO. **Relatório da UNESCO**. “Educação: Um tesouro a descobrir”.

UNIPLAC. CONSUNI. **Resolução n. 051**, de 18/12/2006. Normatiza a Avaliação Institucional.

UNIPLAC. CONSUNI. **Parecer n. 086**, de 21/12/2009. Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

UNIPLAC. Conselho Universitário e de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Parecer n. 503**, de 09/10/2007. Criação do Núcleo de Pesquisa Negro e Educação (NEAB).

UNIPLAC. Reitoria. **Resolução n. 088**, de 24/09/2010. Institucionaliza os Núcleos Docentes Estruturantes.

UNIPLAC. CONSUNI. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2010/2018**.

UNIPLAC. Diálogos Integradores. **Avaliação das linhas de Pesquisa da UNIPLAC**. 08/10/2011.

UNIPLAC. CONSUNI. **Parecer n. 080**, de 15/12/2011. Revisão e adequação das linhas de Pesquisa da UNIPLAC.

UNIPLAC. **Regimento Geral da Universidade**. 12 de agosto de 2012.

UNIPLAC. **PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência**, Edital n. 11/2012.

UNIPLAC. CONSUNI. **Portaria n. 099**, de 22/10/2012. Comissão Institucional de Acessibilidade.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 114**, de 01/11/2013. Diretrizes para Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 115**, de 01/11/2013. Diretrizes para a Educação Ambiental.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 127**, de 12/06/2014. Diretrizes para Educação em Direitos Humanos.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Parecer n. 050**, de 26/08/2014. Institui requisitos legais sobre: Educação Ambiental, Educação para Relações Étnico-raciais e Educação em Direitos Humanos.

UNIPLAC. Reitoria. **Resolução n.207**, de 20/01/2016. Define nova metodologia para a Avaliação da Aprendizagem no âmbito da UNIPLAC e regulamenta o artigo 123, parágrafo único do Regimento Geral.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 172**, de 25/05/2015. Estabelece o tempo máximo de integralização dos cursos de graduação da UNIPLAC.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 231**, de 08/08/2016. Aprova o novo Regulamento Institucional dos Estágios Curriculares Não-Obrigatórios da UNIPLAC.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 232**, de 08/08/2016. Aprova o novo Regulamento Institucional dos Estágios Curriculares Obrigatórios da UNIPLAC.

UNIPLAC. Reitoria. **Resolução n. CONSUNI n. 207**, de 20/01/2016. Define nova metodologia para a Avaliação da Aprendizagem no âmbito da UNIPLAC e regulamenta o artigo 123, parágrafo único do Regimento Geral.